

DÓLAR CAI A R\$ 5,39; BOLSA BRASILEIRA BATE NOVO RECORDE.



O Ibovespa atingiu uma nova máxima histórica nessa quinta-feira (11). O principal índice da Bolsa brasileira fechou em alta de 0,56%, alcançando os 143.150 pontos. Resultado foi superior ao recorde registrado no dia 5 de setembro, quando atingiu 142.640 pontos. Já o dólar fechou em queda de 0,27%, cotado a R\$ 5,3920, após tocar a mínima de R\$ 5,3741. Página 49

O SUÍ

SUPREMO CONDENA BOLSONARO A 27 ANOS DE PRISÃO.

Página 4



BOLSONARO PODE RECORRER APÓS A CONDENAÇÃO? ENTENDA AS OPÇÕES DO EX-PRESIDENTE.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) votou por 4 a 1 pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros sete aliados por tentativa de golpe de Estado em 2022. A decisão também abre uma nova fase do processo: a dos recursos. Após a sentença, os réus só podem apelar ao próprio Supremo, mas as possibilidades são restritas. Página 15

"O JOGO NÃO ACABOU", DIZ FLÁVIO BOLSONARO APÓS A CONDENAÇÃO DO PAI PELO SUPREMO.

Página 16

Primeira Turma do Supremo condena Jair Bolsonaro e outros sete réus por golpe de Estado.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (11) condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por golpe de Estado. O placar pela condenação é de 4 a 1. Votaram a favor das condenações os ministros Alexandre de Moraes (relator), Flávio Dino, Carmén Lúcia e Cristiano Zanin. O ministro Luiz Fux divergiu dos colegas.

Com Bolsonaro também foram condenados:

- Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).
- Almir Garnier, ex-comandante da Marinha.
- Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança do Distrito Federal.
- Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional.
- Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência e delator da trama golpista.
- Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa.
- Walter Souza Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil.

Os ministros ainda precisam discutir a dosimetria, ou seja, o tamanho das penas

Reprodução



Os ministros ainda precisam discutir a dosimetria, ou seja, o tamanho da pena.

que serão impostas aos condenados. A Primeira Turma é composta pelos ministros Alexandre de Moraes (relator), Flávio Dino, Luiz Fux, Carmén Lúcia e Cristiano Zanin, presidente do colegiado.

Como o ministro Luiz Fux divergiu dos colegas em diversos pontos e a denúncia contra Ramagem não foi toda analisada, o julgamento teve diferentes placares:

- para condenar Jair Bolsonaro, Almir Garnier, Anderson Torres, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira – pelos crimes de organização criminosa, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado, o placar foi de 4 votos (Moraes,

Dino, Carmén e Zanin) a 1 (Fux).

- para condenar Alexandre Ramagem pelos crimes de organização criminosa, golpe de Estado e tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, o placar também foi 4 votos (Moraes, Dino, Carmén e Zanin) a 1 (Fux). O processo contra Ramagem, que hoje é deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro, sobre dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado, foi suspenso.

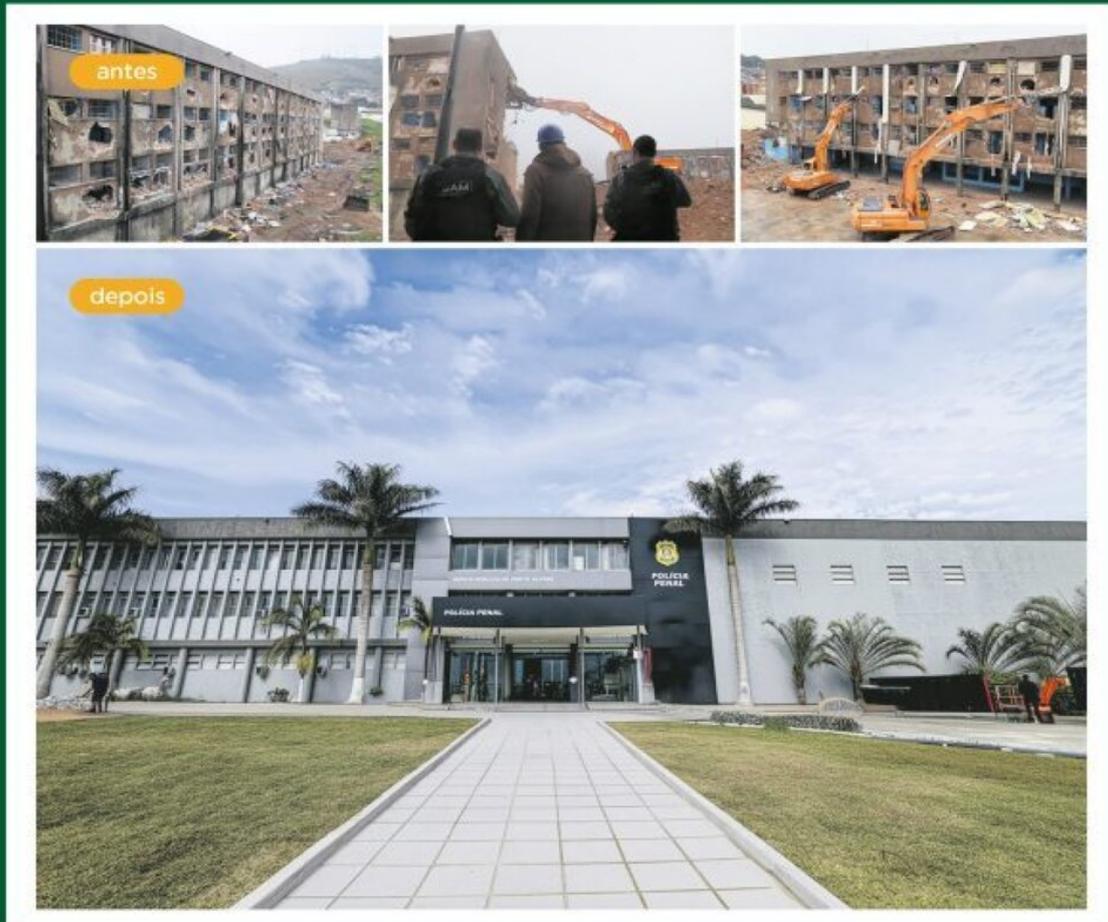
- para condenar o ex-ajudante de ordens Mauro Cid e Braga Netto, pelo crime de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, o placar foi de 5 votos a 0. Entretanto, em relação a esses dois réus, o placar foi de 4 votos

(Moraes, Dino, Carmén e Zanin) a 1 (Fux) pela condenação nos crimes de organização criminosa, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

A prisão não é imediata: a pena só passa a valer quando o processo estiver concluído e não houver mais possibilidade de recurso.

Por ordem do ministro Alexandre de Moraes, Bolsonaro está atualmente preso em prisão domiciliar. Ou seja, proibido de sair de casa, além de estar sendo monitorado por tornozeleira eletrônica e por policiais dentro de seu condomínio, em Brasília. Moraes viu risco de fuga do ex-presidente.

A SEGURANÇA PÚBLICA NO RS MUDOU. ESSE É SÓ MAIS UM EXEMPLO.



A inauguração da nova **Cadeia Pública de Porto Alegre** marca uma transformação histórica no sistema prisional gaúcho. Com a obra de readequação, o espaço foi totalmente renovado. Além de reforçar a ordem e a eficiência do sistema, o investimento de R\$ 139 milhões devolve dignidade aos servidores e às pessoas privadas de liberdade. A mudança permitiu que a Polícia Penal reassumisse a gestão prisional, liberando cerca de 200 policiais da Brigada Militar para o policiamento ostensivo nas ruas.

Essa entrega faz parte de um amplo conjunto de ações do Governo do Estado que estão mudando a segurança no Rio Grande do Sul: ampliação de vagas no sistema prisional, fortalecimento da Polícia Penal, fim da fila de tornozeleiras eletrônicas e mais oportunidades de trabalho e estudo para quem cumpre pena. O resultado é sentido por todos: hoje o Estado registra os menores índices de violência da história, e 2024 foi considerado o ano mais seguro que o Rio Grande do Sul já viveu. **Um novo modelo que enfraquece o crime organizado, fortalece a fiscalização e mostra que o RS está mais seguro para todos.**



SE PRECISAR,
CHAME AS
FORÇAS DE
SEGURANÇA.

LIGUE **193** PARA CORPO DE BOMBEIROS.
LIGUE **190** PARA BRIGADA MILITAR.



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**

Supremo condena Bolsonaro a 27 anos de prisão.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, nesta quinta-feira (11), o ex-presidente Jair Bolsonaro a 27 anos e três de prisão na ação que apurou um plano de golpe de Estado após as eleições de 2022.

Desses 27 anos e 3 meses, 24 anos e 9 meses são de reclusão (ou seja, pena para crimes que preveem regime fechado). E 2 anos e 6 meses de detenção (pena para crimes de regime semiaberto ou aberto). Como a pena total é superior a 8 anos, Bolsonaro terá que começar a cumpri-la em regime fechado.

Pela primeira vez na história do Brasil um ex-presidente é condenado por golpe de Estado. A denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) atribuiu ao ex-presidente e outros sete réus, considerados o núcleo central da chamada trama golpista, cinco crimes: tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito; organização criminosa armada; dano qualificado contra patrimônio da União; e deterioração de patrimônio tombado.

Para a PGR, a organização criminosa tentou derrubar a democracia e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva entre o fim de 2022

e o início de 2023. Por 4 votos a 1, a Turma entendeu que Bolsonaro é culpado em todos os cinco crimes atribuídos a ele.

A Turma decidiu também condenar os demais sete réus que foram julgados com Bolsonaro — ex-auxiliares do ex-presidente e militares.

Com a conclusão da análise das condutas de cada réu, foram condenados:

- Jair Bolsonaro, ex-presidente da República.
- Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).
- Almir Garnier, ex-comandante da Marinha.
- Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança do Distrito Federal.
- Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional.
- Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência e delator da trama golpista.
- Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa.
- Walter Souza Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil.

Os ministros ainda precisam terminar de discutir a dosimetria, ou seja, o tamanho das penas que serão impostas aos condenados.

A Primeira Turma é composta pelos ministros Alexandre de Moraes (relator), Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin, presidente do colegiado.

Ton Molina/STF



Pela primeira vez na história do Brasil um ex-presidente é condenado por golpe de Estado.

Como o ministro Luiz Fux divergiu dos colegas em diversos pontos e a denúncia contra Ramagem não foi totalmente analisada, o julgamento teve diferentes placares:

- para condenar Jair Bolsonaro, Almir Garnier, Anderson Torres, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira – pelos crimes de organização criminosa, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado, o placar foi de 4 votos (Moraes, Dino, Cármen e Zanin) a 1 (Fux).
- para condenar Alexandre Ramagem pelos crimes de organização criminosa, golpe de Estado e tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, o placar também foi 4 votos (Moraes, Dino, Cármen e Zanin) a 1 (Fux). O processo contra

Ramagem, que hoje é deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro, sobre dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado, foi suspenso. - para condenar o ex-ajudante de ordens Mauro Cid e Braga Netto, pelo crime de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, o placar foi de 5 votos a 0. Entretanto, em relação a esses dois réus, o placar foi de 4 votos (Moraes, Dino, Cármen e Zanin) a 1 (Fux) pela condenação nos crimes de organização criminosa, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

Vale destacar que o ex-presidente Jair Bolsonaro e Braga Netto estão presos preventivamente. Bolsonaro por desobedecer medidas impostas por Moraes. Braga Netto, por obstrução de Justiça.



SHOWS PAMPEANOS

13 SETEMBRO	15H MURIELZINHO • 16H15 JAISON E ESTHEVAN LIMA • 17H15 QUARTETO CANTO SERRANO
14 SETEMBRO	15H MARCO LIMA • 16H15 CHARLES ARCE • 17H15 PAQUITO & JÓIA
15 SETEMBRO	15H SU PAZ • 16H15 DANIEL HACK E OS GAÚCHOS LÁ DE FORA • 17H15 GRUPO BARBICACHO
16 SETEMBRO	15H DE LIMA E LENINHA • 16H15 BETINHO E CARLOS EDUARDO
17 SETEMBRO	15H GRUPO QUERO-QUERO • 16H15 JARI TERRES
18 SETEMBRO	15H CANTADOR DENIS IAROS • 16H15 MARCELO OLIVEIRA
19 SETEMBRO	15H PEPEU GONÇALVES • 16H15 NENITO SARTURI E GRUPO MANANCIAL
20 SETEMBRO	15H FOFA NOBRE E GRUPO • 16H15 GRUPO FUNDO DE CAMPO
21 SETEMBRO	15H PAULO COSTA E GRUPO ISTO É RIO GRANDE • 16H15 ADRIANO MACEDO E GRUPO LOKO DE GAÚCHO



rede pampa

Liberdade
82,5 FM



Toyota
CarHouse

JOVI

Claro



MRV

MARSA LA



Primeira Turma do Supremo condena o ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro, general Braga Netto, a 26 anos de prisão.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O general foi candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) sentenciou a pena de 26 anos para o general Walter Souza Braga Netto pela condenação no julgamento da trama golpista. O regime inicial será fechado. Moraes propôs uma pena seis meses maior, mas acolheu uma proposta de cálculo do presidente da Primeira Turma, Cristiano Zanin, que diminuiu a pena em um semestre.

Braga Netto é ex-ministro da Defesa e da Casa Civil e foi candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022. O total de 26 anos é dividido em duas categorias:

- 24 anos de reclusão (ou seja, pena para crimes que preveem regime fechado);
- 2 anos de detenção (pena para crimes de regime semiaberto ou aberto).

Além disso, foram fixados 100 dias multa para Braga Netto. Um dia multa equivale ao valor de um salário mínimo. A pena por cada crime fixada pela

Primeira Turma foi:

- organização criminosa: pena definitiva de 6 anos.
- abolição violenta do Estado Democrático de Direito: de 6 anos e seis meses.
- golpe de Estado: 8 anos e 6 meses.
- dano qualificado: 2 anos e 6 meses, 50 dias multa (1 salário mínimo cada).
- deterioração de patrimônio tombado: 2 anos e 6 meses, 50 dias multa (1 salário mínimo).

De acordo com a denúncia da Procuradoria-Geral da República, Braga Netto integrava o núcleo central da organização, com influência política e militar.

A PGR citou como prova documentos como a chamada Operação 142, apre-

endida em sua assessoria, que previa ofensivas contra o STF e decretos de exceção para impedir a posse de Lula. A defesa nega o envolvimento de Braga Netto e afirma que a acusação da PGR se baseou quase exclusivamente na delação de Mauro Cid, classificada como "mentirosa".

Os advogados alegaram que não há provas de que ele tenha financiado ações golpistas ou participado dos ataques de 8 de janeiro. Também disseram que disputas internas nas Forças Armadas explicam parte das acusações contra ele e que faltam provas materiais para sua condenação.

A Primeira Turma decidiu, ainda, condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a 27 anos e 3 meses no julgamento da trama golpista.

Desses 27 anos e 3 meses, 24 anos e 9 meses são de reclusão (ou seja, pena para crimes que preveem regime fechado). E 2 anos e 6 meses de detenção (pena para crimes de regime semiaberto ou aberto). Como a pena total é superior a 8 anos, Bolsonaro terá que começar a cumpri-la em regime fechado. Pela primeira vez na história do Brasil um ex-presidente é condenado por golpe de Estado.

Claro Multi
tá na sua
e tá com tudo:
agora com
ChatGPT Plus
incluso.

Claro^o-multi

Fibra
600 MEGA
com
globoplay
+

Pós
60 GIGA

Tudo por apenas
R\$ 159,90
/mês



ChatGPT Plus
Incluso por 4 meses



☎ 0800-720-1234 | 🔍 CLARO.COM.BR

Dependendo da cidade e localidade, a rede fixa não é composta integralmente por fibra ótica; o trecho final de conexão é composto por cabos coaxiais; consulte os endereços com rede 100% fibra ótica. Oferta Chat GPT Plus grátis por quatro meses válida na contratação de 600 mega + Claro Pós 60GB no Multi (25GB + 25GB para redes e vídeos) + 10GB de bônus. Consulte disponibilidade técnica, condições de contratação desta oferta, ativação, condições de uso, além de resgate do voucher Chat GPT Plus e mais informações, em www.claro-e.com/jQR21 ou ligue para 1052. Termos e condições: www.claro-e.com/2BTK

Claro^o

Ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres é condenado pelo Supremo a pena de 24 anos de prisão.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o ex-ministro da Justiça Anderson Torres a 24 anos de prisão no julgamento da Trama Golpista. A dosimetria da pena foi definida após a maioria dos ministros considerarem o ex-auxiliar de Jair Bolsonaro culpado em todos os cinco crimes apontados pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Por 4 votos a 1, o colegiado concluiu que Torres participou da organização que tentou impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e promover uma ruptura democrática entre o fim de 2022 e o início de 2023. Moraes, Dino, Cármen Lúcia e Zanin votaram pela condenação de Torres e dos demais réus pelos cinco crimes:

- golpe de Estado - tentar depor, com violência ou grave ameaça, um governo legitimamente eleito;
- tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito - tentar, com violência ou grave ameaça, impedir o funcionamento dos poderes da República;
- organização criminosa armada - quando quatro ou mais pessoas

se estruturam, com divisão de tarefas e uso de armas, para cometer crimes;

- dano qualificado contra patrimônio da União - destruir ou deteriorar bens públicos, causando grande prejuízo;
- deterioração de patrimônio tombado - atacar bens especialmente protegidos por lei, como os prédios dos Três Poderes.

Fux divergiu, absolvendo Bolsonaro, Garnier, Heleno e Paulo Sérgio, mas também reconheceu culpa de Braga Netto e Mauro Cid em um dos crimes. Mesmo com a condenação, a prisão não é imediata. É necessário ainda aguardar a leitura da sentença.

Mesmo depois disso, os advogados podem apresentar recursos, que precisam ser analisados pelo STF antes do cumprimento das penas.

Ou seja, mesmo em caso de condenação, a prisão não é imediata: a pena só passa a valer quando o processo estiver concluído e não houver mais possibilidade de recurso.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) fechou em 4 a 1 o julgamento da trama golpista, condenando o ex-presidente

Lula Marques/Agência Brasil



O colegiado concluiu que Torres participou da organização que tentou impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

Jair Bolsonaro e aliados dele por crimes como organização criminosa e golpe de Estado. É a primeira vez que um ex-presidente do Brasil é condenado por crimes contra a democracia.

Segundo a Primeira Turma do STF, os réus cometeram cinco crimes — exceto o réu Alexandre Ramagem, que não foi condenado pelo crime de dano, mas sim pelos outros três:

- Organização criminosa armada - quando quatro ou mais pessoas se estruturam, com divisão de tarefas e uso de armas, para cometer crimes. Pena de 3 anos (mínima) e pode chegar a 17 anos com as agravantes de uso de arma de fogo e participação de agentes públicos
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito

- tentar, com violência ou grave ameaça, impedir o funcionamento dos poderes da República. Pena de 4 anos (mínimo) a 8 anos (máximo).

- Golpe de Estado - tentar depor, com violência ou grave ameaça, um governo legitimamente eleito. Pena de 4 anos (mínima) a 12 anos (máxima).

- Dano qualificado contra patrimônio da União - destruir ou deteriorar bens públicos, causando grande prejuízo. Pena de seis meses (mínima) a 3 anos (máxima).

- Deterioração de patrimônio tombado - atacar bens especialmente protegidos por lei, como os prédios dos Três Poderes. Pena de 1 ano (mínima) a 3 anos (máxima).

Trama golpista: ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid é condenado a 2 anos de prisão em regime aberto pela Primeira Turma do Supremo.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu nesta quinta-feira (11) a pena do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, no julgamento da trama golpista. Por unanimidade, os ministros fixaram a punição em 2 anos de prisão, em regime aberto.

Cid foi condenado pelos cinco crimes atribuídos a ele pela Procuradoria-Geral da República, mas teve a pena reduzida devido ao acordo de delação premiada, no qual ele contou o que sabia sobre o esquema em troca de diminuição da pena.

Na delação, o militar detalhou reuniões, planos e documentos que apontavam para uma articulação de Bolsonaro e de auxiliares para tentar impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

As informações foram usadas como prova pelo relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, que considerou as declarações confirmadas por registros de reuniões, mensagens e minutas

Ton Molina/STF



Cid teve a pena reduzida devido ao acordo de delação premiada.

apreendidas pela Polícia Federal.

Os cinco crimes pelos quais Mauro Cid foi condenado são:

- Organização criminosa armada – quando quatro ou mais pessoas se estruturam, com divisão de tarefas e uso de armas, para cometer crimes. Pena de 3 anos (mínima) e pode chegar a 17 anos com as agravantes de uso de arma de fogo e participação de agentes públicos
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito – tentar, com violência ou grave ameaça, impedir o funcionamento
- Golpe de Estado – tentar depor, com violência ou grave ameaça, um governo legitimamente eleito. Pena de 4 anos (mínima) a 8 anos (máximo).
- Dano qualificado contra patrimônio da União – destruir ou deteriorar bens públicos, causando grande prejuízo. Pena de seis meses (mínima) a 3 anos (máxima).
- Deterioração de patrimônio tombado – atacar bens especialmente protegidos por lei,

como os prédios dos Três Poderes. Pena de 1 ano (mínima) a 3 anos (máxima).

Futuro

Condenado por tentativa de golpe, o tenente-coronel Mauro Cid pretende se mudar para os Estados Unidos após o cumprimento da pena no Brasil.

Uma das filhas do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro já vive nos EUA. Ele pretende reunir a família após quitar a pena de dois anos de prisão em regime aberto.

Cid já pediu transferência para a reserva, mas ainda mora num imóvel funcional no Setor Militar Urbano, em Brasília.

Supremo vota pela condenação do ex-comandante da Marinha Almir Garnier a 24 anos de prisão.

Os ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenaram nesta quinta-feira (11) o almirante Almir Garnier a 24 anos de prisão no julgamento da trama golpista. A Primeira Turma é composta pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Carmén Lúcia, Luiz Fux e Cristiano Zanin.

A dosimetria (tempo) da pena foi definida após a maioria dos magistrados considerarem o ex-comandante da Marinha culpado em todos os cinco crimes apontados pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Por 4 votos a 1, o colegiado concluiu que Garnier participou da organização que tentou impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e promover uma ruptura democrática entre o fim de 2022 e o início de 2023.

De acordo com a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), Almir Garnier participou de uma

Ton Molina/STF



Garnier foi considerado culpado em todos os cinco crimes apontados pela Procuradoria-Geral da República.

reunião entre o ex-presidente Jair Bolsonaro na qual foram apresentadas minutas com estudos para decretação das medidas de exceção. A ideia teria sido rechaçada pelos comandantes da Aeronáutica e Exército, mas o almirante teria dito ao ex-presidente que suas tropas estariam "à disposição".

Moraes, Dino, Carmén Lúcia e Zanin votaram pela condenação de Garnier e dos demais réus pelos cinco crimes:

- golpe de Estado: 8 anos de reclusão;
- tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito: 6 anos de reclusão;
- organização criminosa

- armada: 5 anos de reclusão;
- dano qualificado contra patrimônio da União: 2 anos e 6 meses de detenção e 50 dias-multa (cada dia-multa equivalente a um salário mínimo);
- deterioração de patrimônio tombado: 2 anos e 6 meses de reclusão e 50 dias-multa (cada dia-multa equivalente a um salário mínimo).

Fux divergiu, absolvendo Bolsonaro, Garnier, Heleno e Paulo Sérgio, mas também reconheceu culpa de Braga Netto e Mauro Cid em um dos crimes. Além de Garnier, foram condenados no mesmo processo:

- Jair Bolsonaro, ex-presidente da República;
- Walter Braga

- Netto, ex-ministro da Casa Civil;
- Mauro Cid, ex-ajudante de ordens e delator;
- Anderson Torres, ex-ministro da Justiça;
- Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin e hoje deputado federal;
- Augusto Heleno, ex-ministro do GSI;
- Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa.

Mesmo com a definição da pena, ainda cabe recurso da decisão, o que significa que os réus não serão presos de imediato. No Brasil, as penas só podem ser executadas depois que o caso transita em julgado, ou seja, depois que acabam todas as possibilidades de recurso.

Primeira Turma do Supremo fixa pena de 21 anos para o general Augusto Heleno.

Os ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) fixaram uma pena total de 21 anos para o general Augusto Heleno pela condenação na trama golpista. Heleno foi ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e um de seus principais conselheiros durante o mandato do ex-presidente.

Os 21 anos de pena são divididos em duas categorias:

- 18 anos e 11 meses de reclusão (ou seja, pena para crimes que preveem regime fechado);
- 2 anos e 1 mês de detenção (pena para crimes de regime semiaberto ou aberto).

Além disso, foram fixados 84 dias multa para Augusto Heleno. Um dia multa equivale ao valor de um salário mínimo.

A pena por cada crime fixada pela Primeira Turma foi:

- organização criminosa: pena definitiva de 4 anos e 5 meses.
- abolição violenta do Estado Democrático de Direito: de 4 anos e 9 meses.
- golpe de Estado: 5 anos.

dano qualificado: 2 anos e 1 mês, 42 dias multa (1 salário mínimo cada). - deterioração de patrimônio tombado: 2 anos e 1 mês, 42 dias multa (1 salário mínimo).

Por quatro votos a um — sendo o único voto divergente o do ministro Luiz Fux — o colegiado concluiu que Heleno participou da organização criminosa que tentou impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com o objetivo de promover a ruptura do Estado Democrático de Direito entre o fim de 2022 e o início de 2023.

Segundo a acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR), Augusto Heleno compôs o núcleo estratégico da organização criminosa e teve papel ativo nas articulações para a ruptura democrática.

A PGR citou como indício uma agenda apreendida na casa do general de quatro estrelas da reserva do Exército com registros de teor golpista.

Em contraponto, a defesa nega que Heleno tivesse co-

Marcos Corrêa/PR



O colegiado concluiu que Heleno participou da organização criminosa que tentou impedir a posse de Lula.

nhecimento de plano golpista e afirma que as anotações em sua agenda eram apenas lembretes pessoais.

Os advogados dizem ainda que, a partir do segundo ano do governo Jair Bolsonaro, sua influência nas decisões foi bastante reduzida. Por isso, não poderia ser responsabilizado por articulações de alto escalão para impedir a posse de Lula.

Esta foi a primeira vez que o Judiciário brasileiro condenou

generais e oficiais do Exército por tentativa de golpe de Estado.

O ex-presidente, apontado como líder da organização, foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão, com início em regime fechado. O ministro relator, Alexandre de Moraes, votou pela pena, considerando o agravamento de Bolsonaro "chefiar" o grupo e atenuantes, em todos os crimes, em razão da idade do ex-presidente.

CHAMADA DE PROJETOS

Reconstruir RS - Apoio à Resiliência Climática e Reconstrução Comunitária 2025

INSCRIÇÕES:

19/08 À 22/09/25

Fortalecendo Comunidades Locais do Rio Grande do Sul para Recuperação do Impacto das Enchentes

Área de abrangência:

Estado do Rio Grande do Sul

REALIZAÇÃO:



Acesse:

<https://casa.org.br/chamadas/reconstruir-rs-apoio-a-resiliencia-climatica-e-reconstrucao-comunitaria-2025/>



Supremo condena o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira a 19 anos de prisão.

Alan Santos/PR



O regime inicial do cumprimento da pena é o fechado.

O colegiado da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou uma pena total de 19 anos para o general Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa no governo Jair Bolsonaro (PL), pela condenação pela trama golpista.

O regime inicial do cumprimento da pena é o fechado. Além disso, foram fixados 84 dias multa para Paulo Sérgio Nogueira. Um dia multa equivale ao valor de um salário mínimo.

A pena por cada crime fixada pela Primeira Turma foi:

- Organização criminosa: pena definitiva de 4 anos e 5 meses.
- Abolição violenta do Estado Democrático de Direito: de 5 anos.
- Golpe de Estado: 4 anos.
- Dano qualificado: 2 anos e 1 mês, 42 dias multa (1 salário mínimo cada).
- Deterioração de patrimônio tombado: 2 anos e 1 mês, 42 dias multa (1 salário mínimo).

No entanto, a decisão ainda não será aplicada automaticamente. A justificativa

é que os réus ainda podem recorrer e tentar reverter as condenações. Nesse caso, o recurso seria na própria Primeira Turma.

A partir da publicação do acórdão com a decisão final, as defesas poderão apresentar os chamados embargos de declaração, recurso cujo objetivo é esclarecer omissões e contradições no texto final do julgamento.

Após análise do recurso, Alexandre de Moraes, ministro relator do processo, poderá determinar o início do cumprimento das penas.

Os réus não terão direito de levar o caso para o plenário do STF, pois precisariam ao menos de dois votos pela absolvição, o

que não aconteceu.

A pena foi proposta pelo relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, e acompanhada pelos ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin, formando maioria. O ministro Luiz Fux divergiu, votando pela absolvição de Nogueira, e por isso não fixou pena.

A PGR acusou Nogueira de apoiar a narrativa de fraude nas urnas e instigar a intervenção das Forças Armadas. Ele teria endossado a tese em reuniões de 2022 e participado de articulações para sustentar a ruptura democrática.

Em gravação obtida pela investigação, disse que via as Forças Armadas e o Mi-

nistério da Defesa “na linha de contato com o inimigo” e que era preciso “intensificar a operação”.

A defesa nega a acusação e afirma que Nogueira é inocente. Sustenta que ele atuou para conter medidas radicais de Bolsonaro e chegou a redigir um discurso em que o presidente reconheceria o resultado da eleição. Durante o julgamento, os advogados reforçaram que ele aconselhou Bolsonaro a não assinar medidas de exceção e que foi vítima de tentativa de deposição por outros generais. Também negam que ele integresse qualquer gabinete paralelo de crise.

Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência Alexandre Ramagem é condenado a 16 anos de prisão e perda do mandato de deputado federal.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou, nesta quinta-feira (11), a pena do deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem (PL-RJ), em 16 anos, 1 mês e 15 dias de prisão. A decisão, tomada pela maioria dos ministros, ocorreu no âmbito do processo sobre a trama golpista. A pena deverá ser cumprida, inicialmente, em regime fechado. O Supremo também determinou a perda do mandato do agora deputado federal.

Além da prisão, Ramagem foi condenado a pagar 50 dias-multa, cada um no valor de um salário mínimo.

A pena foi fixada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, e acompanhada pelos ministros Cármen Lúcia, Flávio Dino e Cristiano Zanin.

A pena foi dividida da seguinte forma, de acordo com cada crime:

- Organização Criminosa: 5 anos; - Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito: 4 anos, 3 meses e 15

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Ramagem foi condenado ainda a pagar 50 dias-multa, cada um no valor de um salário mínimo.

dias; - Golpe de Estado: 7 anos.

A decisão sobre a perda de mandato precisa passar pela Câmara dos Deputados para entrar em vigor. Quatro ministros votaram pela perda de mandato: Alexandre Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. A pena de inelegibilidade começa a valer a partir da decisão, por oito anos.

Julgamento

Por 4 votos a 1, a Primeira Turma do Supremo decidiu condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete aliados pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, organização criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito,

dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

Os votos pela condenação foram dados pelos ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Alexandre de Moraes, relator do caso, enquanto Luiz Fux defendeu a absolvição. É a primeira vez que um ex-presidente é condenado por tentativa de golpe de Estado na História do País.

Após a condenação, os ministros passaram à fase da dosimetria, quando discutirão as penas que serão aplicadas aos réus. A Primeira Turma definiu uma pena de 27 anos e 3 meses ao ex-presidente.

Além de Bolsonaro, foram condenados:

- Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, a 24 anos; - Anderson Torres, ex-ministro da Justiça, a 24 anos; - Augusto Heleno, ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, a 21 anos; - Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, a 2 anos de prisão, já que fez de lação premiada; - Paulo Sérgio Nogueira, e o ex-ministro da Defesa, a 19 anos; - Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil, a 26 anos; - Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin (neste caso, menos por dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado).

Bolsonaro pode ser preso imediatamente? Entenda os próximos passos após maioria por condenação no Supremo.

Primera Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta quinta-feira (11) para condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete réus por todos os crimes dos quais foram acusados pela Procuradoria-Geral da República na Trama Golpista.

O placar chegou a 3 votos a 1 após a ministra Cármen Lúcia acompanhar o relator, Alexandre de Moraes, e o ministro Flávio Dino. Os três votaram pela condenação de Bolsonaro, seus ex-auxiliares e militares. O ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma, ainda se manifesta.

Apesar da maioria formada, ainda é necessário aguardar o final dos votos, a leitura da sentença e a definição de cada pena, previstas para terminar até esta sexta-feira (12). Mesmo depois disso, os advogados podem apresentar recursos, que precisam ser analisados pelo STF antes do cumprimento das penas.

Ou seja, mesmo em caso de condenação, a prisão não é imediata: a pena só passa a valer quando o processo estiver concluído e não houver mais possibilidade de recurso.

Por ordem do ministro Alexandre de Moraes, Bolsonaro está atualmente preso em prisão domiciliar. Ou seja, proibido de sair de casa, além de estar sendo monitorado por tornozeleira eletrônica e por policiais dentro de seu condomínio, em Brasília. Moraes viu risco de fuga do ex-presidente.

A Primeira Turma do STF é composta pelos ministros Cristiano Zanin, presidente do colegiado, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Alexandre de Moraes e Flávio Dino.

Próximos passos

A decisão da Primeira Turma também vai abrir uma nova fase do processo: a dos recursos. Após a condenação, os réus só poderão recorrer no próprio Supremo, mas as possibilidades são restritas.

O advogado criminalista Guilherme Carnelós, mestre em Direito Penal Econômico pela FGV, explica que o primeiro caminho é a apresentação dos embargos de declaração — recurso usado para esclarecer dúvidas, omissões ou contradições no acórdão.

“Esse recurso, no entanto, tem alcance muito limitado e dificilmente reverte um cenário condenatório. O recente caso do ex-presidente Fernando Collor, condenado por corrupção, mostrou que o STF tem sido refratário a embargos de declaração, reconhecendo apenas erros materiais ou pontos formais”, afirma Carnelós.

Além dos embargos de declaração, pode haver a tentativa de apresentar embargos de divergência. Esse recurso é cabível quando existe precedente da outra Turma do STF em sentido contrário ao julgado. No entanto, especialistas consideram improvável esse recurso no caso, já que a trama golpista é inédita na jurisprudência brasileira.

“Em tese, a divergência não precisa se restringir ao mérito. Pode estar na forma de aplicação da pena ou em questões processuais. Mas a falta de precedentes torna improvável que esse recurso prospere”, pondera Carnelós.

Entre os recursos possíveis após uma eventual condenação de Jair Bolsonaro, o mais sensível é o chamado

Reprodução



A pena só passa a valer quando o processo estiver concluído e não houver mais possibilidade de recurso.

embargo infringente. Esse instrumento ganhou notoriedade durante a Lava Jato, quando foi utilizado pela defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para anular condenações.

Para que seja admitido, porém, é necessária a chamada divergência qualificada. Na prática, em um julgamento por Turma — composta por cinco ministros —, se apenas um divergir, prevalece o entendimento da maioria, quase como uma unanimidade. Mas, se dois magistrados apresentarem votos distintos do relator e da maioria, abre-se espaço para que a defesa ingresse com o recurso.

A advogada criminalista Marina Gomes lembra que os embargos infringentes só podem ser manejados em caso de divergência sobre o mérito da ação penal, como absolvição ou condenação. Divergências secundárias, como na dosimetria da pena, não seriam suficientes para admiti-los — entendimento já consolidado pelo ministro Alexandre de Moraes em julgamentos relacionados ao 8 de Janeiro.

O advogado Guilherme

Carnelós explica que, caso sejam admitidos, os embargos infringentes podem alterar o curso do processo. Isso porque o regimento prevê que, quando a decisão questionada é de uma Turma, o recurso deve ser redistribuído para a outra.

Na hipótese de Bolsonaro, portanto, caberia à Segunda Turma — composta por Edson Fachin (presidente), Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Nunes Marques e André Mendonça — reavaliar o caso.

Apesar disso, especialistas destacam que a questão ainda gera dúvidas, já que se trata de um processo inédito na história do Supremo. Não há clareza absoluta sobre todos os caminhos recursais disponíveis, e interpretações divergentes podem surgir.

Mesmo assim, há consenso em um ponto: dificilmente os embargos infringentes resultariam na reversão completa de uma condenação. A expectativa é que eventuais recursos tenham impacto limitado, atuando mais sobre o tamanho das penas aplicadas do que sobre a absolvição dos acusados.

Bolsonaro pode recorrer após a condenação? Entenda as opções do ex-presidente.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) votou por 4 a 1 pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros sete aliados por tentativa de golpe de Estado em 2022. A decisão também abre uma nova fase do processo: a dos recursos. Após a sentença, os réus só podem apelar ao próprio Supremo, mas as possibilidades são restritas.

O advogado criminalista Guilherme Carnelós, mestre em Direito Penal Econômico pela FGV, explica que o primeiro caminho é a apresentação dos embargos de declaração – recurso usado para esclarecer dúvidas, omissões ou contradições no acórdão.

“Esse recurso, no entanto, tem alcance muito limitado e dificilmente reverte um cenário condenatório. O recente caso do ex-presidente Fernando Collor, condenado por corrupção, mostrou que o STF tem sido refratário a embargos de declaração, reconhecendo apenas erros materiais ou pontos formais”, afirma Carnelós.

Embargos de divergência

Além dos embargos de declaração, pode haver a tentativa de apresentar embargos de divergência. Esse recurso é cabível quando existe precedente da outra

Turma do STF em sentido contrário ao julgado. No entanto, especialistas consideram improvável esse recurso no caso, já que a trama golpista é inédita na jurisprudência brasileira.

“Em tese, a divergência não precisa se restringir ao mérito. Pode estar na forma de aplicação da pena ou em questões processuais. Mas a falta de precedentes torna improvável que esse recurso prospere”, pondera Carnelós.

Embargos infringentes

Entre os recursos possíveis após uma eventual condenação de Jair Bolsonaro, o mais sensível é o chamado embargo infringente. Esse instrumento ganhou notoriedade durante a Operação Lava-Jato, quando foi utilizado pela defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para anular condenações.

Para que seja admitido, porém, é necessária a chamada divergência qualificada. Na prática, em um julgamento por Turma – composta por cinco ministros –, se apenas um divergir, prevalece o entendimento da maioria, quase como uma unanimidade. Mas, se dois magistrados apresentarem votos distintos do relator e da maioria, abre-se espaço para que a defesa ingresse com o

Ton Molina/STF



Recursos têm alcance limitado e só podem ser apresentados ao Supremo.

recurso.

A advogada criminalista Marina Gomes lembra que os embargos infringentes só podem ser manejados em caso de divergência sobre o mérito da ação penal, como absolvição ou condenação. Divergências secundárias, como na dosimetria da pena, não seriam suficientes para admiti-los – entendimento já consolidado pelo ministro Alexandre de Moraes em julgamentos relacionados ao 8 de Janeiro.

O advogado Guilherme Carnelós explica que, caso sejam admitidos, os embargos infringentes podem alterar o curso do processo. Isso porque o regimento prevê que, quando a decisão questionada é de uma Turma, o recurso deve ser redistribuído para a outra.

Na hipótese de Bolsonaro, portanto, caberia à Segunda Turma – com-

posta por Edson Fachin (presidente), Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Nunes Marques e André Mendonça – reavaliar o caso.

Apesar disso, especialistas destacam que a questão ainda gera dúvidas, já que se trata de um processo inédito na história do Supremo. Não há clareza absoluta sobre todos os caminhos recursais disponíveis, e interpretações divergentes podem surgir.

Mesmo assim, há consenso em um ponto: dificilmente os embargos infringentes resultariam na reversão completa de uma condenação. A expectativa é que eventuais recursos tenham impacto limitado, atuando mais sobre o tamanho das penas aplicadas do que sobre a absolvição dos acusados. (Com informações do portal InfoMoney)

"O jogo não acabou", diz Flávio Bolsonaro após a condenação do pai pelo Supremo.

Bruno Peres/Agência Brasil



"A pretexto de defender a democracia, os pilares da democracia foram quebrados para condenar um inocente", escreveu Flávio.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro, fez diversas publicações nas redes sociais na tarde dessa quinta-feira (11), para demonstrar sua indignação pela formação da maioria da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) pela condenação do pai dele por tentativa de golpe de Estado.

"Chamam de julgamento um processo que todos já sabiam o resultado antes mesmo de ele começar. Não pelo que viria a ser produzido nos autos, mas por quem iria julgar. A isso chamam de defesa da democracia. Não, isso é defesa da democracia. Não, isso é defesa da supremacia. Suprema perseguição. Querem matar Bolsonaro", escreveu em um post na rede social X (antigo Twitter).

"A pretexto de defender a democracia, os pilares da democracia foram

quebrados para condenar um inocente que ousou não se curvar a um ditador chamado Alexandre de Moraes", complementou o senador.

Flávio Bolsonaro também criticou diretamente o voto da ministra Cármen Lúcia, com o qual a maioria dos ministros da Primeira Turma consolidou a condenação de Jair Bolsonaro. "Cármen Lúcia não individualiza uma única conduta de ninguém, não cita uma prova de absolutamente nada", afirmou o parlamentar.

Ele ainda publicou um vídeo com um compilado de momentos em que Jair Bolsonaro foi visto

liderando multidões em atos políticos. No mesmo vídeo, comparou seu pai ao ministro Alexandre de Moraes: "O tipo de homenagem de amor e admiração a Jair Bolsonaro que um Alexandre de Moraes nunca terá na vida, pois só desperta desprezo e indiferença das pessoas. O jogo não acabou, está apenas começando!".

Flávio Bolsonaro também usou suas redes para acusar o ministro Moraes de utilizar sua posição para atingir politicamente seu pai. Segundo o senador, Alexandre de Moraes teria transformado o STF em "um grande teatro", utilizando

o poder do cargo para fins pessoais. "A mais alta Corte do Judiciário está fazendo um justicamento com as próprias mãos em praça pública", escreveu.

O senador afirmou que a condenação do ex-presidente não se baseia em provas concretas, mas em um processo viciado desde o início. Ele reforçou que, para ele, trata-se de uma ação política disfarçada de julgamento jurídico, com o objetivo de eliminar Jair Bolsonaro da vida pública e enfraquecer seus apoiadores. (Com informações da revista Veja)

"Fizeram com Bolsonaro o que tentaram fazer comigo", diz Trump após a condenação do ex-presidente brasileiro.

Andrea Hanks/The White House



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nessa quinta-feira (11) ter ficado surpreso e muito descontente com a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no STF (Supremo Tribunal Federal), acusado de tentativa de golpe de Estado.

O republicano não disse se aplicaria novas sanções a autoridades brasileiras, como foi questionado, mas afirmou que o STF conseguiu com Bolsonaro o que tentaram fazer com ele próprio nos EUA.

"Eu assisti ao julgamento. Eu o conheço bem. Como líder estrangeiro, achei que ele foi um bom presidente. É muito surpreendente que isso tenha acontecido. É muito parecido com o que tentaram fazer comigo, mas não conseguiram de jeito nenhum. Mas só posso dizer o seguinte: eu o conheci como presidente do Brasil. Ele era um homem bom, e não vejo isso acontecendo", afirmou, ao deixar a Casa Branca.

Trump ainda classificou o julgamento como algo "terrível" e "ruim" para o Brasil.

"Estou muito descontente com isso. Eu conheço o presidente

Bolsonaro, não tão bem, mas o conheço como líder de um país. E sempre o considerei muito direto, muito excepcional, na verdade, como homem, um homem muito excepcional. Acho que é algo terrível. Muito terrível. Acho que é muito ruim para o Brasil", disse Trump.

Trump vê semelhança entre os casos porque se tornou réu, alvo de uma ação penal nos EUA, em agosto de 2023, acusado de tentar subverter as eleições de 2020.

Em novembro de 2024, porém, após a eleição do republicano, o procurador especial Jack Smith, porém, pediu o arquivamento do caso. A decisão foi baseada no entendimento de que não se pode processar presidentes em exercício.

O processo havia sido apresentado após uma investigação liderada por Smith sobre as ações de Trump para tentar se manter no poder que culminaram no ataque de 6 de janeiro de 2021 ao Capitólio por uma multidão de seus apoiadores. Trump fez um discurso inflamado perto da Casa Branca na ocasião. O republicano, no entanto, conseguiu se livrar da ação e de suas consequências.

Aliados de Bolsonaro esperam novas sanções a autoridades brasileiras – do Supremo e também do governo federal – diante do julgamento do ex-presidente.

Estão no radar dos americanos restringir o visto de mais autoridades brasileiras e aplicar punições financeiras a mais pessoas.

Há ainda conversas sobre suspender algumas das 700 exceções dadas pelo governo americano na aplicação de 50% das tarifas a produtos importados do Brasil.

O governo Trump suspendeu a entrada nos EUA de Moraes e outros sete ministros do STF: Luis Roberto Barroso, Edson Fachin, Dias Toffoli, Cristiano Zanin, Flavio Dino, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. O PGR (Procurador-Geral da República), Paulo Gonet, também teve o visto suspenso.

Os EUA cancelaram ainda o visto da esposa e da filha de 10 anos do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em uma suposta retaliação ao Programa Mais Médicos. (Com informações da Folha de S.Paulo)

Jornais e sites pelo mundo repercutem a condenação de Bolsonaro.

Reprodução

A maioria dos principais veículos de comunicação estrangeiros repercutem a formação de maioria no Supremo Tribunal Federal (STF) pela condenação ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros sete réus que compõem o núcleo central da trama golpista.

— Veja o que dizem alguns dos sites internacionais:

El País

O jornal espanhol destaca a condenação de Bolsonaro pela "tentativa de golpe contra Lula" na chamada principal de seu site e afirma que o Brasil "dá um passo importante contra a impunidade" no país. Ao classificar de "julgamento politicamente mais significativo do Brasil nos últimos anos", o veículo contrapõe a decisão tomada apesar "da forte pressão de Donald Trump".

New York Times

O veículo americano aponta a "vasta conspiração" pela qual Bolsonaro foi acusado, e fala em "momento crucial" do julgamento que "testou a maior democra-

Brazil's Supreme Court Is On Course to Convict Bolsonaro in Coup Plot

A majority of voting justices said they plan to vote to convict Brazil's former president of trying to hold onto power. A final verdict could come Thursday.

▶ [Listen to this article](#) 5:30 min [Learn more](#)

▶ [Share full article](#)



O NYT aponta a "vasta conspiração" pela qual Bolsonaro foi acusado.

cia da América Latina".

The Guardian

O veículo britânico aponta que o ex-presidente brasileiro pode enfrentar "pena de prisão de décadas" ao ser condenado por "tentar se agarrar ao poder à força" depois da derrota em 2022.

O jornal ainda destaca as ações do "populista de extrema-direita" durante a pandemia e no combate às mudanças climáticas como pontos que o responsabilizaram e, com a condenação, geraram uma "euforia progressista com sua queda".

BBC

A emissora britânica BBC escreve sobre a condenação pela "conspiração golpista" de Bolsonaro e aponta que o ex-presidente

pode enfrentar "décadas de prisão".

Público

Um dos maiores jornais de Portugal, o Público destaca como sua principal manchete a "decisão histórica" que condena Bolsonaro por golpe de Estado.

Também pontua, ao longo do texto, a fala do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sobre conceder indulto ao ex-presidente caso seja eleito para este posto em 2026.

Washington Post

O veículo americano titula a notícia pela "tentativa de golpe e conspiração para assassinato" liderados por Bolsonaro. Ainda destaca, além disso, que o ex-presidente se torna o primeiro "condenado

por tentar minar a maior democracia da América Latina".

La Nación

O jornal da Argentina pontua a condenação na página principal de seu site como "histórica", e ainda destaca, ao longo do texto, Bolsonaro como "o grande ausente", devido ao fato de o ex-presidente não ter comparecido às sessões do julgamento.

Clarín

Também argentino, o Clarín destaca as condenações que pesam sobre Bolsonaro, além das discussões acerca da impossibilidade de anistia para os acusados neste caso. (Com informações da Folha de S.Paulo)

Alexandre de Moraes definirá onde Bolsonaro ficará preso somente após o fim do processo.

A decisão sobre onde Jair Bolsonaro (PL) deverá cumprir pena se condenado pela trama golpista será tomada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, relator do caso, após o fim do processo, quando não couberem mais embargos contra a decisão.

A Primeira Turma do tribunal decidiu nessa quinta-feira (11) condenar o ex-presidente a 27 anos de três meses de prisão.

São citados três possíveis destinos para o Bolsonaro: a Superintendência da Polícia Federal (PF) em Brasília, uma cela especial no Centro Penitenciário da Papuda, também na capital, e um quartel do Exército. A última possibilidade é tida como remota por integrantes do STF.

A defesa dele já planeja um pedido de prisão domiciliar depois de esgotar todos os recursos possíveis à provável condenação. O argumento será de que a saúde do político, de 70 anos, é frágil.

Os ministros da Primeira Turma do STF deram seus primeiros votos sobre o processo na terça-feira (9). Moraes e Flávio Dino defenderam a condenação de Bolsonaro e dos outros sete réus do núcleo central da trama golpista. Na quarta (10), votou Luiz Fux, que se manifestou pela absolvição do ex-presidente.

O voto necessário pela condenação por maioria veio da ministra Cármen Lúcia. Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma, também votou pela condenação de todos os réus.

A expectativa é que o ex-presidente só passe a cum-

prir sua pena em novembro. Após o julgamento, o Supremo precisa publicar o acórdão com a sentença — ato que costuma demorar cerca de 40 dias —, e as defesas têm 5 dias para apresentar embargos de declaração e 15 dias para embargos infringentes (quando há dois votos divergentes).

Pela jurisprudência do STF, a execução das penas só começa após a rejeição dos segundos embargos de declaração.

Bolsonaro está detido em casa desde o início de agosto por descumprir medidas cautelares determinadas por Moraes.

A hipótese de cumprimento de pena em um prédio da Polícia Federal teria semelhança com o caso do hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele ficou 580 dias na sede da PF em Curitiba (PR) depois de ser condenado e preso em 2018 no âmbito da Operação Lava-Jato.

A PF providenciou uma cela especial em Brasília para o caso de o ex-presidente ser colocado em prisão preventiva. A cela é uma sala improvisada com banheiro, cama, mesa e televisão, características semelhantes às do espaço que foi ocupado por Lula em Curitiba.

A Papuda, como é conhecido o complexo penitenciário de Brasília, já recebeu políticos famosos condenados por corrupção, como Paulo Maluf e Luiz Estevão. Como mostrou a colunista da Folha de S.Paulo Mônica Bergamo, a possibilidade de ficar preso no local causa pânico em Bolsonaro.

Aliados do político afirmam que ele teme ter pro-

Gustavo Moreno/STF



Possibilidades incluem prédio da PF, a Papuda e, menos provável, área militar; defesa quer domiciliar.

blemas de saúde, não ser atendido e até de morrer no presídio. Bolsonaro também mencionou a possibilidade de ser maltratado por outros presos. O ex-presidente teria direito a uma cela especial no presídio.

A hipótese de ele ficar detido em um quartel do Exército se deve ao fato de ele ser capitão reformado. A ideia desagradada à cúpula militar, que já pediu ao STF para o político não ser encaminhado a uma instalação das Forças Armadas.

Integrantes do STF avaliam que prender Bolsonaro em uma área militar poderia estimular movimentos de apoiadores em áreas próximas ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

Nesse cenário, haveria uma reedição dos acampamentos bolsonaristas em torno de quartéis que pediram golpe de Estado entre o fim de 2022 e o começo de 2023 para impedir que o então presidente eleito, Lula, tomasse posse.

Daí a pouca probabilidade de um local como esse ser escolhido para o cum-

primento de pena. Grupos acampados em Brasília participaram dos ataques às sedes dos Poderes em 8 de Janeiro de 2023.

A defesa de Bolsonaro deverá pedir para a pena ser cumprida em casa. O ex-presidente enfrenta problemas de saúde, como crises de soluços que às vezes provocam vômitos. Em agosto, Bolsonaro passou por exames em um hospital de Brasília e descobriu que havia tido duas infecções pulmonares, esofagite e gastrite. Ele trata hipertensão arterial e refluxo.

Além disso, o ex-presidente lida com consequências do atentado a faca que sofreu durante a campanha eleitoral de 2018. Ele foi submetido a uma cirurgia de 12 horas para remover aderências no intestino. Foi a sexta operação abdominal em Bolsonaro desde a facada. (Com informações da Folha de S.Paulo)

Senadora diz que Bolsonaro corre risco de morte se for preso na penitenciária da Papuda.

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) afirmou que Jair Bolsonaro corre risco de morte se tiver que cumprir pena em regime fechado, como no Complexo da Papuda, em Brasília (DF), devido a seu estado de saúde, com crises de soluço e consequências da facada sofrida na barriga durante a campanha eleitoral de 2018.

Nessa quinta-feira (11), por 4 votos a 1, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o ex-presidente e mais sete réus pelos crimes de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

“Em cima da mesa dele tem uma caixa de remédio. Aquele intestino só funciona com remédios que são tomados na hora certa”, disse a ex-ministra de Bolsonaro. “Você acha que lá no presídio alguém vai lembrá-lo da

Carlos Moura/Agência Senado



“Aquele intestino só funciona com remédios que são tomados na hora certa”, disse a senadora.

hora do remédio? Um senhor de 70 anos, como Bolsonaro, é extremamente distraído.”

A senadora mencionou também o histórico médico do ex-presidente, destacando as complicações que ele enfrentou desde o atentado sofrido em 2018. Damares afirmou que Bolsonaro possui uma condição de saúde frágil, que exige cuidados específicos e constantes. Segundo ela, o ex-presidente não teria condições de receber a atenção médica necessária em um ambiente prisional comum.

A parlamentar também aludiu às frequentes crises de soluço que acometem o ex-presidente. “Imagina

Bolsonaro com uma crise respiratória, que precisará de socorro imediato. Quem vai gritar até a hora do socorro chegar?”, questionou.

Damares Alves argumentou ainda que o cotidiano do ex-presidente é cercado de cuidados especiais que seriam inviáveis em um presídio. “Se ele for com o regime fechado, o corpo dele não vai aguentar mesmo. A alimentação dele é extremamente delicada. A (ex-primeira-dama) Michelle não está trabalhando à tarde. Está ficando de manhã em casa, porque é ela que faz a comida do Bolsonaro”, declarou.

A senadora também apontou que a estru-

tura carcerária atual não está preparada para atender a complexidade da condição de saúde de Bolsonaro. Ela ressaltou que o ex-presidente depende de cuidados alimentares e médicos rigorosos, sendo que qualquer falha nesse processo pode acarretar agravamentos imediatos e sérios.

De acordo com Damares, o risco não se limita a desconforto ou dificuldade de adaptação, mas envolve uma ameaça real à vida de Bolsonaro. Ela indicou que um possível encarceramento em regime fechado representaria um colapso físico inevitável ao ex-chefe do Executivo. (Com informações da revista Veja)

O peso do voto de Cármen Lúcia no julgamento de Bolsonaro.

O voto de Cármen Lúcia tem peso significativo no julgamento de Jair Bolsonaro. A expectativa era de que a posição dela, somada aos votos de Alexandre de Moraes e de Flávio Dino, consolidaria a maioria dos votos pela condenação do ex-presidente acusado de líder da trama golpista. E foi o que aconteceu.

É simbólico que Cármen Lúcia tenha decidido a votação que sacramentou o destino criminal e político de Bolsonaro. Entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2022, o então presidente acusou a ministra de fazer “de tudo” para que Lula se elegeisse presidente. Também atacou a ministra por decisões e votos que contrariaram os interesses de seu governo.

Cármen Lúcia também já criticou o governo de Jair Bolsonaro. Em março de 2022, durante julgamento do STF de

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Essa não foi a primeira vez que Cármen Lúcia definiu o destino de Bolsonaro.

ações que acusavam o ex-presidente de ferir a Constituição Federal no desmatamento da Amazônia, a ministra iniciou o voto falando metaforicamente de cupins.

“O que são esses cupins? O cupim do autoritarismo, o cupim do populismo, e cupim de interesses pessoais, o cupim da ineficiência administrativa. Tudo isso ajuda a construir um quadro que faz com que não se tenha o cumprimento objetivo da matéria constitucional”, declarou.

Não é a primeira vez que Cármen Lúcia define o destino de Bolsonaro. Em junho de 2023, a ministra deu um voto

que formou a maioria no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela inelegibilidade do ex-presidente.

Cármen é a quarta a votar na Primeira Turma do STF sobre o processo da trama golpista. Apenas Luiz Fux votou pela absolvição de Bolsonaro e outros réus. Depois da ministra, Cristiano Zanin, também votou pela condenação do ex-presidente.

Logo no início da sessão, a ministra marcou posição divergente de Fux, que não permitiu apertes ao voto apresentado na sessão de quarta-feira (10). Diante de pedidos de Dino e Moraes, concedeu

apartes, disse que fazia isso “com muito gosto” e que era “da prosa”. Ponderou, no entanto, que os apertes teriam de ser breves, porque queria falar. “Nós, mulheres, ficamos dois mil anos caladas”.

A ministra também enfatizou que escreveu um voto com 396 páginas, mas que não iria ler tudo, porque não haveria necessidade. Na quarta, Fux leu um voto de mais de 400 páginas ao longo de quase 11 horas. (Análise por Carolina Brígido, de O Estado de S.Paulo)

Responsável pelo voto da maioria, Cármen Lúcia é a única ministra mulher do Supremo.

O voto da ministra Cármen Lúcia consolidou nessa quinta-feira (11) a maioria na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) para condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete réus na chamada trama golpista.

Cármen foi a quarta integrante a votar e acompanhou integralmente o relator, Alexandre de Moraes, e o ministro Flávio Dino. Divergiu apenas do ministro Luiz Fux, que absolveu Bolsonaro e outros réus em seu voto apresentado na última quarta (10).

Única ministra da atual composição do Supremo, Cármen Lúcia também preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma das principais instituições atacadas pelo grupo investigado.

No voto dessa quinta, a ministra reforçou a segurança do sistema eleitoral e rebateu argumentos das defesas que confundiram os conceitos de voto impresso e voto auditável.

Durante seu voto, Cármen afirmou que os ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023

Sophia Santos/STF



Chegada ao Supremo em 2006, Cármen Lúcia é a ministra com mais tempo de atuação na Corte.

não foram um evento “banal”, mas resultado de uma engrenagem organizada ao longo do tempo:

“O 8 de janeiro de 2023 não foi um acontecimento banal, depois de um almoço de domingo, quando as pessoas saíram para passear. O inédito e infame conjunto de acontecimentos havidos ao longo de um ano e meio para inflar, instigar por práticas variadas de crimes, quando haveria de ter uma resposta no direito penal.”

Também destacou que, em sua visão, Bolsonaro liderou a organização criminosa.

“Eu tenho por comprovado pela Procuradoria-Geral da República que Jair Messias Bolsonaro praticou os crimes que são imputados a ele na condi-

ção de líder da organização criminosa.”

Falas anteriores

Na fase de aceitação da denúncia, ainda em 2023, Cármen já havia feito um voto duro em defesa da democracia:

“Ditadura mata. Ditadura vive da morte – não apenas da sociedade, da democracia, mas de seres humanos de carne e osso.”

Na etapa das falas das defesas, nesta semana, a ministra chamou atenção ao questionar o advogado de Paulo Sérgio Nogueira:

“Demover de quê? Porque até agora todo mundo diz que ninguém pensou nada, cogitou nada...”, perguntou Cármen, ao ouvir que o ex-ministro teria tentado demover Bolsonaro de medidas extremas.

No início de seu voto dessa quinta, a ministra disse que esta ação penal é um encontro do Brasil com seu passado, presente e futuro.

“O que há de inédito, talvez, nessa ação penal, é que nela pulsa o Brasil que dói.”

Ela citou a historiadora Heloisa Starling para reforçar que “não se faz um golpe em um dia, e o golpe não acaba em uma semana, nem em um mês”.

Trajatória

Cármen Lúcia chegou ao STF em 2006, indicada pelo então presidente Lula. Presidiu a Corte de 2016 a 2018 e, atualmente, ocupa também a presidência do TSE, com mandato até 2026. É a ministra com mais tempo de atuação no Supremo.

Após Fux votar pela absolvição de Bolsonaro, Alexandre de Moraes mostra vídeo de Bolsonaro com ataque ao ministro.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator da ação penal da trama golpista, mostrou nesta quinta-feira (10) um vídeo com ataques de Jair Bolsonaro a ministros da Corte, como o próprio Moraes e Luiz Fux, colega que na véspera votou pela absolvição do ex-presidente.

Em comício do dia da Independência, em 2021, o então presidente Bolsonaro discursou citou indiretamente Fux, que ocupava a Presidência do STF:

"Nós não podemos continuar a aceitar uma pessoa específica da região da Praça dos Três Poderes continue barbarizando nossa população. Não podemos aceitar mais prisões políticas no nosso Brasil. Ou o chefe desse poder (Fux) enquadra o seu (Alexandre de Moraes), ou esse poder pode sofrer aquilo que nós não queremos, porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada poder da República", disse Bolsonaro.

Moraes rebateu

Antonio Augusto/STF



Moraes rebateu ainda argumentos do voto de Fux.

ainda argumentos do voto de Fux. Segundo o relator, "havia forte armamento" na tentativa de golpe. Ele se manifestou durante o voto de Cármen Lúcia, em um pedido de "aparte".

"Essa organização criminosa era fortemente armada, e já foi reconhecido aqui, já há maioria desse sentido, da condenação de dois réus, o colaborador Mauro Cid e o general Braga Netto, em virtude do planejamento do Punhal Verde Amarelo e da operação Copa 2022, havia forte armamento, então os autos demonstram a grave violência, a utilização de armas para a violência e grave ameaça", frisou.

O magistrado também argumentou que

não é possível minimizar os acontecimentos.

"É muito importante deixarmos muito claro, principalmente para a sociedade, que não foi um domingo no parque, não foi um passeio na Disney. Foi uma tentativa de golpe de Estado, não foi combustão espontânea", disse Moraes.

O relator da trama rebateu ainda diretamente os argumentos de Fux, que criticou em seu voto o encadeamento de fatos apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Na quarta-feira, ao votar pela absolvição de Bolsonaro, Fux citou a reunião dos "kids pretos" em um prédio em Brasília, desqualificando a prova trazida pela Polícia Federal.

Disse Moraes:

"Se nós pegarmos, ministro Flávio, um fato isolado...A reunião dos kids pretos, que na verdade, foi um salão de festas fechado. 'Mas a reunião dos kids pretos, eles não podem se reunir?' A questão é o encadeamento (dos fatos)", disse.

Além de Bolsonaro, são réus o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), o almirante e ex-comandante da Marinha Almir Garnier, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, o ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional Augusto Heleno, o tenente-coronel Mauro Cid, o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, e o ex-ministro da Casa Civil Walter Braga Netto.

Veja como votou o ministro do Supremo Luiz Fux em cada crime para cada réu no julgamento da trama golpista.

Terceiro a votar no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros sete réus por tentativa de golpe de Estado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux condenou apenas dois dos oito acusados, e mesmo assim, em apenas um dos cinco crimes imputados.

Além do ex-presidente, respondem ao processo Walter Braga Netto (ex-ministro da Defesa e da Casa Civil), Augusto Heleno (ex-ministro do GSI), Alexandre Ramagem (deputado federal e ex-diretor da Abin), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha) e Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro). As únicas condenações de Fux foram contra Cid e Braga Netto, por tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito.

Os réus respondem pelos crimes de: organização criminosa, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano a bem tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União.

Bolsonaro foi absolvido de todos os crimes apontados na denúncia da PGR. O ministro defendeu que ninguém pode ser punido apenas pela cogitação e que Bolsonaro não poderia ter cometido tentativa de golpe de Estado porque era presidente. Fux também minimizou as diferentes versões da minuta golpista que circulou entre apoiadores do ex-presidente e afirmou que discursos contra o sistema eleitoral e as instituições não configuram tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito, já que esse crime exige condutas violentas.

O ministro classificou as reuniões de Bolsonaro com os comandantes das Forças Armadas, nas quais se discutiu um suposto decreto golpista, como "vaga cogitação". Ressaltou ainda que não há provas de que Bolsonaro tinha conhecimento do plano que previa o assassinato de Moraes, Lula e Geraldo Alckmin, nem dos bloqueios indevidos da Polícia Rodoviária Federal no dia da eleição.

Fux também rejeitou a qualificadora de uso de armas para todos os réus, que poderia elevar as penas. Ele argumentou que não basta que os integrantes da suposta organização criminosa portassem armas: seria preciso comprovar o uso efetivo por ao menos

um deles durante as atividades do grupo, o que não ficou demonstrado.

Em relação ao crime de dano qualificado contra o patrimônio da União, Fux defendeu que ele fosse absorvido pelo crime de deterioração de patrimônio tombado. Apesar disso, absolveu todos os réus, argumentando que nenhum deles estava presente nos atos de 8 de janeiro e que não há provas de que tenham ordenado os ataques às sedes dos Poderes.

Por fim, o ministro defendeu que o crime de golpe de Estado fosse absorvido pela tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, pelo qual condenou Cid e Braga Netto.

— Posicionamento de Fux em relação a cada réu:

Mauro Cid

- Organização criminosa: absolvido
- Golpe de Estado: absolvido
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito: condenado
- Dano a bem tombado: absolvido
- Dano qualificado contra o patrimônio da União: absolvido

Almir Garnier

- Organização criminosa: absolvido
- Golpe de Estado: absolvido
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito: absolvido
- Dano a bem tombado: absolvido
- Dano qualificado contra o patrimônio da União: absolvido

Jair Bolsonaro

- Organização criminosa: absolvido
- Golpe de Estado: absolvido
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito: absolvido

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Fux condenou apenas dois dos oito acusados.

- Dano a bem tombado: absolvido
- Dano qualificado contra o patrimônio da União: absolvido

Walter Braga Netto

- Organização criminosa: absolvido
- Golpe de Estado: absolvido
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito: condenado
- Dano a bem tombado: absolvido
- Dano qualificado contra o patrimônio da União: absolvido

Augusto Heleno

- Organização criminosa: absolvido
- Golpe de Estado: absolvido
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito: absolvido
- Dano a bem tombado: absolvido
- Dano qualificado contra o patrimônio da União: absolvido

Alexandre Ramagem

- Organização criminosa: absolvido
- Golpe de Estado: absolvido
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito: absolvido

Anderson Torres

- Organização criminosa: absolvido
- Golpe de Estado: absolvido
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito: absolvido
- Dano a bem tombado: absolvido
- Dano qualificado contra o patrimônio da União: absolvido

Paulo Sérgio Nogueira

- Organização criminosa: absolvido
- Golpe de Estado: absolvido
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito: absolvido
- Dano a bem tombado: absolvido
- Dano qualificado contra o patrimônio da União: absolvido. (Com informações do portal InfoMoney)

Ministro do Supremo Luiz Fux condenou mais de 600 réus do 8 de Janeiro por crimes pelos quais absolveu Bolsonaro; veja mudanças.

O voto do ministro Luiz Fux no julgamento de oito réus no núcleo crucial da trama golpista, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro, marcou uma guinada em relação à sua atuação no 8 de Janeiro. Se antes o ministro defendeu a competência do Supremo e acompanhou Alexandre de Moraes na condenação de mais de 600 réus por tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado, agora votou pela absolvição de Bolsonaro e outros réus nesses mesmos crimes.

Além disso, se lá nos julgamentos dos acusados ele condenou também por associação criminosa armada, agora absolveu todos os réus do núcleo crucial por tipo penal semelhante: organização criminosa.

Para juristas, o posicionamento de Fux contradiz a própria jurisprudência adotada por ele na Primeira Turma em processos de fatos conexos. Eles lembram que os réus do 8 de Janeiro foram julgados pelos mesmos crimes imputados ao ex-presidente, com fundamentos semelhantes, o que fragiliza a consistência do voto e abre espaço para questionamentos jurídicos e políticos.

Veja algumas diferenças de postura de Fux nos casos de executores e representantes do núcleo crucial do golpe.

* Competência do STF

— Como votou no caso do 8/1: Fux validou a competência da Corte em mais de 672 julgamentos da Primeira Turma, sob relatoria de Alexandre de Moraes, sem levantar questionamentos —

mesmo em fatos conexos aos atribuídos a Bolsonaro.

— Como votou no núcleo crucial: Na ação penal do golpe, iniciou a divergência ainda nas preliminares, ao sustentar que os réus não têm prerrogativa de foro e, por isso, não deveriam ser julgados pelo Supremo.

“Não estamos julgando pessoas que têm prerrogativa de foro, estamos julgando pessoas sem prerrogativa de foro”, disse, ao pedir a nulidade de todos os atos da ação.

* Golpe de Estado

— Como votou no caso do 8/1: Acompanhou Alexandre de Moraes e votou pela condenação de réus pelo crime de golpe de Estado.

— Como votou no núcleo crucial: Absolveu Bolsonaro, Almir Garnier, Braga Netto, Augusto Heleno e Mauro Cid, até o momento, por este crime. Argumentou que não há provas de que um plano de golpe tenha sido efetivamente colocado em prática pelo ex-presidente e classificou o que houve como “vaga cogitação” de medidas de exceção.

Para ele, “atos preparatórios” não podem ser punidos criminalmente e “é desarrazoado equiparar palavras a atos efetivos de violência”.

- Crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito

— Como votou no caso do 8/1: Seguiu o relator e condenou centenas de réus, entendendo que houve tentativa de subverter o regime por meio de violência e grave ameaça contra as instituições.

— Como votou no núcleo

Rosinei Coutinho/STF



Ministro apresentou posições distintas sobre competência da Corte e delitos de golpe, organização criminosa e dano.

crucial: Absolveu quase todos os réus, com exceção de Braga Netto e Mauro Cid. Divergiu do procurador-geral da República, Paulo Gonet, nos demais casos, e afirmou que “a simples defesa de mudança do sistema de votação não pode ser considerada narrativa subversiva”.

- Crime de dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado

— Como votou no caso do 8/1: Acompanhou a condenação de réus por esses delitos, aceitando a tese de que a participação coletiva nos atos de depredação bastava para caracterizar o crime.

— Como votou no núcleo crucial: Absolveu Bolsonaro. Afirmou não haver prova de que o ex-presidente tenha ordenado à multidão que atacasse os prédios públicos.

Contradição

Para o criminalista e coordenador do curso de Direito da ESPM-SP, Marcelo Crespo, a guinada não tem explicação jurídica. Ele avalia que as teses até podem

ser debatidas, mas que “Fux foi contraditório com ele próprio”, já que sempre manteve perfil punitivista. Crespo completa afirmando que a mudança só pode ser entendida em chave política: “Ele deu um duplo twist carpado”.

O criminalista David Metzker concorda e afirma que esse posicionamento reforça a contradição do ministro. Ele lembra que, nas ações do 8 de Janeiro, Fux acompanhou a condenação de centenas de réus pelos mesmos delitos patrimoniais, aceitando a tese de que a participação coletiva bastava para configurar o crime.

No ponto da competência, a professora da ESPM-SP Ana Laura Barbosa também vê incoerência. Ela recorda que o fundamento usado pelo Supremo para julgar os atos do 8 de Janeiro foi justamente a existência de autoridades com foro privilegiado. “É a mesma justificativa aplicada ao núcleo 1 da trama golpista”, afirma. (Com informações de O Estado de S.Paulo)

Voto divergente do ministro Fux cria incômodo entre ministros da Primeira Turma do Supremo em julgamento sobre a trama golpista.

Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) não disfarçaram o incômodo diante do voto divergente de Luiz Fux durante o julgamento da trama golpista na quarta-feira (10), que defendeu a absolvição do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Reservadamente, um ministro disse que o conteúdo não chegou a surpreendê-lo diante dos sinais que Fux vinha dando nos últimos meses, mas reclamou do tempo que ele levou para concluir a sua exposição. O voto durou mais de dez horas.

Ministros, no entanto, apontaram que havia incongruências no voto, já que ele defendeu a condenação do tenente-coronel Mauro Cid, mas absolveu Bolsonaro e Almir Garnier, que foi comandante da Marinha. “Como Cid poderia dar um golpe sem a Marinha e sem o presidente?”, questionou um magistrado.

Também afirmaram que a manifestação de Fux, que não viu provas para condenar Bolsonaro, insuflaram a militância, o que fez aumentar os ataques contra os ministros nas redes sociais. No meio da tarde de quarta, o ministro Flávio Dino pediu para que a Polícia Federal investigasse as ameaças.

Na maior parte do tempo, o clima no plenário da Primeira Turma foi de

desconforto. Os ministros Alexandre de Moraes, relator do caso, e Cármen Lúcia ficaram quase toda a sessão inclinados sobre seus computadores, de cabeça baixa.

Durante o dia, Moraes chegou a proferir decisões. Em uma delas, autorizou Bolsonaro a deixar a sua residência, onde cumpre prisão domiciliar, para realizar um procedimento médico neste domingo (14).

Já Dino passou a maior parte do tempo fazendo anotações, com algumas olhadelas no celular. O único que manteve contato visual com Fux enquanto o ministro votava foi Cristiano Zanin, presidente do colegiado.

Os colegas assistiram mudos às declarações do ministro. Isso porque Fux pediu para não ser interrompido enquanto votava, o que não é usual. Um deles disse que Fux não quis ser rebatido sobre as divergências apresentadas. Outro, que a solicitação é “coisa de quem está inseguro”.

Reservadamente, um integrante do colegiado ironizou a postura de Fux e disse que ficou com medo de ele pedir a condenação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que foi o autor da denúncia.

Também apontou que o ministro foi mais incisivo que os advogados dos réus. Já no início da sua

Antonio Augusto/STF



Voto do ministro nesse caso consolidou a postura mais “garantista” que ele passou a adotar ao longo da tramitação da ação.

manifestação, Fux reforçou um argumento muito utilizado pelas defesas: que não houve tempo hábil para analisar as “bilhões de páginas” do caso.

Para um outro ministro, o colega “inovou” ao falar em cerceamento de defesa. Ele lembrou também que em “centenas” de processos sobre o 8 de Janeiro Fux acompanhou Moraes, “inclusive nas penas” impostas aos acusados.

O voto de Fux consolidou a postura mais “garantista” que ele passou a adotar ao longo da tramitação da ação da trama golpista e deixou no passado o tom “punitivista” que marcou a sua atuação nos casos da Operação Lava-Jato.

O ministro costumava adotar posições mais duras em matéria penal e ser menos legalista em relação aos direitos dos réus,

o que lhe valeu a alcunha de “lavajatista”.

Um dos momentos que marcaram essa inflexão aconteceu em março, quando Fux pediu vista no caso da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, que pichou a frase “Perdeu, mané” na estátua “A Justiça”, que fica em frente ao prédio do Supremo. Ao votar no caso, ele defendeu uma pena de 1 ano e 6 meses contra a acusada, que, no fim, foi condenada a 14 anos de prisão.

Nos últimos meses, porém, o ministro tornou-se o principal contraponto em relação a Moraes. Ele mencionou o assunto ao votar. “Eu ingressei fundo (na ação da trama golpista) e disse isso ao ministro Alexandre. Nós temos dissenso, não temos discórdia. Nós somos amigos.” (Com informações do Valor Econômico)

Ministro do Supremo Luiz Fux se contradiz em voto, e gabinete fala em erro de digitação.

O voto do ministro Luiz Fux na quarta-feira (10), de acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), teve um erro de digitação sobre a relação entre os crimes de tentativa de golpe de Estado e de tentativa de abolição do Estado democrático de Direito.

Durante seu voto, Fux afirmou que o crime de tentativa de golpe de Estado (pena de 12 anos de prisão) absorve o de tentativa de abolição do Estado democrático de Direito (pena de até 8 anos).

”Nesta situação específica a que nós estamos referindo, a tentativa de golpe de Estado, na minha visão, absorve o crime de abolição violenta do Estado democrático de Direito”, disse o ministro.

Essa tese já foi debatida por outros ministros do STF, entre eles o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso.

No entanto, em outro momento do voto, que durou mais de

Felipe Sampaio/STF



Ministro apresentou duas teses sobre a relação entre os crimes de tentativa de golpe de Estado e de tentativa de abolição do Estado de Direito.

12 horas, Fux disse o contrário:

”Em razão das premissas teóricas lançadas ao início de meu voto, considere o crime de golpe de Estado previsto no art. 359-M do CP absorvido pelo crime de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito”.

Quando o texto do voto foi disponibilizado, continha as duas teses: a de que o golpe absorve a abolição e a de que a abolição absorve o golpe.

Isso é importante porque a defesa dos acusados sustentava que o crime menor deveria absorver o maior, o que reduziria

a pena máxima para 8 anos.

No entanto, a tese de outros ministros do Supremo é a oposta: caso se entenda que há absorção, prevalece o crime com pena mais alta.

Questionado sobre essas duas manifestações contraditórias do ministro Fux, o STF disse, após consulta ao gabinete do ministro, que foi um erro de digitação.

Cid

Em seu voto, Fux condenou o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, por tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, e o absolheu por crime de

golpe de Estado.

”Jugo procedente em parte o pedido de condenação do réu MAURO CESAR BARBOSA CID, condenando-o pelo crime de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do CP), e julgo improcedente o pedido de condenação do réu MAURO CESAR BARBOSA CID, pelo crime de golpe de Estado (art. 359-M do CP), posto aplicável a consunção in casu”.

De acordo com criminalistas, é possível, sim, condenar pelo crime-meio (abolição), quando se absolve pelo crime-fim (golpe de estado).

Voto do ministro Luiz Fux no julgamento de Bolsonaro é contraditório e destoa de sua trajetória, dizem especialistas.

O voto do ministro Luiz Fux no julgamento da trama golpista, na última quarta-feira (10), foi considerado contraditório, inconsistente e divergente em relação ao seu histórico punitivista, na avaliação de especialistas em direito consultados pelo Valor.

O magistrado destoou dos colegas que votaram no dia anterior pela condenação dos réus, Alexandre de Moraes, e Flávio Dino, e defendeu a nulidade do processo e a incompetência do Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar a trama golpista.

“Há inconsistências no voto. O problema não é ele adotar as teses de defesa, mas mobilizar argumentos que são contraditórios entre si”, diz Rubens Glezer, professor de direito constitucional da FGV Direito-SP. Na opinião de Glezer, Fux escolheu visões conforme a conveniência, gerando “fragilidade no discurso jurídico ou, pelo menos, uma tensão lógica muito grande”.

O professor cita como exemplo o momento em que o ministro criticou a possibilidade de o Supremo mudar seu entendimento sobre foro privilegiado, mas em seguida se justificou sobre sua própria alteração de entendimento sobre delação premiada, pregando que “o direito é mutável, flexível e tem que acompanhar a sociedade”.

Bruno Salles Ribeiro, mestre em direito penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), afirma que “fica difícil entender qual referencial teórico ele usou” ao avaliar condutas dos réus como atos preparatórios, e não executórios. Diz ainda que Fux “desvirtuou o conteúdo dos votos” de Moraes e Dino, ao dizer que opiniões não seriam consideradas crimes de golpe. “Os ministros jamais sustentaram isso. Apenas contextualizaram esses fatos com outros atos de execução que foram minuciosamente enumerados.”

O voto de Fux foi “tecnicamente ruim”, com “um compilado de citações doutrinárias, que não ajudam a conclusão do ministro”, na avaliação de Ricardo Yamin, doutor em direito. “Juridicamente, o voto é perigoso, pois criaria um precedente ruim em diversas matérias criminais.”

Yamin diz ainda que “o ministro fez um raciocínio absolutamente equivocado” para chegar à conclusão de que não houve tentativa de golpe, usando como base de comparação outros episódios. “Isso é desconsiderar todo o contexto na hora de julgar.”

Já o criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay) exaltou as discordâncias e disse que “a unanimidade nem

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ministro era conhecido por histórico punitivista, o que não se viu em sua manifestação no julgamento.

sempre é a melhor solução”. Segundo ele, o voto divergente reforça “a completa independência do Supremo”, mas “ele ficará vencido em um julgamento que garantiu todo o direito de defesa”.

Segundo os advogados, a contestação à competência do STF para julgar o caso contraria o entendimento consolidado pelo plenário. “O STF decidiu isso antes do início deste julgamento e reiterou o posicionamento nos casos do 8 de janeiro”, explica Ribeiro. Há ainda a previsão do regimento interno de que ataques à corte possam ser julgados pelo próprio tribunal.

“É importante salientar que Fux restou vencido no julgamento deste ano que entendeu pela prorrogação do foro por prerrogativa de função, então, ao menos a rigor, ele não está sendo contraditório em relação à sua posição anterior, mas, sim,

ao entendimento colegiado”, diz a advogada Beatriz Alaia Colin.

Os analistas também demonstraram surpresa com a postura garantista, isto é, mais favorável aos argumentos das defesas. Segundo o criminalista David Metzker, Fux é um dos ministros do STF que menos concedem habeas corpus e recursos em habeas corpus. “Embora a decisão tenha sinalizado maior atenção a teses defensivas, os dados mostram que essa postura não se reflete, de modo geral, em seu histórico.”

Glezer lembra que “todo o histórico de Fux, desde a entrada dele no STF, é punitivista” e que ele agiu assim nos julgamentos do mensalão, da Operação Lava-Jato e dos réus do 8 de Janeiro, com “com penas duras e recados de combate à impunidade”. (Com informações do Valor Econômico)

Voto do ministro do Supremo Luiz Fux ganha destaque na mídia internacional: "Rompendo com os pares".

O voto do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), repercutiu na imprensa internacional, na quarta-feira (10). Fux foi o terceiro a se manifestar no julgamento que analisou a responsabilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro e de sete militares acusados de envolvimento em uma tentativa de golpe de Estado.

A agência de notícias Reuters destacou a posição do ministro com a manchete: "Juiz brasileiro vota pela anulação do caso Bolsonaro, rompendo com pares". A publicação ressaltou que Fux divergiu dos votos dos ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino, que se posicionaram a favor da condenação dos réus.

"A divergência no tribunal aumenta a tensão em um caso que já polarizou o País e levou milhares de apoiadores de Bolsonaro às ruas em protesto", escreveu a agência.

O jornal espanhol EFE também repercutiu o voto, com a manchete: "O terceiro juiz do caso Bolsonaro pede a anulação do processo por 'incompetência' do Supremo Tribunal Federal".

A publicação enfatizou o argumento central de Fux, segundo o qual o STF não teria competência para julgar crimes supostamente cometidos após o fim do mandato de Bolsonaro. Para o ministro, os atos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, quando o ex-presidente já não estava mais no cargo, não estariam sob a jurisdição da

Corte.

No jornal argentino La Nación, o voto do ministro Luiz Fux foi destaque na reportagem intitulada: "Um juiz do Supremo Tribunal Federal pede a anulação do processo golpista contra Bolsonaro".

O texto ressaltou a crítica de Fux à competência do STF para julgar o caso envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, classificando como de "absoluta incompetência" a atuação da Turma composta por cinco ministros responsável pela análise da ação penal.

"Ainda parece bastante provável que o Supremo Tribunal Federal condene Bolsonaro por planejar um golpe para permanecer no poder após o término de seu mandato. Bolsonaro, de 70 anos, que está em prisão domiciliar, pode pegar mais de 40 anos de prisão", escreveu o jornal.

O voto do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, também ganhou destaque na imprensa internacional. Sua manifestação foi marcada por uma firme defesa da soberania brasileira, além de classificar Jair Bolsonaro como chefe de uma organização criminosa que teria articulado uma tentativa de golpe de Estado. Moraes votou pela condenação do ex-presidente e de todos os demais envolvidos.

Condenação

O julgamento na Primeira Turma do STF teve fim nessa quinta-feira (11), após duas semanas. Na sessão final, a Corte teve os últimos dois votos res-

Carlos Moura/STF



Luiz Fux foi o terceiro a se manifestar no julgamento.

tantes (de Cármen Lúcia e Cristiano Zanin), definiu o tamanho das penas de Bolsonaro e outros sete réus e rechaçou a brecha para perdoar crimes cometidos contra a democracia.

Bolsonaro foi tornado culpado pelos crimes de organização criminosa, golpe de Estado, abolição do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Antes de sugerir a pena, Moraes defendeu uma "resposta estatal" dura para inibir novas intenções golpistas.

"As circunstâncias judiciais devem ser analisadas para evitar a reiteração de uma histórica repetição em nosso País da transformação de grupos políticos, com apoio de determinados setores das Forças Armadas, em organizações criminosas", disse.

Além do ex-presidente, o delator Mauro Cid foi condenado a 2 anos em regime aberto. Ao definir a pena, Moraes acatou alguns benefícios firmados no acordo de delação pre-

miada, mas negou o pedido de perdão judicial – alegando que crimes contra a democracia não permitem anistia.

Por outro lado, Moraes aceitou devolver os bens de Cid apreendidos na investigação, estender os benefícios à família do colaborador e autorizar ações da Polícia Federal para garantir a sua segurança. Considerado peça-chave no plano de golpe de Estado, Walter Braga Netto (ex-ministro da Defesa e da Casa Civil) foi condenado a 26 anos em regime inicial fechado.

Os demais réus também tiveram punição mais pesada: Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), a 24 anos em regime inicial fechado; Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), a 24 anos em regime inicial fechado; e Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional), a 21 anos em regime inicial fechado. (Com informações de O Estado de S. Paulo)

Voto do ministro Luiz Fux absolvendo Bolsonaro revela que "acordo" no Supremo para punir o ex-presidente era falso.

Parece ter causado comoção uma série de pontos levantados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, na votação sobre a suposta trama golpista liderada por Jair Bolsonaro em que indicou a absolvição do réu em crimes a ele imputado. Mas Fux, na verdade, apesar do tom professoral, a despeito de proclamar um voto supostamente técnico, deu voz a milhões de pessoas que pensam exatamente como ele se posicionou, mas se sentem acuadas por um "sistema" que obrigaria a todos a se comportarem da mesma forma neste caso.

Há, compreensivelmente, muita gente indignada com o voto de Fux, aparentemente até entre os colegas de toga. Mas o ponto positivo disso tudo é que o ministro revelou de maneira mais clara como pensa parte expressiva da sociedade brasileira – inclusive juristas. Agora, as posições antagônicas estão mais à luz e representadas na Corte. Neste sentido, tivemos um voto político que mostra que qualquer unanimidade a respeito do que se discute são artificiais. A democracia é divergente e barulhenta. Até mesmo um pouco estressante em meio a tantos ruídos.

Enquanto os jornais, os principais comentaristas, juristas com holofotes, estão há dias a tentar mostrar como Bolsonaro e companhia conspiravam, a reação ocorreria em outro lugar. Nos grupos de WhatsApp de gente da classe média, em postagens no X (antigo Twitter), nas festas de família, nas conversas após a missa. Havia até uma certa indignação contra a "perseguição política" em curso.

São engenheiros, médicos, empresários, donas de casa, aposentadas, que dia sim e dia também sim repetem expressões como "ditadura de toga", "cartas marcadas", que acham que os jornais tradicionais – tomados por militantes "de esquerda" (sic) – distorcem o que ocorre no País.

No limite, gente que considera o presidente Donald Trump correto. Essa parcela da sociedade não pode ser considerada residual – como indicam as pesquisas eleitorais, a registrar Jair Bolsonaro, às vezes, em empate técnico com Lula. "Eu tenho direito de desconfiar das urnas", costumam dizer.

Algo em especial une essas pessoas: consideram o ministro Alexandre de Moraes uma espécie de anjo mau. A ele são dedicadas expressões duras como "psi-

Gustavo Moreno/STF



Em voto supostamente técnico, ministro deu voz a milhões de pessoas que pensam exatamente como ele se posicionou.

copata", "ditador", ou mesmo ameaça à democracia. Sonham com seu afastamento. Pesaram questões como censuras às redes sociais, os processos sem fim sob sua guarda, e as altas penas aos vândalos de 8/1, tidos como desproporcionais. Consideraram que há fraudes processuais, ameaças a parlamentares, e que prisões tem sido definidas apenas por opinião política. "Liberdade de expressão" virou bandeira de quem está contra o Supremo, Alexandre de Moraes, parte da intelectualidade e quem mais que represente o "establishment".

Esses enfezados são as mesmas pessoas que vão aos eventos chamados pelo Bolsonarismo? Não necessariamente. O mais apropriado seria dizer que é um grupo que inclui o bolsonarismo. Até a manifes-

tação de Fux, havia um certo desespero no sentido de ninguém de dentro do Supremo "enfrentar" Xandão. Finalmente tiveram um caso.

A turma lavou a alma. Agora, vai utilizar o voto de Fux diuturnamente em suas batalhas políticas. Não é à toa que no X, um dos seus principais campos de batalha, teve como trending a expressão "Fux honra a toga". Por outro lado, nessa guerra de torcidas sem fim que virou o Brasil, Fux virou alvo dos militantes de esquerda, com um ódio diretamente proporcional à alegria dos bolsonaristas. Provavelmente tem consciência das consequências de sua posição. (Fabiano Lana/Agência Estado)

Alexandre de Moraes se manifesta após voto de Fux: tentativa de golpe "não foi passeio na Disney".

Marcelo Camargo/Agência Brasil



"Não foi um domingo no parque, não foi um passeio na Disney. Foi uma tentativa de golpe de Estado", disse Moraes.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator da ação penal da trama golpista, mostrou nessa quinta-feira (11) um vídeo com ataques de Jair Bolsonaro a ministros da Corte, como o próprio Moraes e Luiz Fux, colega que na véspera votou pela absolvição do ex-presidente.

Em comício do Sete de Setembro de 2021, Bolsonaro discursou citou indiretamente Fux, que ocupava a Presidência do STF:

"Nós não podemos continuar a aceitar uma pessoa específica da região da Praça dos Três Poderes continue barbarizando nossa população. Não podemos aceitar mais prisões políticas no nosso Brasil. Ou o chefe desse poder (Fux) enquadra o seu (Alexandre de Moraes), ou esse poder pode sofrer aquilo que nós não queremos, porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada poder da República", disse

Bolsonaro.

Moraes rebateu ainda argumentos do voto de Fux. Segundo o relator, "havia forte armamento" na tentativa de golpe. Ele se manifestou durante o voto de Cármen Lúcia, em um pedido de "aparte".

"Essa organização criminosa era fortemente armada, e já foi reconhecido aqui, já há maioria desse sentido, da condenação de dois réus, o colaborador Mauro Cid e o general Braga Netto, em virtude do planejamento do Punal Verde Amarelo e da operação Copa 2022, havia forte armamento, então os autos demonstram a grave violência, a utilização de armas para

a violência e grave ameaça."

Moraes também argumentou que não é possível minimizar os acontecimentos.

"É muito importante deixarmos muito claro, principalmente para a sociedade, que não foi um domingo no parque, não foi um passeio na Disney. Foi uma tentativa de golpe de Estado, não foi combustão espontânea", disse Moraes: "Não foram badrneiros descoordenados que, ao som do flautista, fizeram fila e destruíram a sede dos Três Poderes. É uma organização criminosa."

Moraes rebateu ainda diretamente os argumentos de Fux, que criticou em seu

voto o encadeamento de fatos apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Na quarta (10), ao votar pela absolvição de Bolsonaro, Fux citou a reunião dos "kids pretos" em um prédio em Brasília, desqualificando a prova trazida pela Polícia Federal.

Disse Moraes:

"Se nós pegarmos, ministro Flávio, um fato isolado... A reunião dos kids pretos, que na verdade, foi um salão de festas fechado. 'Mas a reunião dos kids pretos, eles não podem se reunir?' A questão é o encadeamento (dos fatos)". (Com informações do jornal O Globo)

Ministro Luiz Fux fica imóvel e calado em sessão permeada por piadas e recados sobre seu voto.

Sophia Santos/STF



Ministro ficou isolado em sessão na Primeira Turma que formou maioria para condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete réus.

O dia seguinte ao voto do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux foi o momento de os colegas darem o troco. Após expor um acordo de bastidor e avisar em tom pouco amistoso aos colegas que não desejava ser interrompido em seu voto de mais de 12 horas, o magistrado se viu obrigado a manter a posição exigida dos demais nessa quinta-feira (11), numa sessão permeada por piadas e recados a ele.

Único a não pedir a palavra à ministra Cármen Lúcia para discutir aspectos técnicos do seu voto e da denúncia, Fux ficou calado e passou a maior parte do tempo olhando para baixo, manuseando papéis e com o rosto demonstrando seriedade. A postura expressava o seu isolamento no colegiado.

Os demais ministros, além de fazer “bate bola” com Cármen, mantiveram os olhos atentos na ministra e demonstravam postura corporal mais leve do que Fux. Às 15h42 dessa quinta, o ministro deixou o plenário por cerca de cinco minutos. Naquele momento, a decana da Primeira Turma sustentava que

houve violência na tentativa de golpe de Estado e que foi constituída organização criminosa para atentado contra a democracia.

Fux retornou ao plenário e puxou assunto com Dino, mas a expressão corporal de ambos demonstrava que havia discordância a respeito do assunto. Dino se arremou na cadeira e balançou a cabeça em resposta ao colega. Esse foi o único momento de interação com algum dos colegas.

O único momento em que Fux alterou a postura corporal foi quando o ministro Alexandre de Moraes pediu a palavra para reforçar o argumento de Cármen de que o ex-presidente Jair Bolsonaro liderou organização criminosa. Quando o relator da ação penal exibiu ví-

deos que exemplificavam o golpismo, Fux se colocou atento ao que passava no telão da Primeira Turma e, logo que a transmissão foi encerrado, voltou a abaixar a cabeça e manusear documentos na sua baía.

Havia a expectativa entre pessoas com trânsito no STF que os demais ministros da Primeira Turma usassem a sessão dessa quinta para rebater o voto de Fux, uma vez que o magistrado vetou a discussão colegiada no dia anterior. Fux, no entanto, foi compelido por sua própria exigência a manter o silêncio enquanto os colegas discutiam o processo e faziam piadas entre si.

Logo no início da sessão, Cármen e Dino arrancaram risadas da plateia presente na Pri-

meira Turma com uma interação cujo subtexto mandava recados a Fux. Dino pediu a palavra para a colega e disse que adota a estratégia do “banco de horas” em seus votos – ou seja, vota rápido para fazer diversos “apartes” nos votos dos colegas.

“Mas vai usar tudo no meu?”, questionou Cármen, provocando risos. “Não, ainda tem o do ministro Zanin”, respondeu Dino mantendo o clima descontraído a Primeira Turma.

A leveza na interação dos dois ministros contrastou com a tensão da última sessão, quando Fux fez um voto de mais de 12 horas com críticas às posições já manifestadas. (Com informações de O Estado de S. Paulo)

Ministros apostam em "dobradinhas" e vídeo para mirar Luiz Fux em voto que selou a condenação de Bolsonaro.

A leitura do voto da ministra Cármen Lúcia no julgamento da trama golpista no Supremo Tribunal Federal (STF) nessa quinta-feira (11), contou com "dobradinhas" com os colegas Flávio Dino, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin para rebater a refutação dos crimes construída por Luiz Fux no dia anterior.

Quarta a votar, Cármen se juntou a Moraes e Dino e ampliou o placar pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e os outros sete réus para três votos a um, isolando Fux no julgamento. No dia anterior, ele votara para absolver Bolsonaro e os demais réus, exceto Mauro Cid e Braga Netto.

Após Cármen abrir seu voto rebatendo as questões preliminares acolhidas por Fux, ela permitiu apartes dos outros três colegas com um bom humor destoante do ministro. Respondendo a Dino, ela disse que concederia permissão pois a intervenção está prevista no regimento – e que o diálogo entre os ministros "faz parte do julgamento".

O recado tinha endereço. Na terça (10), Fux havia gerado rugas com os demais ao lembrá-los de que não gostaria de ser interrompido durante a sua leitura, conforme combinado. A ininterrupta leitura de um voto prolixo, que se estendeu por mais de 12 horas até perto da meia noite, tornou a leitura

monótona, e os colegas demonstraram sonolência e irritação com a atitude.

A partir da permissão de Cármen, os ministros Dino, Moraes e Zanin fizeram intervenções para reforçar a acusação contra os réus e isolar, senão embaraçar, o voto de Fux que rechaçou o teor golpista da sequência de atos narrados pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Moraes aproveitou o aparte para exibir um vídeo de Bolsonaro na manifestação do Sete de Setembro de 2021 em que ele ameaçou o STF, em discurso na Avenida Paulista, numa tentativa de coagi-los a arquivar os inquéritos que tinham ele e seus aliados como alvos. Naquela ocasião, Bolsonaro chegou a cobrar Fux, então presidente da Corte, a "enquadrar seus ministros", num recado a Moraes, relator das investigações.

"Alguns de nós permitiriam, falaria que é liberdade de expressão, se o prefeito insuflar o povo contra o juiz da comarca? Qual recado queremos deixar para o Poder Judiciário brasileiro?", afirmou Moraes, pela primeira vez a se manifestar desde o voto de Fux, num tom duro.

Presidente da Turma e que seria o próximo a votar, Zanin pediu aparte para dizer que a ameaça do então presidente da República pode ser considerada coação no curso

Gustavo Moreno/STF



Cármen Lúcia, Dino, Moraes e Zanin se revezaram para rebater teses que absolveram os réus.

do processo, que ocorre quando há o uso de violência ou grave ameaça para influenciar um processo judicial.

Em seguida, Moraes exibiu imagens do 8 de Janeiro, a invasão dos prédios dos Três Poderes por uma multidão de apoiadores de Bolsonaro que pediam intervenção militar.

Ele reafirmou o que vem falando nos últimos anos: que o episódio "não foi um domingo no parque, um passeio na Disney. Não foi combustão espontânea, não foram baderneiros descoordenados". Ele afirmou ser importante observar o "desencadeamento de tudo", já que não se tratam de fatos isolados – outro argumento usado por Fux no dia anterior.

"Aqui não está Mauro Cid, presidente. Não está Braga Netto, não está Garnier, presidente. Não está Ramagem. Aqui não está os demais réus, aqui está o líder da organiza-

ção criminosa, que insuflava", disse Moraes.

A declaração fazia outra referência à argumentação feita por Fux, segundo quem não há comprovação de que os réus absolvidos por ele participaram diretamente dos eventos golpistas como o 8 de Janeiro.

Dino, por sua vez, acabou rebatendo o argumento de Fux de que não haveria evidências para condenar os réus, ao afirmar que "no golpe de 1964 havia ainda menos provas documentais" do que foram encontradas para a tentativa de golpe entre 2021 e 2023.

Fux ficou imóvel e calado durante a leitura do voto de Cármen, permeado por gracejos entre os pares e mensagens direcionadas a ele. E chegou a deixar a sala por alguns minutos. (Com informações de O Estado de S. Paulo)

“Coisa de quem está inseguro”: ministros comentam pedido de Luiz Fux para não ser interrompido no Supremo.

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu para não ser interrompido por colegas enquanto vota na ação da trama golpista. A solicitação foi vista como incomum por outros magistrados da Corte.

Basta lembrar do que aconteceu em relação ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja condenação em Curitiba em 2018 terminou anulada pela polêmica de foro, para entender o tamanho da brecha aberta por Fux para que o julgamento de Bolsonaro seja anulado algum dia, caso a composição da corte mude.

Mas a surpresa do bolsonarismo não ficou só nisso. Fux também acatou a preliminar que alegou cerceamento de direito de defesa. É um fortalecimento da narrativa de perseguição que está na coluna cervical da argumentação usada pelo presidente americano Donald Trump para sancionar o Brasil. Justifica até o uso da Lei Magnitsky contra Moraes.

Ao examinar o mérito, Fux foi aderindo uma a uma a todas as teses da defesa de Bolsonaro, em todos os pontos da acusação, mas fixou um entendimento teó-

Gustavo Moreno/STF



Fux afirmou que existe um acordo na turma sobre os pedidos de "aparte".

rico de enorme alcance: desqualificou o enquadramento de tentativa de um autogolpe como tentativa de golpe de Estado, afirmando que isso abriria um "precedente gravíssimo" para a responsabilização de agentes políticos.

Para desqualificar a imputação de tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, Fux alegou inconsistências nos testemunhos do coronel Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro) e do brigadeiro Baptista Júnior (ex-comandante da Aeronáutica).

Também avançou bastante em desqualificar as evidências. De fato é difícil justificar a existência da "Operação Luneta", o documento que falava em "neutralizar Alexandre Moraes", se tudo que existir em

relação a esta trama for o arquivo encontrado em pen drive gerado mais de um mês depois da conspiração ser abortada, como mencionou Fux.

Quando Fux não teve como fazer desconstrução de prova, como foi o caso da "Punhal Verde Amarelo", inequivocamente impresso pelo general Mário Fernandes no Palácio do Planalto no dia 6 de dezembro, o ministro não se deu por achado: afirmou de que é uma ilação pensar que Bolsonaro tenha visto o documento.

Um voto com a extensão da adotada por Fux, mais do dobro do longo voto de cinco horas de Moraes, começou a gerar consequências antes mesmo do seu final. Um de seus possíveis subprodutos pode

ser a mudança de estratégia da oposição em relação ao tema da anistia. Afinal, se a arguição da nulidade do processo se tornar uma alternativa para Bolsonaro, inclusive abrindo espaço para embargos judiciais, um dos argumentos que impulsiona o projeto no Congresso fica enfraquecido.

A outra consequência pode ser o estímulo para a Casa Branca renovar a pressão sobre o Supremo Tribunal Federal, com novas sanções de diversa ordem tanto a Moraes quanto a ministros que o acompanhem no voto condenatório, como Flávio Dino. O voto de Fux legitima uma visão de que magistrados no Brasil infringem normas internacionais de direitos humanos. As informações de O Estado de S. Paulo

Voto do ministro do Supremo Luiz Fux deixa a esquerda indignada e a direita perplexa.

Mesmo bolsonaristas se surpreenderam com a amplitude da divergência entre o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux e o relator do processo por tentativa de golpe, Alexandre de Moraes. Havia uma corrente, minoritária, que apostava em um pedido de vistas que adiasse a conclusão do julgamento e outra, majoritária, que via Fux trabalhando por um

O voto pela nulidade do processo por incompetência de foro não era uma aposta, já que Fux concordara com o acatamento da denúncia e votara a favor da condenação de diversos réus por imputações menos graves.

O voto pela nulidade do processo por incompetência de foro não era uma aposta, já que Fux concordara com o acatamento da denúncia e votara a favor da condenação de diversos réus por imputações menos graves.

Basta lembrar do que aconteceu em relação ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja condenação em Curitiba em 2018 terminou anulada pela polêmica de foro, para entender o tamanho da brecha aberta por Fux para que o julgamento de Bolsonaro seja anulado algum dia, caso a composição da corte mude.

Basta lembrar do que aconteceu em relação ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja condenação em Curitiba em 2018 terminou anulada pela polêmica de foro, para entender o tamanho da brecha aberta por Fux

para que o julgamento de Bolsonaro seja anulado algum dia, caso a composição da corte mude.

Mas a surpresa do bolsonarismo não ficou só nisso. Fux também acatou a preliminar que alegou cerceamento de direito de defesa. É um fortalecimento da narrativa de perseguição que está na coluna cervical da argumentação usada pelo presidente americano Donald Trump para sancionar o Brasil. Justifica até o uso da Lei Magnitsky contra Moraes.

Ao examinar o mérito, Fux foi aderindo uma a uma a todas as teses da defesa de Bolsonaro, em todos os pontos da acusação, mas fixou um entendimento teórico de enorme alcance: desqualificou o enquadramento de tentativa de um autogolpe como tentativa de golpe de Estado, afirmando que isso abriria um "precedente gravíssimo" para a responsabilização de agentes políticos.

Para desqualificar a imputação de tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, Fux alegou inconsistências nos testemunhos do coronel Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro) e do brigadeiro Baptista Júnior (ex-comandante da Aeronáutica).

Também avançou bastante em desqualificar as evidências. De fato é difícil justificar a existência da "Operação Luneta", o documento que falava em "neutralizar Alexandre Moraes", se tudo que existir

Divulgação/STF



Ao examinar o mérito, ministro aderiu a todas as teses da defesa de Jair Bolsonaro.

em relação a esta trama for o arquivo encontrado em pen drive gerado mais de um mês depois da conspiração ser abortada, como mencionou Fux.

Quando Fux não teve como fazer desconstrução de prova, como foi o caso da "Punhal Verde Amarelo", inequivocamente impresso pelo general Mário Fernandes no Palácio do Planalto no dia 6 de dezembro, o ministro não se deu por achado: afirmou de que é uma ilação pensar que Bolsonaro tenha visto o documento.

Um voto com a extensão da adotada por Fux, mais do dobro do longo voto de cinco horas de Moraes, começou a gerar consequências antes mesmo do seu final. Um de seus possíveis subprodutos pode ser a mudança de estratégia da oposição em relação ao tema da anistia. Afinal, se a arguição da nulidade do processo se tornar uma alternativa para Bolsonaro, inclusive abrindo espaço para embargos judiciais, um dos argumentos que

impulsiona o projeto no Congresso fica enfraquecido.

A outra consequência pode ser o estímulo para a Casa Branca renovar a pressão sobre o Supremo Tribunal Federal, com novas sanções de diversa ordem tanto a Moraes quanto a ministros que o acompanhem no voto condenatório, como Flávio Dino. O voto de Fux legitima uma visão de que magistrados no Brasil infringem normas internacionais de direitos humanos.

Em 1990, ao apresentar o seu plano econômico, o então presidente Fernando Collor divertiu-se, ao dizer que ele havia deixado a direita indignada e a esquerda perplexa, pelo grau de intervencionismo no setor privado. Desta vez Fux consegue o oposto em relação a Bolsonaro, pela quebra da coesão em um momento de ataque ao Judiciário. Com informações do Valor Econômico

Nem o mais otimista dos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro podia imaginar tamanha brandura no voto do ministro Luiz Fux, no julgamento da trama golpista.

Nem o mais otimista dos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) podia imaginar tamanha brandura no voto do ministro Luiz Fux, no julgamento da trama golpista. O magistrado contrariou o próprio histórico de votações no Supremo Tribunal Federal (STF) e mudou seu perfil de juiz punitivista para um absoluto garantista - em outras palavras, defensor de penas mais leves. Com isso, reavivou nos bolsonaristas o sonho de ver tudo ser anulado um dia.

Por ora, nada muda para os réus com suas iminentes condenações. Mas no futuro, o voto de Fux pode ajudar a reforçar teses. Afinal, seria apenas mais um dos vaivéns do STF em grandes casos. Basta lembrar o que houve com a Lava Jato, que reviu de competência de foro e a suspeição de Sergio Moro.

“Se houver mudança na composição da corte, de ventos políticos. Se lá no futuro houver um desejo, um alinhamento de possibilidades e interesses para uma revisão geral desse caso, alguma brecha jurídica sempre se abre e isso fica facilitado por essa decisão do ministro Fux”, avalia Davi Tangerino, advogado e professor de Direito da UERJ.

Como estão focados em aproveitar as argumentações do voto de Fux para pressionar pela votação da anistia no Congresso, os bolsonaristas evitam falar em um cenário tão distante. Nos bastidores, entretanto, chegam a fazer a seguinte comparação: o ministro escreveu a receita de um remédio.

Como votou Fux

Terceiro a se manifestar na ação penal da trama golpista, Fux votou pela absolvição do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por todos os crimes imputados a ele pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Fux divergiu dos ministros Alexandre de Moraes, relator do caso, e Flávio Dino.

“Não há provas suficientes para imputar ao réu Jair Messias Bolsonaro os crimes de tentativa abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima, e deterioração de patrimônio tombado”, diz Fux. A leitura do voto durou 12h.

Fux votou ainda pela absolvição do ex-comandante da Marinha Almir Garnier, do ex-ministro da Defesa Paulo

Nelson Júnior/STF



Voto ajuda oposição a retomar pressão por anistia.

Sérgio Nogueira, do ex-ministro Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno, do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres e do ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem.

O magistrado também votou pela condenação do ex-ajudante de ordens Mauro Cid e do general Walter Braga Netto por abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Com isso, há maioria para condenar os dois por esse crime.

Falas passadas

No passado, Fux já disse que Bolsonaro cometeu “práticas antidemocráticas e ilícitas” ao ameaçar descumprir decisões de Alexandre de Moraes. “Ninguém, ninguém fechará esta

Corte”, disse o então presidente do STF em discurso público.

O episódio aconteceu em 2021, quando Bolsonaro afirmou no 7 de Setembro: “Ou o chefe desse Poder (Fux) enquadra o seu (ministro Moraes) ou esse Poder pode sofrer aquilo que nós não queremos”. O ex-presidente também xingara Moraes de “canalha”.

No dia a dia do Supremo, Fux costuma ser mais rígido. Levantamento feito pelo advogado criminalista David Metzker, a pedido da Coluna, mostra que Fux é o ministro com menor porcentual de concessão de habeas corpus neste ano, com 1% de deferimentos. O estudo considerou dados do STF de janeiro a setembro de 2025.

Centrão aproveita voto de Fux para isolar Eduardo Bolsonaro.

O Centrão aproveita o voto do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da trama golpista para tentar isolar Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e enterrar de vez as pretensões do deputado de concorrer ao Palácio do Planalto em 2026. O argumento do grupo é o seguinte: mesmo que Fux tenha deixado brechas para “sonhar” com eventual anulação da condenação ou perdão de Jair Bolsonaro no futuro, somente o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) teria capacidade de articular com o Judiciário medidas como essas.

Na avaliação dos partidos de direita, minar a influência do parlamentar e de outras vozes mais radicais do PL é crucial para convencer o ex-presidente Bolsonaro a ungir o governador como sucessor político.

Apesar do desgaste recente do governador, que implodiu pontes com a Corte ao ter falado em ditadura e tirania no STF e do ministro Alexandre de Moraes, a leitura é que Tarcísio tem condições de reabrir caminhos. Com Eduardo, entretanto, ou

Reprodução



Antes do julgamento, Eduardo exaltou Fux e postagens no X.

qualquer outro com o sobrenome Bolsonaro, seria impossível abrir portas com o Supremo.

Além disso, acreditam as lideranças do Centrão que apoiam a candidatura presidencial de Tarcísio, haveria é possível haver uma mudança de ventos no ambiente político e jurídico nacional. E o próximo presidente da República pode indicar até três ministros no Supremo.

Tarcísio deve desembarcar em Brasília novamente na semana que vem, após o fim do julgamento, para uma nova rodada de negociações com o Congresso pela anistia a Bolsonaro e aos condenados do 8 de Janeiro. O movimento faz parte da série de acenos que o governador tem feito para ser

escolhido como candidato de Bolsonaro em 2026. Na semana passada, quando o julgamento teve início, Tarcísio mergulhou na capital federal para intervir a favor do ex-presidente.

O Centrão, contudo, não pretende entregar a anistia “de mão beijada” a Bolsonaro, sem a garantia de que Tarcísio será escolhido para disputar o Planalto. Até o momento, contudo, embora tenha dado aval para as movimentações do governador, Bolsonaro não cravou o apoio ao aliado para a corrida presidencial.

Elogios a Fux

Eduardo Bolsonaro (PL-SP) usou sua conta no X para exaltar o ministro Luiz Fux e criticar duramente os ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino. Em um dos textos publicados, ele

descreve Moraes como “um criminoso vestido de toga”; em outro, dirigido exclusivamente a Dino, o chama de “cúmplice vassalo” de Moraes.

No primeiro post, o filho “02” de Bolsonaro começa dizendo que “o tirano está nu”, sugerindo que o voto de Fux teria exposto Moraes. Em seguida, ele vai além e ofende o magistrado, chamando-o de “psicopata”.

Em um segundo texto, Eduardo direciona críticas a Flávio Dino, chamando o ministro de “cúmplice vassalo de Alexandre de Moraes” e acusando-o de buscar protagonismo durante as sessões. As informações são de O Estado de S. Paulo

Primeira Turma do Supremo mantém validade da delação de Cid por unanimidade.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nessa quinta-feira (11) garantir liberdade a Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, um dos réus condenados na ação penal da trama golpista. Colaborador na ação, Cid foi condenado a 2 anos de prisão. O benefício do regime aberto foi sugerido pelo relator, ministro Alexandre de Moraes, após o colegiado entrar na fase da dosimetria das condenações dos réus da trama golpista.

Em função do acordo de delação premiada, Moraes disse que a colaboração do delator foi efetiva e deve ser valorizada. A sugestão foi seguida pelos demais ministros do colegiado.

Mais cedo, por 4 votos a 1, o colegiado condenou Bolsonaro, Cid e mais seis réus pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

A exceção é o réu Alexandre Ramagem, que foi condenado somente pelos crimes de

organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. Deputado federal em exercício, ele foi beneficiado com a suspensão de parte das acusações e respondia somente a três dos cinco crimes imputados pela Procuradoria-Geral da República.

Após a decisão, a defesa do tenente-coronel Mauro Cid vai pedir ao Supremo que o período no qual ele passou preso e também com tornozeleira eletrônica seja abatido desse tempo. O entendimento dos advogados é que Cid já cumpriu esse período durante as investigações e, portanto, não precisaria mais ser submetido a essa prisão em regime aberto. Com isso, a defesa pretende pedir para tirar sua tornozeleira eletrônica.

Cid ficou preso inicialmente por quatro meses, de maio a setembro de 2023. Na ocasião, fechou um acordo de delação premiada e deixou a prisão, mas continuou utilizando tornozeleira eletrônica e cumprindo recolhimento domiciliar noturno. Depois, foi preso novamente por mais dois me-

Ton Molina/STF/09-06-2025



A pena de Cid será cumprida em regime aberto, seguindo acordo de delação premiada.

ses, entre março e maio de 2024, e solto com tornozeleira.

A equipe de defesa, composta pelos advogados Cezar Bitencourt, Jair Pereira e Vania Bitencourt, vai argumentar que todo esse período na prisão e com tornozeleira deveria ser usado para o abatimento da pena. A decisão final, porém, caberá ao STF após análise dos fatos.

O reconhecimento da delação premiada pelo STF com a condenação a apenas dois anos de prisão foi considerado uma vitória para a defesa do tenente-coronel, já que a própria Procuradoria-Geral da República (PGR) havia apontado suspeitas de omissões nas alegações finais do processo.

Em sua delação, Cid revelou à Polícia Fede-

ral a discussão de uma minuta golpista do ex-presidente Jair Bolsonaro com os comandantes das Forças Armadas. A informação serviu como ponto inicial da investigação da PF.

Ao longo da apuração, os investigadores encontraram novos fatos sobre o envolvimento de militares na trama golpista e que não haviam sido revelados por Cid. Após Moraes ameaçar a rescisão da delação, Cid apresentou novas informações sobre a participação de militares das Forças Especiais e do general Walter Braga Netto. Uma das intenções do tenente-coronel era manter sua carreira no Exército, mas ele decidiu pedir aposentadoria há cerca de um mês.

Ministro do Supremo Cristiano Zanin refuta tese que costumava evocar quando era advogado de Lula.

Foto: Victor Piemonte/STF



Ministro acusou Lava Jato da mesma prática alegada pela defesa dos réus da trama golpista.

O ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), refutou nessa quinta-feira (11), um argumento das defesas dos réus sobre a trama golpista do qual costumava lançar mão quando ele mesmo era advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Antes de ser alçado ao STF, Zanin era o responsável pela defesa do petista nos processos da Lava Jato e acusava a Justiça de Curitiba de “document dump”, ou despejo de documentos. A prática consiste em apresentar uma grande quantidade de documentos em um processo judicial sem que haja uma relação com a controvérsia.

“Todos os documentos que foram carreados aos autos pela Polícia Federal foram disponibilizados à defesa em link específico. O fato de ser um material amplo, na verdade, não pode configurar cerceamento de defesa, porque as defesas receberam o material para fazer a análise que entendiam ser cabíveis”, declarou.

Em aparte, o ministro Alexandre de Moraes

disse que os documentos ficaram disponíveis às defesas por quatro meses, mas não foram utilizados nas alegações finais dos advogados.

Segundo a defesa de Bolsonaro, a Procuradoria-Geral da República praticou “document dump” na denúncia contra os réus de forma deliberada para prejudicar o exercício da defesa. A equipe de Celso Vilardi contou 81 mil páginas em provas anexas à denúncia. Os advogados alegaram que a denúncia não traz referência organizada a esses documentos.

Como ele votou

Último a votar no julgamento, que começou no dia 2 de setembro e deve terminar nessa sexta-feira (12), Zanin deu o quarto e

último voto para condenar Bolsonaro e outros sete réus do núcleo crucial da trama golpista por todos os cinco crimes imputados a eles na denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR). O placar julgamento ficou em 4 a 1.

Para o ministro, os discursos do ex-presidente contra as urnas e o Poder Judiciário têm “evidente conexão causal” com o fomento a ações violentas. Ou seja, publicamente Bolsonaro incitava a militância para minar a confiança nas instituições enquanto nos bastidores, com aval dele, aliados estavam articulando as medidas operacionais do golpe.

O ministro conectou uma cadeia de acontecimentos que, na avali-

ação dele, culminaram no 8 de Janeiro. A estratégia foi a mesma usada na denúncia da PGR e no voto de Alexandre de Moraes, relator do processo.

“Não houve mera expressão de opiniões controversas, mas um concerto de ações voltadas à permanência no poder. Primeiro, por meio da tentativa frustrada de coatar a livre atuação do Poder Judiciário e de interferir nas eleições. Depois, por meio de atos de força que viabilizassem como estopim a deflagração de uma resposta institucional armada com apoio das Forças Armadas e manutenção do grupo no poder”, defendeu Zanin. As informações são de O Estado de S. Paulo

Condenação de Bolsonaro fortalece a busca pela anistia, afirma líder da oposição.

O líder da oposição na Câmara dos Deputados, deputado Luciano Zucco (PL-RS), afirmou que a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no julgamento da trama golpista pelo Supremo Tribunal Federal (STF) reforça a busca pela anistia.

“Isso só nos fortalece. Estamos trabalhando a pauta da anistia com muita tranquilidade e muita firmeza em diálogos com líderes de outros partidos”, disse Zucco.

“Isso só nos fortalece. Estamos trabalhando a pauta da anistia com muita tranquilidade e muita firmeza em diálogos com líderes de outros partidos”, disse Zucco.

“Diferentemente do que eles falam, se o presidente Bolsonaro fosse líder de uma organização criminosa, não colocaria duas mil pessoas no domingo, colocaria um milhão. Ele sequer estava

Reprodução



Ex-presidente foi condenado no julgamento da trama golpista pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal.

no Brasil no 8 de janeiro. A oposição vai trabalhar por uma anistia ampla, geral e irrestrita”, afirmou.

O líder da oposição na Câmara, Zucco (PL-RS), afirmou nesta quinta-feira (11) que está trabalhando na pauta da anistia com muita tranquilidade, mas com firmeza.

Em entrevista coletiva após o voto da ministra Cármen Lúcia no julgamento da trama golpista, o deputado disse que está em diálogo com os líderes dos demais partidos e o projeto da anistia deve ser pauta de reunião na próxima terça-feira (16).

“Nada de novidade, já falamos

desde o primeiro dia, e não me entendam mal, não é um desrespeito, mas é um teatro. O único magistrado de carreira deu o seu voto ontem, o ministro Fux”, disse o líder.

O ministro Luiz Fux levou 12 horas para ler o seu voto nesta quarta-feira (10). O ministro votou pela absolvição total de seis dos oito réus, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Fux votou para aceitar a acusação apenas contra o tenente-coronel Mauro Cid e o general Walter Braga Netto por um crime: tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Di-

reito.

Após o voto da ministra que formou maioria para condenar todos os réus, Zucco reiterou que a oposição já esperava pelo resultado. “Saímos daqui com a certeza, de que não houve o devido processo legal, não houve a ampla defesa, estamos presentes numa grande insegurança jurídica”, avaliou o deputado.

Cristiano Zanin foi o último da Primeira Turma a votar no julgamento. Após a decisão, os ministros deliberaram sobre a dosimetria da pena. Bolsonaro foi condenado a 23 anos e 7 meses de prisão em regime fechado.

Oposição diz que não se intimidará e defende anistia ampla e irrestrita após condenação de Bolsonaro.

A oposição na Câmara dos Deputados afirmou que seguirá com a defesa da anistia aos condenados por tentativa de golpe de Estado, em nota publicada após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter formado maioria para condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais sete réus, nessa quinta-feira (11).

Assinada pelo líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), a nota diz que a sessão da Primeira Turma do STF “entra para a história como uma das páginas mais tristes da Justiça brasileira”. O bloco também afirma que “já sabia que o presidente Jair Bolsonaro e os outros investigados estavam condenados de antemão”.

Zucco escreveu que houve “simulação de julgamento conduzida de forma ilegal, sem foro privilegiado, numa Turma absolutamente incompetente, repleta de nulidades e irregularidades”. O

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Carta foi assinada pelo líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS).

texto diz ainda que “o que se viu foi a confirmação de uma maioria circunstancial, vergonhosa”. Além disso, acusa os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Flávio Dino de terem conduzido a sessão como “um convescote”.

A oposição elogiou o voto do ministro Luiz Fux, que se manifestou pela absolvição de Bolsonaro por provas insuficientes. O bloco também defendeu a anistia de forma “irrestrita”. “A oposição não se intimidará. Ao contrário, este episódio apenas fortalece nossa convicção de seguir lutando pela verdade, pela liber-

dade e pela pacificação nacional”, diz a manifestação.

O texto continua: “Seguiremos defendendo a anistia ampla, geral e irrestrita, denunciando os abusos, irregularidades e fraudes reveladas pela Lava Toga, que atingem de morte a credibilidade do ministro Alexandre de Moraes e expõem a peça de ficção que ele produziu”.

O projeto de anistia não teve sequer o requerimento de urgência aprovado na Câmara. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse nesta semana que não há previsão nem de pautar a matéria, nem

de quando designará um relator. Caso seja aprovada pelos deputados, a proposta também precisa ser analisada no Senado.

O julgamento de Bolsonaro terminou em 4 a 1, com voto decisivo da ministra Cármen Lúcia. Luiz Fux foi o único a defender a absolvição do ex-mandatário. Para Sóstenes, a condenação e todo o processo foram uma “humilhação” contra o ex-presidente. “Nada está descartado, mas vamos agir com equilíbrio para fazer justiça aos injustiçados”, declarou. As informações são de O Estado de S. Paulo

Após condenação de Bolsonaro, presidente do PL diz que vai negociar anistia com o presidente do Senado.

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou que a formação de maioria na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por participação na trama golpista reforça a necessidade de articulação por um projeto de anistia aos condenados pelo 8 de janeiro que contemple o ex-mandatário.

Valdemar disse que já contava com o revés no STF e que determinou que o secretário-geral do partido, o senador Rogério Marinho (RN), assuma a articulação com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pelo tema.

Alcolumbre tem rejeitado a proposta defendida pela oposição da Câmara por um projeto de anistia que contemple envolvidos em atos golpistas e pode beneficiar Bolsonaro, além de afirmar que trabalha em uma proposta alternativa.

“Vamos ter que partir para a anistia, não há opção que não englobe colocar o Bolsonaro nesse projeto. Já sabíamos que o Bolsonaro

Reprodução



Costa Neto afirmou que a condenação do ex-presidente reforça a necessidade de articulação pela anistia geral e irrestrita.

estava condenado de antemão, eles (ministros do Supremo) não querem o Bolsonaro. O problema é o governo junto com o Supremo: isso gera uma força muito grande. Nosso foco agora é negociar a anistia no Senado, articular com Alcolumbre”, afirmou.

Nessa quinta (11), a ministra Cármen Lúcia, do STF, votou para condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro e os outros sete réus da trama golpista por organização criminosa, tentativa de golpe de estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado, o que forma maioria para a punição dos réus por esses crimes.

“Jair Messias Bolso-

naro praticou os crimes imputados a ele na condição de líder da organização criminosa. Houve cooptação de comandos (das Forças Armadas) para a instituição de medidas antidemocráticas, ficou devidamente demonstrado isso”, disse Cármen.

A ministra afirmou ainda que a investigação reuniu provas suficientes para comprovar a tentativa de ruptura institucional. “A Procuradoria fez prova cabal de que grupo liderado por Jair Messias Bolsonaro, composto por figuras-chaves do governo, das Forças Armadas e órgãos de inteligência, desenvolveu e implementou plano progressivo e sistemático de ataque às instituições democráticas

com a finalidade de prejudicar a alternância legítima de poder nas eleições de 2022 e minar o livre exercício dos demais Poderes Constitucionais constitucionais, especialmente o Judiciário”.

Segundo a ministra, Bolsonaro foi o “causador” de toda a trama.

“Diferente do alegado, ele não foi traçado para o cenário das insurgências. Ele é o causador, o líder da organização que promovia toda, que se movia de todas as formas com articulação alinhada para que se chegasse ao que se chegasse ao objetivo da manutenção ou ou tomada do poder”, afirmou a magistrada. As informações são de O Globo.

Líder do partido de Bolsonaro cogita novo motim na Câmara dos Deputados se o presidente da Casa não pautar anistia.

O líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que a bancada da oposição recorrerá novamente à obstrução e pode organizar até um novo motim no plenário da Casa se Hugo Motta (Republicanos-PB) não colocar o projeto de lei da anistia a Jair Bolsonaro e todos os condenados por participação nos ataques golpistas de 8 de Janeiro em votação na semana que vem.

Nessa quinta (11), por 4 votos a 1, a Primeira Turma do STF condenou o ex-presidente e mais sete réus pelos crimes de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

“Já sabemos como é o plano de vingança e o sonho de Alexandre Moraes: é entregar ao presidente Lula uma foto do presidente Bolsonaro num

Reprodução



Sóstenes Cavalcante afirma que Alexandre de Moraes tem "sonho" de entregar foto de Bolsonaro na prisão para Lula.

presídio, que é pra eles usarem em campanha eleitoral no ano que vem”, declarou Cavalcante a jornalistas depois de deixar o plenário da CPMI do INSS, no Senado.

Para o líder do PL, seria um “desrespeito total” a Bolsonaro, como ex-presidente da República, se o STF determinasse o cumprimento da pena em regime fechado em um presídio comum, como o Complexo da Papuda, em Brasília.

Repetidamente, o deputado bolsonarista lembrou que, quando cumpriu pena de 500 dias de prisão, Lula ficou em uma sala na carceragem da superintendência da Polícia Federal em

Curitiba (PR).

Entenda

Em reação à prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), parlamentares da oposição ao governo Lula ocuparam as Mesas Diretores das duas Casas do Congresso. Na Câmara, o motim durou mais de 30 horas. A ocupação não tem respaldo no Regimento Interno da Câmara, que permite a obstrução dos trabalhos por outros meios. Por outro lado, o Partido Liberal (PL), principal legenda do motim, alegou, em nota, que a ocupação teve caráter “pacífico e legítimo”.

Motta precisou de mais de 30 horas de negociação para con-

seguir chegar à cadeira da presidência da Câmara. Sentou-se, fez um discurso de 17 minutos e, por várias vezes, reclamou do cerco imposto por um grupo de deputados no alto do plenário.

Alcolumbre precisou de mais tempo. Adiou a reabertura do Senado para a manhã desta quinta-feira. “Não aceitarei intimidações nem tentativas de constrangimento”, bravateou em nota pública. Em seguida, avisou que a sessão será virtual, para evitar mais constrangimentos da guerrilha parlamentar bolsonarista.

Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas retornará a Brasília na próxima semana para fazer novas articulações políticas pela votação do projeto de anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Um dos principais aliados de Jair Bolsonaro (PL), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), retornará a Brasília na próxima semana para fazer novas articulações políticas pela votação do projeto de anistia ao ex-presidente. Por 4 votos a 1, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal condenou Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão.

Tarcísio só espera o fim do julgamento de Bolsonaro e de outros sete réus da trama golpista pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para retomar a campanha pelo perdão amplo, geral e irrestrito ao ex-presidente e àqueles que participaram dos atos do 8 de Janeiro.

Apoiado pelo Centrão, que quer lançá-lo candidato à sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2026, o governador se movimenta para receber a bênção de Bolsonaro e disse a aliados, como o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), que pretende desembarcar em Brasília na semana que vem.

O voto do ministro do STF Luiz Fux animou os aliados do ex-presidente e deu impulso aos defensores da anistia. Vestindo o figurino de antagonista de Alexandre de Moraes, relator do processo, e contrário aos argumentos usados pelo ministro Flávio Dino, Fux não só votou pela absolvição de Bolsonaro por organização criminosa como se posicionou a favor da nulidade de toda a ação penal.

Embora se saiba que a divergência aberta por Fux na Corte deverá ficar apenas no seu voto, o governador de São Paulo considerou, a portas fechadas, que o po-

sicionamento do magistrado foi muito importante, abrindo brecha para questionamentos do julgamento feito pela Primeira Turma do STF.

Alternativa

A ideia de Tarcísio é conversar com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que já avisou que não pautará um projeto de lei de anistia. Alcolumbre deve apresentar uma proposta alternativa, com o objetivo de reduzir as penas de pessoas condenadas por delitos de multidão.

“Esse texto do Alcolumbre é como orelha de freira, que ninguém vê”, afirmou o líder da Minoria no Senado, Rogério Marinho (PL-RN). “Freira tem aquele capuz e não se consegue enxergar suas orelhas”, completou.

Marinho criticou o que chamou de “tutela” do Supremo sobre o Congresso. “É extremamente anormal que um debate desta relevância esteja sendo interdito supostamente pela interferência do Poder Judiciário no Poder Legislativo”, destacou.

Aliados de Bolsonaro dizem que recados enviados ao Congresso por magistrados como Moraes, Dino e Gilmar Mendes sobre a inconstitucionalidade do projeto de anistia têm inibido a ação do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Pressionado, Motta adotou a estratégia de ganhar tempo. Não quer pautar a votação da proposta defendida pelo PL, que prevê perdão a todos os alvos do STF por atos antidemocráticos praticados desde 2019, e alega estar ouvindo todos os lados.

No ato de 7 de Setembro na Avenida Paulista, Tar-

Reprodução/Twitter



Tarcísio mantém a articulação para ser candidato de Bolsonaro na disputa presidencial de 2026.

císio elevou o tom e chamou Moraes de ditador. “Ninguém aguenta mais a tirania de um ministro como Moraes. Ninguém aguenta mais o que está acontecendo nesse país”, afirmou.

Em conversas reservadas, magistrados disseram que o discurso do governador, atacando o STF, fechou portas para ele. Tarcísio sempre se deu bem com ministros do STF, incluindo Moraes. Interlocutores do governador observaram que ele também pretende fazer novos acenos à Corte.

“Não é possível que não tenhamos a oportunidade de virar essa página e pacificar o País”, argumentou Marinho.

“Escândalo”

Na avaliação do Palácio do Planalto, no entanto, o voto de Fux foi um “escândalo” e contrariou suas próprias posições no julgamento de outros réus do 8 de Janeiro. Nos bastidores, ministros do PT disseram que o magistrado parecia mais um advogado de Bolsonaro.

Apesar de ter sido indi-

cado por Dilma Rousseff, em 2011, para ocupar uma cadeira no STF, Fux é detestado por petistas por ter condenado influentes políticos do partido no escândalo do mensalão.

Dirigentes do PT não se cansam de lembrar que, quando fazia campanha para assumir o cargo, ele chegou a procurar o ex-ministro José Dirceu, réu no processo, jurando que iria “matar no peito” a denúncia de compra de votos no governo Lula.

Na quarta, durante parte do julgamento da trama golpista, Moraes e a ministra Cármen Lúcia trocaram bilhetinhos e conversas ao pé do ouvido enquanto Fux falava. Cármen se posicionou ao lado de Moraes, a favor da condenação de Bolsonaro como líder de uma organização criminosa no plano de uma ruptura. O ex-presidente foi condenado a 23 anos e 7 meses de prisão em regime fechado. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

Após fala radical em ato na Paulista, Tarcísio adota silêncio durante semana de julgamento de Bolsonaro.

Após o discurso inflamado na Avenida Paulista no 7 de Setembro, quando usou termos como "ditadura" e "tirania" para se referir ao Supremo Tribunal Federal (STF), Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem evitado compromissos públicos e postagens políticas nas redes sociais — justamente na semana decisiva do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Na única agenda externa da semana, Tarcísio participou rapidamente de um evento na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) na segunda-feira (8) pela manhã, quando usou um tom moderado em discurso a empresários, mas evitou falar com os jornalistas presentes. Depois, passou os dois dias seguintes em despachos internos.

O silêncio se estende às redes sociais. Desde o 7 de Setembro, Tarcísio fez apenas uma postagem, referente a uma operação policial na Favela do Moinho, no Centro da capital paulista. A comunidade é palco de uma disputa de protagonismo entre os governos federal e estadual nos projetos de reurbanização da área, mas o governador não usou de tom político na postagem.

"A quem interessa que as pessoas continuem morando em condições precárias na favela do Moinho? Ao crime organizado. Por muito tempo, a favela foi usada como um depósito de drogas que abas-

tecias a Cracolândia e funcionava como um quartel-general do crime no centro de São Paulo", escreveu.

Na terça (9) e na quarta (10), Tarcísio passou os dias no Palácio dos Bandeirantes, a sede do governo paulista, no bairro do Morumbi, onde recebeu secretários como Guilherme Derrite (Segurança), Jorge Lima (Desenvolvimento Econômico) e Renato Feder (Educação), além de deputados como Jorge Wilson, o Xerife do Consumidor (Republicanos). Não houve entrevistas ou eventos no salão principal.

Até meados de agosto, quando passou a escalar o tom contra o STF, o "silêncio" sobre o julgamento do ex-presidente era a principal queixa dos bolsonaristas contra o governador. Após os ataques no 7 de Setembro, porém, Tarcísio passou a ser criticado por vozes moderadas e pelos próprios ministros do STF, que avaliaram o discurso na Paulista como "fora do tom institucional" e com potencial de "dinamitar pontes importantes". A fala radical pegou até mesmo aliados do governador de surpresa.

As reuniões e encontros privados desta semana contrastam com a postura da semana anterior, quando Tarcísio esteve em Brasília por dois dias para encampar a bandeira da anistia aos condenados pelo 8 de Janeiro, inclusive o ex-presidente Bolsonaro.

Reprodução



Governador de São Paulo usou termos como "tirania" e "ditadura" sobre o STF.

Entre as articulações na capital federal, o governador se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos).

Recuo calculado

O recuo de Tarcísio tem sido visto como estratégico, dada a repercussão negativa do pronunciamento de domingo em certos segmentos.

"Em 2022, quem deu a vitória para o Lula foram 2% do chamado centro democrático. Se quiser vencer (em 2026), Tarcísio sabe que não pode depender apenas do voto do bolsonarismo. Com o voto do bolsonarismo, ele estaria no segundo turno, mas para vencer Lula ele precisaria se apresentar um pouco mais moderado", afirma o cientista Rodrigo Prando, da Universidade Presbiteriana Mackenzie,

O especialista também chama a atenção para as declarações e movimentações do governador antes do 7 de Setembro:

"A fala na Paulista vem

após dois movimentos ocorridos na semana anterior. O primeiro é o da busca pela anistia, quando ele se torna objeto de aprovação e de menos ressentimento do bolsonarismo. A outra declaração, que eu considero ruim, foi a que ele disse não confiar na Justiça (feita em entrevista ao jornal Diário do Grande ABC). Essas duas falas culminam com ele tirando o pé da canoa da moderação", analisa Prando.

Para um secretário de Tarcísio ouvido sob anonimato, porém, o voto do ministro Luiz Fux, na quarta-feira (10), que reacendeu esperanças de bolsonaristas, pode fazer o governador paulista "sair da lona" e voltar à briga ideológica.

"Depois do Fux, qualquer mal-estar (sobre as falas do 7 de Setembro) vai ficar em segundo plano", prevê o aliado. As informações são da Agência Globo.

Condenada pelo Supremo e presa na Itália, para onde fugiu, a deputada Carla Zambelli chama hacker de "mitomaníaco".

Detida em uma penitenciária da Itália, a deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP) participou na quarta-feira (10), por videoconferência, de uma reunião na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

A audiência, que marcou o início da análise de um processo que pode confirmar a perda do mandato da parlamentar, registrou trocas de acusações entre Zambelli e o hacker Walter Delgatti, além de questionamentos da deputada sobre a sanidade do hacker (veja vídeo acima). Carla Zambelli e Delgatti foram condenada à prisão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por uma invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Não há mais recursos.

Segundo ela, a versão do hacker, que diz que ela teria determinado a inclusão dos documentos, é mentirosa. Carla Zambelli afirmou que Delgatti é um "mitomaníaco" e chegou a questionar a sanidade mental do hacker, fazendo menção ao uso de medicamentos para tratar um Transtorno do Déficit de Atenção com

Hiperatividade (TDAH).

"O senhor não está sabendo do que está falando. Você acha que sabe do que está falando, Walter, porque a todo momento, desde que conheci você, você sempre sabe o que está falando, como se tudo o que você dissesse fosse verdade. Você é um mitomaníaco", disse.

"Acredita quem quiser acreditar em mim. Quem quiser acreditar em você, acredita. Todo esse processo é baseado no fato de que: ou a pessoa acredita no Walter, ou a pessoa acredita na Carla", afirmou a deputada.

Os dois participaram da audiência de forma remota. Delgatti falou diretamente de uma sala no presídio de Tremembé, onde cumpre pena. A deputada, por sua vez, obteve autorização da Justiça da Itália para participar remotamente da reunião.

Antes de a condenação do Supremo se tornar definitiva, Carla Zambelli fugiu para a Itália, o que levou a parlamentar a ser incluída na difusão vermelha da Interpol.

Em julho, a deputada foi presa nos arredores de Roma. Alvo de um processo de extra-

Reprodução/Instagram



A audiência marcou o início da análise de um processo que pode confirmar a perda do mandato da parlamentar.

dição, Carla Zambelli aguarda decisão do caso detida na penitenciária feminina de Rebibbia.

Diretamente da Itália, ao longo da audiência na manhã de quarta, Zambelli foi autorizada a fazer perguntas a Delgatti. Na primeira oportunidade, a deputada rebateu acusações, acusou de estar mentindo e questionou problemas de saúde do hacker.

Em sua fala inicial, Walter Delgatti afirmou que a invasão aos sistemas do CNJ ocorreram a pedido da deputada e que ele teria se hospedado na casa da parlamentar, em Brasília.

Segundo ele, Carla Zambelli "exerceu o comando direto sobre os crimes".

A deputada afirmou que todo o processo ao qual foi condenada

se baseia em uma espécie de "disse-me-disse". Um dos pontos investigados na ação, que trata da inserção de mandados de prisão falsos em um sistema do CNJ, foi questionado por Zambelli.

Por ter sido condenada criminalmente em decisão definitiva, a Câmara precisa dar aval à perda do seu mandato. Em razão da fuga de Zambelli para a Itália, o relator e a defesa consideraram o caso inédito na Casa.

Pelas regras da Câmara, a análise sobre a perda do mandato começa pela CCJ, e o resultado da comissão é submetido ao plenário da Câmara. Para que o mandato de Zambelli seja cassado, será necessário o apoio de ao menos 257 deputados, o equivalente à maioria absoluta da Casa.

Ainda sob disputa de PT e o partido União Brasil, Correios multiplica prejuízos bilionários na pior crise de sua história.

O extraordinário rombo dos Correios no primeiro semestre deste ano, mais do que o triplo do prejuízo bilionário do mesmo período do ano passado, dirimiu qualquer dúvida – se é que ainda restava alguma – sobre a viabilidade de manter a empresa sob controle estatal.

O saldo deficitário de janeiro a julho, de R\$ 4,37 bilhões, não apenas escancarou a piora em relação à primeira metade de 2024 (R\$ 1,35 bilhão negativo) como já representa aumento de quase 70% em relação ao prejuízo de todo o ano passado, de R\$ 2,6 bilhões.

Trata-se de uma derrocada espantosa, que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, candidamente atribuiu à permissão para que outras empresas ingressassem no mercado de entrega de encomendas, deixando aos Correios o “passivo de ter de entregar cartas nas regiões mais remotas do País”. Se o ministro realmente crê nessa tese não se sabe, mas foi a desculpa que usou, em entrevista à Rede Bandeirantes, ao alegar que os Correios ficam “com o osso” enquanto outras empresas dividem “o filé mignon e a picanha”.

Ora, “entregar cartas em regiões mais remotas” não justifica um prejuízo equivalente a mais da metade do faturamento dos Correios, da ordem de R\$ 8,2 bilhões. Ademais, a ri-

gor, não havia monopólio sobre a entrega de encomendas, razão pela qual empresas privadas do setor há décadas atuam livremente no País.

O que o ministro Haddad não pode admitir, porque é petista, é que o rombo dos Correios é resultado da submissão da empresa a interesses político-partidários, como sói acontecer com quase todas as estatais, especialmente quando estão sob comando do PT ou de seus associados.

O fato é que sob a gestão Lula a companhia vive o pior momento de sua história, na situação incômoda de permanecer há mais de dois meses sob uma presidência demissionária. No início de julho, Fabiano Silva dos Santos entregou a Lula sua carta de demissão, mas está sendo mantido até a escolha do sucessor, cargo disputado entre o PT e o União Brasil, do presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Eis aí o retrato da situação que desembocou no balanço deficitário dos Correios, que o advogado Fabiano dos Santos por certo esperava sanar com seu MBA em Gestão Estratégica de Empresas. O loteamento de cargos, a disputa política, a gestão de negócios submetida a interesses do governo de ocasião são problemas que atingem não apenas a empresa, mas também seu fundo de pensão – basta lembrar que

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O fato é que sob a gestão Lula a companhia vive o pior momento de sua história.

o Postalis já foi e ainda é investigado por malversação de recursos, tendo ex-diretores já condenados pelo Tribunal de Contas da União.

A diretoria dos Correios é dividida entre ungidos pelo PT e pelo União Brasil e a expectativa é de que saia desse grupo o nome do novo presidente da empresa. Não é preciso ser profeta para prever que a mudança na direção nada representará – a não ser, talvez, para os principais interessados no controle da empresa. A transferência à iniciativa privada, em modelo que preserve a universalidade do serviço postal ou até mesmo a fragmentação dos serviços, como cogitado no programa que vinha sendo desenhado no BNDES, é o único caminho possível para recuperar a empresa.

Ao invés disso, as soluções buscadas são de mais endividamento, como o empréstimo de R\$ 4 bilhões que está sendo

negociado com o Banco do Brics – presidido pela petista Dilma Rousseff – e/ou aporte de valor semelhante pelo governo, que já não tem de onde tirar recursos para as próprias necessidades.

Disputando mercado com empresas que investiram pesado em tecnologia para concorrer na entrega de encomendas, aproveitando a explosão do comércio digital, os Correios marcham celeremente para a obsolescência, ditada pela ideologia de um governo incapaz de acompanhar a evolução da sociedade. A situação da estatal de fato “inspira cuidados”, para usar a expressão do ministro Haddad, mas não apenas isso. Exige dos agentes públicos a responsabilidade de propor a única solução possível para manter seu funcionamento. (Opinião/jornal O Estado de S. Paulo)



Mercado

TAXA DE CÂMBIO

Moedas	Compra	Venda
Dólar Comercial	5,39	5,391
Dólar Turismo	5,419	5,599
Peso Argentino	0,0038	0,0038
Euro	6,321	6,323

Atualizado em: 11/09/2025 / Fechamento: 23h / Dados: Infomoney

SALÁRIO MÍNIMO

Nacional	Regional - Rio Grande do Sul	
R\$ 1.518,00	Menor faixa: R\$ 1.656,52	Maior faixa: R\$ 2.099,27

Dados: Gov RS

INVESTIMENTOS

Bolsa de Valores	Pontuação	Variação
Ibovespa	(NREUM={}) .init={ajax: {denypts	

Atualizado em 11/09/2025 Fechamento: 18h / Dados: Infomoney

Valor Taxa Selic 2025	15%
------------------------------	-----

Varição Semestral Atualizada em 11/09/2025 / Dados: Banco Central do Brasil

INDICADORES DA INFLAÇÃO

MÊS	IPCA	IGP-M	INPC
SET/2024	0,44	0,62	0,48
OUT/2024	0,56	1,52	0,61
NOV/2024	0,39	1,30	0,33
DEZ/2024	0,52	0,94	0,48
JAN/2025	0,16	0,27	0,27
FEV/2025	1,31	1,06	1,48
MAR/2025	0,56	0,34	0,51
ABR/2025	0,43	0,24	0,48
MAI/2025	0,26	0,49	0,35
JUN/2025	0,24	1,67	0,23
JUL/2025	0,26	0,77	0,21
AGO/2025	0,11	0,36	0,21
EM 2025	3,15	-1,36	3,08
12 MESES	5,13	3,03	5,05

Dados: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, FGV - Fundação Getúlio Vargas.

COTAÇÕES - AGRONEGÓCIO

Pecuária	Unidade	11/09 (SEMANA ATUAL)	04/09 (SEMANA ANTERIOR)	11/08 (MÊS ANTERIOR)
Boi	1kg vivo	R\$ 10.20	R\$ 10.20	R\$ 10.10
Vaca	1kg vivo	R\$ 9.20	R\$ 9.20	R\$ 9.20
Suíno	1kg vivo	R\$	R\$	R\$
Cordeiro	1kg vivo	R\$	R\$	R\$
Agricultura	Unidade	11/09 (SEMANA ATUAL)	04/09 (SEMANA ANTERIOR)	11/08 (MÊS ANTERIOR)
Soja	60kg	R\$	R\$	R\$
Arroz	50kg	R\$	R\$	R\$
Feijão	60kg	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 110,00
Milho	60kg	R\$	R\$	R\$
Trigo	1Ton	R\$	R\$	R\$

Atualizado em: 11/09/2025 / Dados: Canal Rural | CEPEA | Scot Consultoria | Portal Brasil.

Dólar cai a R\$ 5,39; Bolsa brasileira bate novo recorde.

O Ibovespa atingiu uma nova máxima histórica nessa quinta-feira (11). O principal índice da Bolsa brasileira fechou em alta de 0,56%, alcançando os 143.150 pontos. Resultado foi superior ao recorde registrado no dia 5 de setembro, quando atingiu 142.640 pontos. Já o dólar fechou em queda de 0,27%, cotado a R\$ 5,3920, após tocar a mínima de R\$ 5,3741.

O Ibovespa rompeu outra barreira: superou, pela primeira vez, os 144 mil pontos, alcançando a máxima de 144.012 pontos no dia. Depois, perdeu fôlego.

Dólar

- Acumulado da semana: -0,39%; - Acumulado do mês: -0,55%; - Acumulado do ano: -12,75%.

Ibovespa

- Acumulado da semana: +0,36%; - Acumulado do mês: +1,22%; - Acumulado do ano: +19,01%.

O principal dado que animou os mercados veio dos Estados Unidos. Investidores reagiram à divulgação dos pedidos de

EBC



Ibovespa rompeu outra barreira: superou, pela primeira vez, os 144 mil pontos, alcançando a máxima de 144.012 pontos no dia.

seguro-desemprego, que superaram as projeções, reforçando a previsão de que o Federal Reserve (Fed) irá cortar os juros na próxima semana.

Na semana encerrada em 6 de setembro, foram registrados 263 mil novos pedidos de seguro-desemprego nos EUA — o maior volume de solicitações iniciais desde 23 de outubro de 2021. O resultado superou a expectativa dos analistas, que projetavam 235 mil novos pedidos.

Nos EUA, também foi divulgado o índice de preços ao consumidor (CPI) de agosto. O indicador subiu 0,4% em relação ao mês anterior e acumula 2,9% no ano. Apesar de ter supe-

rado as expectativas dos economistas, o resultado não afastou as apostas de que os juros serão reduzidos.

Com a inflação sob controle e um mercado de trabalho mais fraco, cresce a expectativa de queda dos juros nos EUA. O dólar se torna menos atrativo, enquanto países como o Brasil, com juros ainda altos, atraem mais capital estrangeiro, valorizando o real e contribuindo para a queda do dólar por aqui.

Falando em juros, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a taxa em 2% pela segunda reunião seguida, após tê-la reduzido pela metade ao longo de um ano. A decisão foi tomada porque a inflação na

região se aproximou da meta de 2%.

No Brasil, o foco ficou no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros sete acusados por tentativa de golpe de Estado. A Primeira Turma do STF formou maioria para condenar Bolsonaro por todos os crimes da Trama Golpista.

Além disso, economistas consultados pelo Ministério da Fazenda para o relatório Prisma Fiscal de setembro projetam um déficit primário de R\$ 69,99 bilhões para 2025, ligeiramente melhor que os R\$ 70,88 bilhões estimados antes. Para 2026, a previsão piorou: déficit de R\$ 81,83 bilhões, ante R\$ 81,06 bilhões.

Exportação de produtos atingidos por tarifaço cai 22% em agosto.

As exportações de produtos afetados pelo tarifaço americano caíram 22,4% em agosto na comparação com o mesmo mês de 2024. Já as vendas de itens que não sofreram taxas adicionais recuaram 7,1%.

A constatação está no Monitor de Comércio Brasil-EUA, boletim elaborado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), entidade sem fins lucrativos que representa mais de 3,5 mil empresas envolvidas no comércio entre os dois países.

A análise é feita em cima de dados do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), que já havia revelado que as exportações brasileiras para os Estados Unidos regrediram 18,5% em agosto ante o mesmo mês de 2024.

De acordo com a Amcham, os dados do mês passado indicam que as sobretaxas impostas pelos EUA provocaram uma queda expressiva nas exportações brasileiras e vêm contribuindo também para a desaceleração das importações.

Já em relação aos produtos não taxados, a Amcham avalia que a queda de 7,1% foi influenciada “sobretudo por fatores de mercado, como a menor demanda dos EUA por petróleo e derivados”.

Segundo parceiro comercial

Os Estados Unidos são o segundo principal parceiro comercial do Brasil, perdendo apenas para a China. No acumulado dos

primeiros oito meses do ano, o comércio entre os dois países chegou a US\$ 56,6 bilhões. As nossas exportações somam US\$ 26,6 bilhões e apresentam alta de 1,6% ante janeiro a agosto de 2024.

Mas o resultado isolado de agosto significou a maior queda mensal de 2025, “indicando que o tarifaço influenciou as decisões empresariais”, frisa a Amcham.

Tarifaço

A aplicação de taxas de até 50% para grande parte das vendas brasileiras para os Estados Unidos ficou conhecida como tarifaço.

O governo de Donald Trump assinou uma ordem executiva que estipulou a cobrança a partir de 6 de agosto, mas deixou cerca de 700 produtos em uma lista de exceções. Entre eles estão suco e polpa de laranja, combustíveis, minérios, fertilizantes e aeronaves civis, incluindo motores, peças e componentes. Também ficaram de fora produtos como polpa de madeira, celulose, metais preciosos, energia e produtos energéticos.

Trump alega que os americanos têm déficit comercial (compram mais do que vendem) com o Brasil – o que é desmentido por números oficiais de ambos os países.

O presidente americano também usou como justificativa o tratamento dado pelo Brasil ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que considera ser perseguido. Bolsonaro é réu no STF (Supremo Tribunal Federal) por suposta tentativa de golpe de Estado, em julgamento que entrou na reta final esta



semana.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o tarifaço de 50% incide em cerca de um terço (35,9%) das exportações brasileiras para os Estados Unidos.

EUA com saldo positivo

Os dados mostram que, diferentemente do alegado por Trump, os Estados Unidos vendem mais do que compram do Brasil. Apenas em agosto, esse déficit comercial brasileiro ficou em US\$ 1,2 bilhão, alta de 188% ante mesmo mês do ano passado.

Já no consolidado de janeiro a agosto, o déficit soma R\$ 3,4 bilhões. O levantamento da câmara empresarial mostra que, de janeiro a julho, o déficit americano com o mundo todo é de US\$ 809,3 bilhões, alta de 22,4% ante o mesmo período de 2024. Mas o Brasil está na outra ponta dessa conta como o quinto parceiro que mais tem déficit na relação com os americanos, perdendo apenas para Países Baixos, Hong Kong, Reino Unido, Emirados Ára-

bes.

Importações

De acordo com a Amcham, o impacto do tarifaço também se manifesta nas importações brasileiras, “especialmente em setores mais integrados com a indústria americana, como carvão mineral, essencial para a produção da siderurgia no Brasil”, ou seja, materiais que as empresas brasileiras compram dos Estados Unidos para revender aos americanos incorporados em outros produtos.

Em agosto, as importações brasileiras subiram 4,6%, mas em ritmo de expansão abaixo dos registrados em 18,1% (julho) e 18,8% (junho), indicando perda de dinamismo nas trocas bilaterais.

“A forte desaceleração no ritmo das importações brasileiras vindas dos EUA sinaliza um efeito indireto das tarifas, reflexo do alto grau de integração e de comércio intrafirma entre as duas maiores economias das Américas”, avalia o presidente da Amcham, Abrão Neto.

Ministério da Fazenda reduz previsão de crescimento do PIB brasileiro e estima queda na inflação em 2025.

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda revisou para baixo a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 de 2,5% para 2,3%, segundo o boletim macrofiscal divulgado nessa quinta-feira (11).

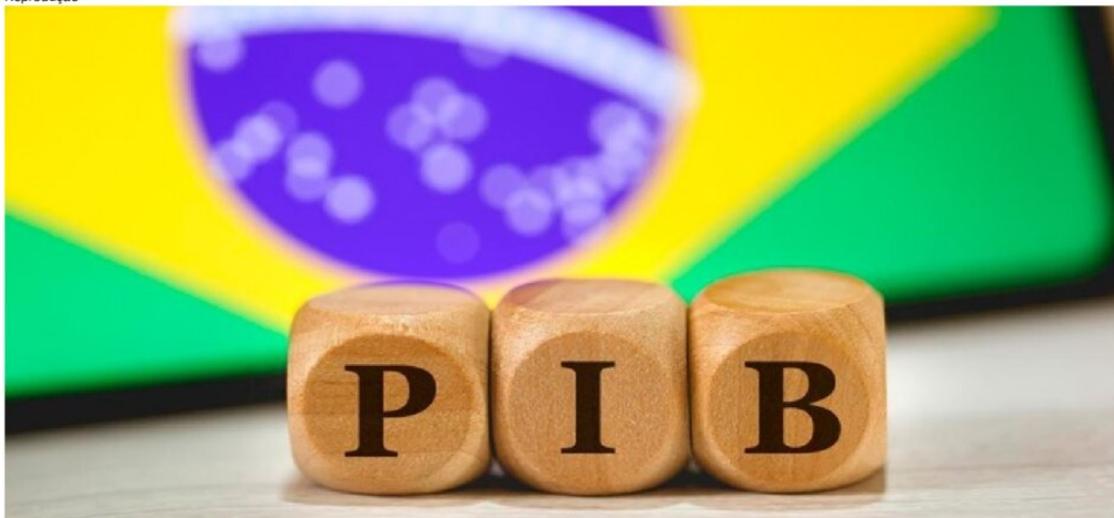
As estimativas para a inflação no ano também foram revistas para baixo, mas em menor magnitude. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial do país, deve ter alta de 4,8%, ainda acima do teto da meta perseguida pelo Banco Central, que é de 3% ao ano, com tolerância até 4,5%. Antes, a previsão do governo era uma variação de 4,9%.

A Fazenda avalia que a houve um resultado abaixo do esperado para o PIB do segundo trimestre, em comparação com o que havia sido projetado em julho, quando a pasta revisou a previsão de crescimento de 2,4% para 2,5%.

Segundo o boletim, o desempenho abaixo do projetado foi reflexo da política de juros do Banco Central (BC), que elevou a Selic, taxa básica de juros, para o patamar de 15% em julho, o maior nível desde 2006.

"O ritmo de expansão das concessões de crédito tem se reduzido,

Reprodução



Segundo a pasta, desempenho menor se deve à política de juros do Banco Central.

junto com o aumento nas taxas de juros bancárias e na inadimplência. Embora a taxa de desemprego siga no menor patamar da série histórica, já se percebe uma tendência de desaceleração na expansão da massa de rendimentos real", avalia a SPE.

Segundo o órgão, a perda de ritmo decorre da ação do Banco Central na tentativa de reduzir a inflação. Em setembro de 2024, o Copom (Comitê de Política Monetária) deu início a um novo ciclo de alta da taxa básica de juros, a Selic, que até então estava em 10,50% ao ano. Após sucessivos aumentos, a Selic chegou a 15% ao ano em junho e tem sido mantida neste patamar —o maior desde 2006.

"Para o próximo trimestre, a perspectiva é que a desaceleração da atividade continue",

disse a secretaria no boletim. Segundo o órgão, dados de julho já indicaram recuo na produção da indústria da transformação e nas vendas do varejo restrito, que não inclui automóveis nem materiais de construção.

Nos próximos meses, as tarifas impostas pelos Estados Unidos às exportações brasileiras podem contribuir para reforçar a tendência de desaquecimento da atividade, uma vez que afetam o desempenho da indústria, dos investimentos e do setor externo.

Guilherme Mello, secretário de Políticas Econômicas, afirmou durante a apresentação do boletim que, por causa das altas de tarifas, o índice de incertezas chegou a um nível muito elevado, mesmo que tenham sido firmados

acordos.

A situação, segundo ele, é semelhante ao fim dos anos 1920, quando houve um desarranjo global com a crise do padrão ouro.

O secretário disse que espera-se que o Federal Reserve (órgão equivalente ao Banco Central dos EUA) corte os juros americanos, o que contribuiria para o enfraquecimento do dólar (portanto, valorização do real).

Ele resumiu a expectativa da seguinte forma: "Dólar mais fraco, outras moedas mais fortes e expectativa de queda de taxa de juros maior, o que impacta decisões sobre juros em outros países, em particular na América Latina". Com informações da Folha de S. Paulo e O Globo

Deflação no Brasil, em agosto, é movimento transitório, afirmam especialistas.

Analistas do mercado financeiro afirmaram que o resultado de agosto do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) reforça uma trajetória “benigna” da inflação, embora tenha surpreendido em determinados segmentos específicos. No panorama geral, eles avaliaram que a deflação foi influenciada por fatores temporários, principalmente a redução nos preços da energia elétrica devido a descontos pontuais.

Em contraste com a alta de 0,26% em julho, a deflação de agosto veio abaixo da mediana das projeções do mercado, que apontava para uma queda de 0,16%.

Alexandre Maluf, economista da XP Investimentos, observa que, apesar da deflação menos intensa, a leitura não muda a perspectiva da instituição para o ano. Ele mantém a projeção de 4,8% para 2025, citando que “houve grande surpresa altista nos bens industriais”, uma vez que o programa Carro Sustentável, que isentou alguns veículos de impostos, não resultou em quedas de preços tão significativas como esperado.

“A leitura não muda nossa perspectiva para o ano, vamos manter nossa projeção de 4,8% para este ano e 4,5%

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



Em contraste com a alta de 0,26% em julho, a deflação de agosto veio abaixo da mediana das projeções do mercado.

para 2026. Destacamos que essa leitura deve tirar o ímpeto do mercado daqueles que começavam a migrar para em torno de 4,5% até abaixo de 4,5%”, comentou ele.

Flavio Serrano, economista-chefe do Banco BMG, destaca os desafios futuros, afirmando que a melhoria nas métricas qualitativas do IPCA deve enfrentar um contexto mais adverso nos próximos meses.

Leitura de agosto não altera perspectiva de inflação projetada para o fim do ano, dizem analistas

“Na ponta até melhorou; a questão é ver se será mantida”, afirmou Serrano, além de prever que a reversão em itens como alimentos e energia pode prejudicar a tendência benigna observada em algumas aberturas do índice.

Para Serrano, que

esperava deflação de 0,13% do índice, o resultado veio bastante em linha e não altera a expectativa de IPCA de 4,8% no fim do ano.

Por outro lado, Leonardo Costa, economista do ASA, disse que os efeitos temporários mas c a r a m a verdadeira dinâmica inflacionária. “O núcleo veio poluído: descontos passageiros em recreação (semana do cinema) reduziram artificialmente o índice e devem pressionar o IPCA de setembro.” No entanto, mesmo sem esses descontos temporários, os serviços mostram uma leve desaceleração.

Costa afirmou, porém, que mesmo expurgando os descontos o núcleo de serviços mostraria desaceleração (0,43% em vez de 0,34%), levando a média móvel de 3 meses para 5,96% (de 6,08%).

“Esse alívio, no entanto,

tende a ser temporário, já que os serviços permanecem pressionados pela demanda doméstica.”

Apesar dessas nuances, o Itaú Unibanco afirmou em relatório que os dados reforçam a expectativa do banco de aceleração nos serviços subjacentes até o final do ano. “O alívio em serviços subjacentes no IPCA do mês passado é temporário”, disse o banco.

No campo das projeções para política monetária, a Capital Economics acredita que a pequena queda do IPCA dificilmente mudará o tom do Banco Central. “Os juros serão mantidos em 15%”, afirma a consultoria, prevendo, contudo, espaço para redução da Selic no início de 2026. (Com informações do jornal O Estado de S. Paulo)

Presidente da Câmara dos Deputados pode pautar isenção do Imposto de Renda na próxima semana.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse a ministros que pode levar a plenário já na próxima semana o projeto que amplia a isenção de Imposto de Renda da Pessoa Física para quem ganha até R\$ 5 mil. Ele, no entanto, ainda não comunicou aos líderes essa disposição de pautar a matéria, que é a mais importante para o governo Lula neste ano.

“Há entendimento da Casa de que é uma prioridade para o Brasil e os brasileiros”, afirmou ele, em post em suas redes sociais, após conversar com a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

Aprovada em julho na comissão especial, a proposta está pronta para ser apreciada em plenário desde o início de agosto, mas a obstrução da oposição, com a ocupação do plenário e a defesa de outras matérias - PEC da blindagem e

Lula Marques/Agência Brasil



Motta diz a ministros que finalmente deve levar o projeto ao plenário.

PL da Anistia, entre elas-, impediu que a matéria fosse analisada.

Motta vem sendo muito pressionado por todos os lados. Centrão e PL acosam o presidente da Câmara para dar prioridade a outras matérias: a anistia para Jair Bolsonaro e os demais condenados por tentativa de golpe e outros crimes contra a democracia e agendas de interesse próprio dos parlamentares, como tentativas variadas de blindagem.

Do outro lado, o governo Lula tenta se reaproximar de Motta depois do curto-circuito recente, que atingiu o ápice com

o projeto que aumentava o IOF para várias operações como forma de garantir o cumprimento do arcabouço fiscal. A intenção do Executivo é tentar neutralizar a ascendência de nomes como Arthur Lira e, sobretudo, o presidente do PP, Ciro Nogueira, sobre ele.

Nogueira é, hoje, o principal responsável por tentar cooptar Motta para a tentativa de se votar uma anistia ampla, geral e irrestrita. Do outro lado do cabo de guerra, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ajuda o governo e ministros do STF a tentarem dissuadir o deputado

de embarcar nessa agenda mais radical, que sequestre a pauta legislativa.

Caso leve adiante a ideia de votar a extensão da isenção do IR, que já passou na comissão e tem o próprio Lira como relator, Motta terá, finalmente, uma proposta de forte apelo popular e grande impacto econômico e social para brandir como resultado de sua passagem pela presidência, até aqui mais marcada por ruídos da polarização política e por uma dificuldade do deputado de impor sua autoridade. Com informações da Agência Câmara, O Globo e Veja.

Brasil baterá novo recorde na safra de grãos.

A produção de grãos no Brasil bateu, novamente, recorde, atingindo a marca de 350,2 milhões de toneladas na safra 2024-25. O resultado representa, em termos de volume, uma alta de 16,3% na comparação com a safra 2023/24, quando foram colhidas 324,36 milhões de toneladas.

De acordo com o 12º Levantamento da Safra de Grãos, divulgado nesta quinta-feira (11) pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), o resultado foi impulsionado, em especial, pela produção de soja, milho, arroz e algodão – responsáveis por 47 milhões das 49,1 milhões de toneladas colhidas a mais na safra atual, se comparada à anterior.

“Esse crescimento verificado na atual safra em relação ao ciclo 2023/24 é atribuído à expansão de 1,9 milhão de hectares na área cultivada, saindo de 79,9 milhões de hectares na temporada passada para 81,7 milhões de hectares em 2024/25, bem como às condições climáticas favoráveis, sobretudo no Centro-Oeste, com destaque para o Mato Grosso”, informa o boletim da Conab.

Segundo a companhia, o clima favorável influenciou a recuperação na produtividade média nacional das lavouras em 13,7%, sendo estimada em 4.284 quilos por hectare no atual ciclo, enquanto que em 2023/24 ficou em 3.769 kg/ha.

Soja

A soja foi o produto mais cultivado, registrando uma produção recorde estimada em 171,5 milhões de toneladas. Este valor corres-

ponde a uma alta de 20,2 milhões de toneladas na comparação com a safra anterior. Esse “resultado histórico” reflete, segundo a Conab, o aumento da área semeada combinado com a melhora da produtividade média nacional das lavouras.

“Diante de condições climáticas mais favoráveis na maioria das regiões produtoras em relação a 2023/24, o desempenho médio nacional das lavouras no atual ciclo atingiu 3.621 kg/ha, o maior já registrado”, informou a Conab.

Goiás foi o estado que obteve a maior produtividade nesta safra, com 4.183 kg/ha. Já o Rio Grande do Sul, com 2.342 kg/ha, foi a unidade federativa que obteve o menor resultado, uma vez que suas regiões produtoras passaram por altas temperaturas e irregularidades nas precipitações a partir de dezembro até o fim de fevereiro.

Milho e algodão

Outro produto com resultado recorde foi o milho, considerando as 3 safras do grão, estimada em 6.391 quilos por hectare no atual ciclo.

“Com isso, é esperada uma produção total de 139,7 milhões de toneladas na safra 2024/25, aumento de 20,9% em relação a 2023/24 e a maior colheita do produto já registrada pela estatal”, detalha a companhia.

A primeira safra tem uma produção estimada em 24,9 milhões de toneladas, o que corresponde a um crescimento de 8,6% na comparação com a safra anterior. Com 97% da área colhida e 3% em maturação, a segunda safra deve registrar crescimento de 24,4% na produção, prevista em 112

CNA/Divulgação



Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento, serão colhidas 350 milhões de toneladas.

milhões de toneladas. A terceira safra de milho está com as lavouras ainda em desenvolvimento. A expectativa é que resulte em uma produção de 2,7 milhões de toneladas.

É também esperado recorde na produção de algodão, com as lavouras produzindo 4,1 milhões de toneladas – resultado que representa alta de 9,7% sobre a safra anterior. Esse aumento decorre a alta de 7,3% da área semeada, bem como pelas condições climáticas favoráveis.

“No final de agosto, já estava colhida 72,8% da área e 27,2% encontrava-se em maturação”, detalhou a Conab.

Arroz e feijão

Com a colheita já encerrada, o arroz totalizou 12,8 milhões de toneladas produzidas. Resultado foi um “expressivo crescimento” de 20,6% sobre 2023/24. Trata-se, de acordo com a companhia, a 4ª maior já registrada, atrás dos volumes obtidos nas temporadas de 2010/2011, de 2004/2005 e de 2003/2004.

“O aumento reflete a expansão de 9,8% na área se-

meada e as condições climáticas favoráveis, especialmente no Rio Grande do Sul, principal estado produtor”, informou a companhia.

As três safras de feijão está estimada em cerca de 3,1 milhões de toneladas, o que garantirá o abastecimento interno do país.

Culturas de inverno

Com a semeadura já concluída, o trigo foi o produto que, entre as culturas de inverno, mais se destacou. Em termos de área, apresentou redução de 19,9% na comparação com a safra anterior, totalizando 2,4 milhões de hectares no atual ciclo. Já em termos de produtividade, ele tende a apresentar uma recuperação, saindo de 2.579 quilos por hectare em 2024 para 3.077 kg/ha neste ano.

“Ainda assim, a produção está estimada em 7,5 milhões de toneladas nesta safra, redução de 4,5% em comparação com a temporada passada”, destacou a Conab.

Secretaria de Turismo e Aeroporto Salgado Filho realizam recepção especial para passageiros durante o Mês Farroupilha.

Arquivo Sedur



Ação faz parte do projeto O Sul Te Espera, que promove ativações culturais para fortalecer o turismo no RS.

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Turismo (Setur), em parceria com a Fraport Brasil, preparou um receptivo especial para marcar o Mês Farroupilha no principal portão de entrada aérea do Rio Grande do Sul. Nos dias 12, 18 e 19 de setembro, sempre das 8h às 10h, passageiros que desembarcarem no terminal doméstico do Aeroporto Salgado Filho serão surpreendidos com o projeto O Sul Te Espera, que promove ativações culturais e momentos de acolhida logo na chegada a Porto Alegre.

Boas-vindas aos visitantes

A ação conta com a participação de artistas que representam a identidade gaúcha: um gaiteiro, um violeiro, a tradicional estátua-viva do Laçador e dois casais pilchados, que interagem com os viajantes e transmitem a força do tradicionalismo. Além das apresentações, o aeroporto recebe uma decoração especial alusiva ao Mês Farroupilha, criando um ambiente imersivo que reforça a simbologia do período.

A ambientação temática permanecerá até o fim de setembro, levando um pouco da cultura gaúcha para todos os que circularem pelo terminal.

Hospitalidade

“O turismo é uma porta de entrada para mostrar a identi-

dade do Rio Grande do Sul. Queremos que cada visitante tenha, logo na chegada, uma experiência marcante que una nossas tradições com a hospitalidade que é marca registrada do nosso povo”, destaca o secretário de Turismo, Ronaldo Santini. Para ele, iniciativas como essa fortalecem o posicionamento do estado como destino acolhedor, diversificado e conectado às suas raízes.

“O aeroporto de Porto Alegre é a principal porta de entrada para os turistas no Rio Grande do Sul. O receptivo e as ações são uma forma de apresentar nossa cultura e tradição já na chegada dos passageiros. Temos visto momentos muito bonitos aqui, de pessoas dançando ao som da gaita, se divertindo e cele-

brando junto conosco o Mês Farroupilha”, afirma Rodrigo de Sousa, diretor comercial da Fraport Brasil.

Expressões típicas recebem destaque no aeroporto

A Fraport Brasil preparou uma ambientação especial no Aeroporto de Porto Alegre para celebrar o Mês Farroupilha. Foram instalados letreiros em letras-caixa com expressões típicas do vocabulário gaúcho: no Check-in Doméstico, no 2º piso, a palavra “Tchê”; em frente ao Embarque Internacional, também no 2º piso, o termo “Bah”; e no Desembarque, no 1º piso, os destaques “Bah”, “Tchê” e “Capaz”, recepcionando os passageiros que chegam à capital.

Ao lado de cada letreiro, totens explicativos apresentam a origem dessas expressões, acompanhados de frases de autores consagrados como Luis Fernando Verissimo, Erico Verissimo e Jayme Caetano Braun.

Além disso, um grande painel instalado no 2º piso aborda o uso das expressões e outros elementos da cultura gaúcha, reforçando o clima festivo e a identidade do Rio Grande do Sul já no momento da chegada ou partida pelo aeroporto.

Com o receptivo, o governo do Estado reforça a valorização das tradições gaúchas e proporcione aos visitantes um primeiro contato que traduz a essência do Rio Grande do Sul.

CASTELO SAINT ANDREWS
O único Relais & Châteaux de montanha do Brasil!

JANTAR HARMONIZADO SABORES DE HAVANA
No dia 27 de setembro, o Castelo Saint Andrews, em Gramado, se transforma em um cenário vibrante, em plena imersão nos aromas, sabores e ritmos autênticos de Havana.

19h - Palestra Especial no Pub Bar
O mestre torcedor Livan Reina Blanco apresenta os autênticos Cohiba Robusto, em uma experiência harmonizada com rum Havana Club Selección, conduzida por Orlando Blanco Blanco, e finalizada com o sofisticado whisky Macallan 12 anos Double Cask.

20h30 - Jantar Harmonizado no Premiada Restaurante Primrose
Jantar em cinco tempos inspirado em Havana, assinado pelo chef Eduardo Lima, harmonizado com espumante Peterlongo e Mojito de boas-vindas.

Reservas: (54) 3295-7700 - (54) 3295-7721
reservas@saintandrews.com.br

Preço médio dos alimentos cai pelo segundo mês seguido no Rio Grande do Sul.

Calculado pela Secretaria da Fazenda (Sefaz), o Preço da Cesta de Alimentos (PCA) no Rio Grande do Sul caiu 0,75% em agosto, na comparação com o mês anterior. Trata-se de segunda redução consecutiva em 2025. A cesta com 65 dos itens mais consumidos no Estado ficou em R\$ 286,65, o que também representa o menor valor desde novembro passado. Já no acumulado do ano, o índice apresenta retração de 0,29%.

O maior recuo de agosto foi observado na região do Alto da Serra do Botucaraí, que abrange municípios como Soledade e Espumoso. O preço médio do kit foi de R\$ 286,92, o que representa 2,36% a menos que o de julho.

Já o segundo maior recuo teve como cenário o Vale do Rio Pardo: -2,26%, fechando o mês em R\$ 280,83. Com exceção da Serra Gaúcha, que manteve estabilidade, todas as demais regiões do Estado registraram queda no indicador.

Na região das Hortênsias (Gramado, Canela e outros municípios) a retração foi de 1,41%, mas a cesta continua a mais cara do Rio Grande do Sul. O preço médio é de R\$ 305,15, aproximadamente 5% acima da média estadual.

Agência Brasil



Com 65 itens, cesta gaúcha ficou em R\$ 286,65 no mês de agosto.

O valor médio mais em conta, por sua vez, foi verificado o chamado "Jacuí Centro": R\$ 266,67. Com isso, a diferença regional entre o maior e menor preço chega a quase 15%.

Itens mais baratos

Dentre os 12 grupos analisados, o de hortaliças teve a maior queda no preço médio, com recuo de 8,56% frente a julho. A retração foi puxada pelo tomate, que caiu 22,2%, sendo vendido a R\$ 6,99 o quilo nos supermercados. A cebola também segue em queda, custando em média R\$ 2,95 o quilo, declínio de 5,4% no mês.

O grupo de aves e ovos também teve forte recuo em agosto, com queda de 4,13% no preço médio. A redução foi impulsionada pela coxa de frango, custando cerca de R\$ 12 o quilo, valor 7,5% menor do que em julho. O

ovo de galinha seguiu em retração, com recuo de 1,26%, encontrado a uma média de R\$ 11,88 o quilo.

Itens básicos da alimentação, como arroz branco e feijão preto, seguem em ritmo de queda. O valor do cereal caiu 3,90%, vendido a uma média de R\$ 3,65 o quilo. Já a leguminosa teve retração de 3,64%, encontrada a uma média de R\$ 5,29 o quilo. No acumulado do ano, ambos já assinalam recuo superior a 30% no preço médio.

As carnes também assinalaram redução no Estado, com queda de 0,78% em agosto. Nenhum dos cortes pesquisados teve alta no período, com destaque para a paleta com queda de 2,80% e a costela com recuo de 1,41%. A maior retração foi registrada na Fronteira Noroeste, onde a queda chegou a 3,18%.

Metodologia

Os dados estão publicados no Boletim de Preços Dinâmicos e disponíveis no Painel de Preços Dinâmicos, lançado na semana passada pela Receita Estadual. Esse material acompanha a variação de preço no varejo dos 65 itens de consumo mais presentes na mesa dos gaúchos, com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na base da pesquisa estão os registros das notas fiscais eletrônicas do varejo. De acordo com a Secretaria da Fazenda, a iniciativa é alinhada ao objetivo do governo gaúcho de transformar a base de dados do Estado em informações úteis à população. (Marcello Campos)

Remodelação da Cadeia Pública de Porto Alegre envolveu uma série de desafios.

A construção da nova Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA), inaugurada nesta semana pelo governo gaúcho e que já abriga os primeiros apenados, foi desafiadora. Além de envolver uma obra de grandes proporções em um presídio ainda em funcionamento (embora colapsado), exigiu a conclusão de outras unidades prisionais, por meio de um trabalho conjunto das secretarias de Obras Públicas (SOP) e de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS).

O planejamento começou em 2021, com o anúncio do programa estadual "Avançar". A já delicada situação do antigo Presídio Central estava ainda pior: um dos pavilhões havia sido demolido em 2014, em um primeiro movimento de recuperação da infraestrutura – que acabou não sendo levada adiante em frente.

Em vez de mais vagas para acabar com a superlotação, havia ainda menos. O governo do Rio Grande do Sul deflagrou então um projeto destinado a reconstruir e reabilitar aquele que chegou a ficar conhecido como o pior presídio do Brasil e um dos piores da América Latina. Para isso, programou um desembolso de quase R\$ 140 milhões.

A ordem de início das obras foi assinada em 28 de junho de 2022, e os desafios logo apareceram: para derrubar os prédios precários existentes e construir novas instalações, era necessário desocupar os espaços e realocar os presos. Mas não havia lugar para todos no sistema prisional gaúcho. A solução foi elaborar um plano de três etapas,

movimentando mais de 3,3 mil pessoas, sob coordenação da SSPS e de sua vinculada, a Polícia Penal.

Com as vagas disponíveis, os presos de cinco dos dez pavilhões foram transferidos e a obra foi iniciada. A instituição penal, entretanto, continuava abrigando detentos. A diretora de Engenharia e Arquitetura da SSPS, Cláudia Veppo Gaier, acrescenta:

"Foi um grande desafio, mas, desde o início, sabíamos que seria muito difícil fazer a obra nessas condições. A entrega da CPPA mostra o sucesso do planejamento do governo para a execução dos trabalhos".

O espaço restrito para a circulação e a instalação do canteiro de obras exigiu que se encontrassem soluções. Para a entrada de caminhões e máquinas, por exemplo, foi criado um acesso em um muro lateral.

As exigências de segurança de um presídio prevaleceram. Conforme os fiscais da SOP que atuaram na obra, Franciele Pereira Magnus, Luiz Felipe Corrêa e Rodrigo José da Cunha, um exemplo são os pilares, que precisaram ficar perfeitamente lisos. Em uma obra comum, ranhuras não seriam problema, mas em uma penitenciária isso pode ser usado para escadas – inclusive em eventual tentativa de fuga.

Na primeira etapa, o governo construiu três módulos de vivência, onde ficam as celas, com 564 vagas. A conclusão ocorreu em fevereiro de 2023. O esvaziamento e a demolição dos outros pavilhões prosseguiram naquele ano. Outros seis módulos foram cons-

Ariel Engster/SOP



Obras demandaram três anos de trabalho e investimento de quase R\$ 140 milhões.

truídos, com 1.320 vagas, totalizando 1.884.

Para que os pavilhões ficassem completamente vazios, todo o sistema penal gaúcho acabou envolvido. A conclusão da Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC) II e III, em 2023, permitiu transferir os últimos detentos e liberar toda a área do complexo para a nova construção.

Adaptações ao longo do tempo

Algumas mudanças precisaram ser feitas durante os trabalhos. O cronograma, por exemplo, teve de ser alterado quando não era possível acessar algum pavilhão ainda ocupado. Por isso, anteciparam-se serviços como a instalação da central de gás.

O mesmo aconteceu com a nova subestação de energia da CPPA, que é exclusiva para a unidade. A antiga alimentava outros prédios ao redor. Mais espaços foram adicionados ao projeto original. Inicialmente, não seriam feitas novas cozinha e lavanderia, mas as condições precárias em que se encontravam exigiram a mudança de pla-

nos, entregando espaços adequados e funcionais.

"A qualificação das estruturas garante a presença plena da autoridade do Estado dentro da cadeia, sem áreas abandonadas que possibilitem aos apenados comandar serviços internos, como acontecia no passado", sublinha o texto divulgado no site estado.rs.gov.br.

Da antiga estrutura só permaneceu preservada a parte frontal, onde funcionam as áreas administrativas. Fotos aéreas, porém, poderão mostrar um desenho semelhante ao antigo: a distribuição dos prédios no terreno é similar à da estrutura original.

A última etapa da reconstrução será a demolição do pavilhão ainda em pé, para dar lugar a uma estrutura onde funcionarão oficinas de trabalho. A licitação para essa obra deve ser anunciada em breve, prevendo um investimento de R\$ 1,9 milhão com recursos dos governos estadual e federal. (Marcello Campos)

Um dia após reinauguração, Cadeia Pública de Porto Alegre volta a receber detentos.

Pouco mais de 24 horas após a sua reinauguração, a Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA, antigo Presídio Central) começou a receber na tarde dessa terça-feira (11) os primeiros detentos no novo complexo. O grupo é formado por 25 homens que trabalham no interior da instituição durante o cumprimento da pena, em setores como cozinha, limpeza e lavanderia.

A ocupação prossegue de forma gradual, sob a coordenação da Polícia Penal, órgão responsável pela gestão da unidade desde agosto de 2023, após 28 anos de comando por uma força-tarefa da Brigada Militar. Titular da Secretaria dos Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), Jorge Pozzobom, ressalta:

“Estes primeiros presos a ocupar as novas instalações já começaram, de imediato, a desempenhar trabalho prisional, o que reforça o compromisso do Estado de zelar pela segurança da população e garantir oportunidades de ressocialização aos apenados”.

O superintendente da Polícia Penal, Sergio Dalcol, complementa:

“O início da ocupação da nova Cadeia Pública é mais um marco de um capítulo histórico no sistema prisional do Rio Grande do Sul. Toda movimentação é feita com segurança e planejamento”.

Histórico

Funcionando de forma precária desde o início da década de 1960, o então Presídio Central chegou a ser considerado um dos piores da América Latina. Os motivos desse status incluíam problemas estruturais, superlotação e violações de direitos humanos, sendo inclusive cenário de duas grandes rebeliões com mortes – em 1987 e 1994.

Em 2016, um decreto estadual renomeou a instituição, que passou a ser chamada oficialmente “Presídio Central”. Já em novembro de 2021, o governo gaúcho anunciou o projeto de demolição da unidade, para substituir a estrutura antiga por novos módulos. A ordem de início das obras foi assinada em junho do ano seguinte, prevendo a desocupação gradual dos pavilhões, realocação de presos e a construção do novo complexo.

A estrutura da CPPA

Luis André/Secom-RS



Grupo inicial é composto por 25 apenados que realizam trabalho interno.

pré-reforma era composta por dez pavilhões. Na primeira etapa da readequação, foram demolidos seis (D, G, H, I, J e C, que já havia sido parcialmente derrubado em 2014). Essa fase compreendeu a construção de três módulos de vivência, com 564 vagas, e foi finalizada no começo de fevereiro de 2023 – meses antes de a gestão do complexo passar aos cuidados da Polícia Penal.

Em maio de 2023, os pavilhões A e F foram esvaziados. O F foi completamente demolido no final de maio, e o A no início de dezembro, pois que o prédio servia de muro para o pátio do pavilhão B, que permaneceu com apenados até o começo de dezembro do mesmo ano, quando começou a ser colocado abaixo.

No local onde estavam esses três prédios, foram construídos mais seis módulos de vivência, com 1.320 vagas – em conjunto com os três já concluídos, totalizam agora 1.884. Em 2024, foi feito um termo aditivo para reformar a cozinha geral da unidade e montar uma lavanderia.

O único pavilhão da antiga estrutura que ainda está em pé é o E, ligado à parte administrativa da unidade. Inicialmente, não estava contemplado no plano de readequação, mas um novo projeto foi desenvolvido para que também seja reformado. A finalidade é abrigar todas as atividades de trabalho prisional do estabelecimento. O projeto já está em fase de licitação pelo Estado. (Marcello Campos)

Professora que agredia crianças em escola de Caxias do Sul é denunciada à Justiça.

Preso preventivamente por maus-tratos a pelo menos quatro alunos de uma escola de educação infantil em Caxias do Sul (Serra Gaúcha), uma professora de 49 anos foi denunciada à Justiça pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS). Uma das crianças foi agredida com pilha de livros, ato que resultou em graves lesões dentárias.

A titular da Promotoria de Justiça Criminal do Município, Adriana Karina Diesel Chesani, também menciona uma vítima atacada momentos antes. Ambas as situações foram flagradas por câmeras do sistema interno de monitoramento da instituição de ensino.

Outros dois casos teriam ocorrido no ano passado. Os registros, porém, só foram feitos agora pelos pais dos respectivos alunos, após tomarem conhecimento das recentes denúncias.

Norte do Estado

Em Vila Maria (Norte gaúcho), um professor de Educação Física que também é alvo de denúncia do MPRS foi exonerado pela prefeitura. Pesa contra ele a acusação de crime de maus-tratos a estudantes com idades entre 7 e 9 anos, incluindo constrangimento, humilhações e até agressão física.

O profissional tem 40 anos e exercia o cargo desde janeiro, na Escola Municipal de Educação Infantil (Emef) Maria Busato. Todos os casos abrangem o período de 4 a 11 de junho de 2025.

No primeiro incidente, o homem obrigou crianças

a permanecerem sentadas no chão frio de uma sala de aula por aproximadamente 45 minutos, como forma de castigo, expondo-as a risco à saúde. Uma das vítimas, de 9 anos e com histórico de asma e bronquite, apresentou dor de garganta logo após a "punição".

Em outro episódio, um aluno de 7 anos foi tratado pelo educador com palavras ofensivas durante uma aula, diante dos colegas. Já no terceiro fato, inclusive gravado por câmera interna de monitoramento, o professor agrediu um aluno de 8 anos com um tapa no rosto, além de submetê-lo a outras atitudes vexatórias. Tudo também testemunhado pela turma.

De acordo com os relatos das demais crianças presentes na ocasião, tanto a vítima quanto os demais foram constrangidos pelo educador a não contarem sobre o ocorrido a terceiros. O caso gerou forte repercussão na comunidade escolar e levou o aluno a manifestar o desejo de não retornar à escola.

No caso da agressão, foi acrescentada denúncia de vias-de-fato. Trata-se de contravenção cometida com gestos ou ações violentas como empurrões, tapas, ou socos que não resultam em lesão corporal aparente, mas nem por isso deixam de configurar um gesto grave, principalmente quando direcionadas a uma criança ou adolescente.

O promotor Matheus Trindade ressaltou, ao apresentar denúncia à Justiça, que "o Ministério Público reafirma seu compromisso com a proteção integral da infância e da adolescência,

Reprodução



Flagrado por câmera interna, um dos ataques causou lesões dentárias em aluno.

especialmente no ambiente escolar, onde devem prevalecer o respeito, a segurança e o cuidado". Ele acrescentou que o objetivo é assegurar a responsabilização por condutas incompatíveis com a função pública e com os deveres legais de quem atua na educação.

Com a palavra...

Conforme o advogado de defesa, houve um comunicado informal da administração ao professor, sem intimação oficial no que se refere ao conteúdo do relatório final da comissão disciplinar que se debruçou sobre o caso. O delegado responsável pela investigação na Polícia Civil, Norberto Rodrigues, acrescentou que o denunciado optou por se manter em silêncio no interrogatório.

Já a prefeitura de Vila Maria publicou um comunicado sobre o afastamento do servidor. "A Administração Municipal informa que foi determinada a demissão do professor envolvido na denúncia de maus-tratos a estudantes da EMEF Maria Busato, conforme disposto na Portaria nº 678/2025, de

9 de setembro.

A decisão foi tomada em razão da conclusão do processo administrativo disciplinar, conduzido por comissão regularmente constituída, assegurando-se ao servidor o contraditório e a ampla defesa. O relatório final da comissão apontou a prática de infrações disciplinares cuja gravidade se mostrou incompatível com a permanência no cargo público.

Assim, no uso de suas atribuições legais, o prefeito aplicou a penalidade de demissão ao servidor em questão. A Administração Municipal reforça que qualquer conduta que implique violência ou viole os direitos das crianças e adolescentes é absolutamente incompatível com a missão da educação, que deve priorizar sempre o bem-estar físico, emocional e psicológico dos alunos.

O Município reitera seu compromisso com a proteção integral de crianças e adolescentes, assegurando que os espaços escolares sejam ambientes de acolhimento, cuidado e aprendizado". (Marcello Campos)

Projeto de pesquisa amplia acervo sobre história da cultura negra em Porto Alegre.

Neste domingo (14), às 16h, será apresentada a conclusão da segunda etapa do projeto "Memórias Negras em Verbetes", que tem por objetivo a catalogação e compartilhamento de personagens, espaços e outros elementos relacionados ao tema em Porto Alegre, por meio do site memoriasnegrasemverbetes.com. O evento é gratuito e aberto ao público, na avenida Rocco Aloise nº 1.000, bairro Sarandi (Zona Norte).

Foram adicionados 50 itens à listagem, abrangendo patrimônios materiais e imateriais, trajetórias e diferentes manifestações da cultura negra na cidade. Com isso, alcança a meta de 100 verbetes disponibilizados no portal, além de cinco episódios de um podcast produzidos na primeira etapa. A sequência do projeto prevê uma publicação abrangendo esse material.

Construída de forma coletiva e com base em ampla pesquisa, enriquecida com materiais audiovisuais dotados de audiodescrição e legendas, esta edição traz nomes como o do poeta e sambista Jajá, a matriarca qui-

lombola Mãe Apolinária, o músico e agitador cultural Giba Giba, o jogador de futebol Escurinho e figuras históricas como o Rei Congo Francisco Bernardo da Silva.

Também estão presentes no inventário espaços fundamentais para a resistência e criação negra na cidade. É o caso do Instituto Afro-Sul Odomodê, Museu do Hip Hop, Banda de Jazz Espia Só e Liga da Canela Preta.

Diretor da Voz Cultural e gestor responsável pela iniciativa, Vitor Ortiz destaca: "Esse inventário, que visa o resgate e desaparecimento da presença das populações negras na história de Porto Alegre, é muito importante para o reconhecimento do legado da comunidade negra na formação e no desenvolvimento da nossa cidade".

A entrega simbólica da segunda fase do projeto terá uma programação repleta de alegria, ancestralidade e resistência, com as seguintes atrações: Banda Kalunga, Circo com Margarina, show de Palhaçaria com Palhaça Kaka, exposição fotográfica da pesquisa do artista visual Leandro Machado, má-

Divulgação



Personagens e lugares estão entre os alvos do levantamento.

gico Iuri, Makulelê e Capoeira do Quilombo dos Machado e Rango coletivo com Tiandinha Alimenta (Amanda e China) – preparado para acolher 200 pessoas com sabor de festa de criança.

Esta nova etapa é financiada pelo programa Pró-Cultura da Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul por meio da Lei Paulo Gustavo do Ministério da Cultura do Governo Federal do Brasil. A realização é da Voz Cultural com apoio do Sindbancários.

O projeto resgata e salienta a presença e a contribuição das populações negras na história de Porto Alegre, a partir da criação de uma lista de verbetes que representam o patrimônio cultural negro, personalidades e cole-

tivos do campo da memória social negra em Porto Alegre.

Trabalho abrangente

Fruto de um trabalho técnico conduzido por especialistas, historiadores, antropólogos e geógrafos, sob a coordenação técnica de Jane Mattos e Pedro Vargas, a iniciativa conta com a participação ativa do movimento social negro, assegurando um olhar plural e autêntico sobre essas histórias.

Na primeira edição – com financiamento da Lei Aldir Blanc – foram produzidos 50 verbetes e cinco episódios de podcast sobre diversos itens, lugares, obras de arte, instalações e pessoas que compõem o patrimônio cultural negro da cidade. (Marcello Campos)

Idoso morre após ataque de cães pitbull em cidade gaúcha.

Divulgação/Polícia Civil



Policiais apreenderam três dos quatro animais; outro foi abatido.

Um idoso que trabalhava como vendedor de lenha no município gaúcho de Minas do Leão (Região Carbonífera) morreu nessa quinta-feira (11), cinco dias após sofrer ataque por quatro cães da raça pitbull. O incidente ocorreu no sábado passado, quando Américo Sampaio, 63 anos, entregava toras no pátio da casa de uma cliente.

Com múltiplos ferimentos, ele permaneceu internado desde então na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital de Pronto Socorro (HPS) de Porto Alegre, sob coma induzido. Ele chegou a apresentar melhora no quadro geral, mas não resistiu a uma infecção generalizada.

Investigações preliminares apontam que os animais estavam soltos no local e não

obedeceram ao comando da tutora, de 82 anos – na tentativa de contê-los, também acabou mordida na perna, mas não corre risco de morte.

Um dos cachorros foi abatido por outro morador da residência durante a tentativa de socorro a Américo. A Polícia Civil pediu que a idosa entregasse espontaneamente os outros três, mas ela se recusou. Com isso,

a delegada responsável pelo caso obteve ordem judicial para que a Brigada Militar apreendesse os animais, agora aos cuidados de um canil anexo à Penitenciária Estadual de Charqueadas.

Caso é investigado

O incidente prossegue sob apuração, com depoimentos de testemunhas e levantamentos de outras informações. Um dos

pontos a serem esclarecidos é a discrepância nos relatos a respeito da presença do entregador no pátio da casa.

Ele teria entrado no ambiente a convite da dona da casa. No entanto, ela alega que o ingresso teria ocorrido por iniciativa da própria vítima e que, em ocasiões anteriores, ele teria permanecido do lado de fora do portão. (Marcello Campos)



rede pampa de comunicação

Fundador
Otavio Gadret

Presidente
Alexandre Gadret

Vice-Presidente
Paulo Sérgio Pinto

Diretores
Rafael Gadret, Christina Gadret, Rudinei Fonseca,
Rosane Scheuchuk, Micheline Mattos,
Marjana Vargas e Vanessa Gomes Cancelli.



Editores
Marcelo Warth Neto
Fernanda Mendes Baldini

Redação
Bárbara Paiva, Bruno Laux, Carolina Rodrigues, Eduarda Paiva Zini, Érik da Silva Pastoris, Fabricia Albuquerque, Laura Santos Rocha, Marcello Campos, Pedro Marques e Tiago Thomé de Oliveira.

Redação
Fone: (51) 3218.2529/3218.2531
E-mail: portal@osul.com.br

Departamento Comercial
Fone: (51) 3218.2588

Empresa Jornalística Pampa Ltda.
Rua Orfanotrófio, 711 - CEP 90840-440 - Porto Alegre - RS

Renata Agostini troca a bancada pela garagem das montadoras.

Depois de duas décadas circulando pelas redações mais influentes do país, Renata Agostini estaciona em nova vaga: a direção de Comunicação da Anfavea. Formada pela UFRJ, ela já acelerou pautas em jornais, rádios, TVs e revistas — de O Globo à Folha, passando por Veja, Exame, Estadão e CNN Brasil. Agora, o desafio é outro: afinar o motor da narrativa do setor automotivo, um dos mais potentes da economia brasileira. “Quero abrir mais pistas de diálogo entre a Anfavea e a sociedade”, diz Renata. Para o presidente da entidade, Igor Calvet, a con-



Renata Agostini engata nova marcha na Comunicação da Anfavea.

tratação é combustível de alta octanagem para a comunicação da casa.

Leilão da Estância do Espinilho

Referência em genética Angus e Brangus, a Estância do Espinilho, de Cruz Alta (RS), realiza em 17/9, às 20h, seu leilão virtual pelo Lance Rural. Serão ofertados 25 machos e 15 fêmeas de elite. Segundo o proprietário, Roberto Beck, o objetivo é entregar exemplares capazes de transmitir todo o potencial genético das raças.

Outros Destaques.

Expo Ciee apoia o Jovem

A Expo CIEE 2025, maior evento gratuito de trabalho jovem da América Latina, será de 9 a 11/10 no Expo Center Norte (SP), com arenas interativas, mais de 50 pontos de atendimento e palestras de nomes como Fernanda Concon, Sofia Santino e Yuri Zero. Inscrições gratuitas no expociee.com.br ou pelo app para Android e iOS.

AGAS Revela o Cardápio da Nova Direção

Lindonor Peruzzo Jr., novo presidente da AGAS, apresenta nesta terça (16), às 10h, no Vista Pontal (POA), as diretrizes e projetos da gestão que inicia.

À noite, às 17h30, ocorre a posse oficial. Na coletiva, ele detalha demandas do setor supermercadista e sua visão para o mercado e a economia.

Pedal Elétrico na Produção de Bicicletas

No Polo de Manaus, as bicicletas elétricas deixaram de ser coadjuvantes para puxar o pelotão: produção até agosto soma 239,6 mil unidades, e as e-bikes cresceram 149% no ano. A Abraciclo vê na busca por mobilidade prática e sustentável o combustível que está turbinando esse novo ritmo sobre duas rodas.

Franquias de moda Vestem Dois Dígitos

Franquias de moda cresceram 11,4% no 2º tri de



Do TikTok ao Currículo: Expo CIEE Conecta Gerações e Carreiras.

2025, faturando R\$ 7,29 bi, segundo a ABF. Estratégias digitais, propósito sustentável e multifranqueados impulsionam o setor, com destaque para Calçados Bibi,

Peça Rara e Milon, que expandem redes, exploram o e-commerce e reforçam experiências que conectam marcas e consumidores.

O SUL PESSOAS

O JORNAL DA REDE PAMPA

ESPECIAL

PIQUETE DA CIGAME NO PARQUE HARMONIA

Fotos: Guilherme Flores

Norberto Farias Júnior, diretor da Cigame, recebeu a delegada **Adriana Regina da Costa**, subchefe da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, além de autoridades da corporação e parceiros, para um jantar no piquete da empresa, no Parque Harmonia. Entre os convidados, estiveram presentes o presidente da Rede Pampa, **Alexandre Gadret**, o vice-presidente, **Paulo Sérgio Pinto**, e a diretora **Christina Gadret**.



Norberto Farias Junior, Adriana Regina da Costa, Christina Gadret e Paulo Sérgio Pinto

peessoas@osul.com.br



Norberto Farias, Antônio Donadio, Alexandre Gadret e Paulo Sérgio Pinto



Adriana Regina da Costa e Antônio Vicente Nunes



Norberto Farias Junior e Vinicius Dacol

O SUL PESSOAS

O JORNAL DA REDE PAMPA

ESPECIAL

PIQUETE DA CIGAME NO PARQUE HARMONIA

Fotos: Guilherme Flores



Cristiano Alvarez, Rodrigo Bozzetto e Bolívar Llantada



Norberto Farias Júnior, Tânia e Norberto Farias



Halyson Ferrareze, Leticia Cavalheiro, Amanda Justo, Larissa Martinetto, Gabriel Fialho e Felipe Iacinski

O SUL PESSOAS

O JORNAL DA REDE PAMPA

ESPECIAL

PIQUETE DA CIGAME NO PARQUE HARMONIA

Fotos: Guilherme Flores



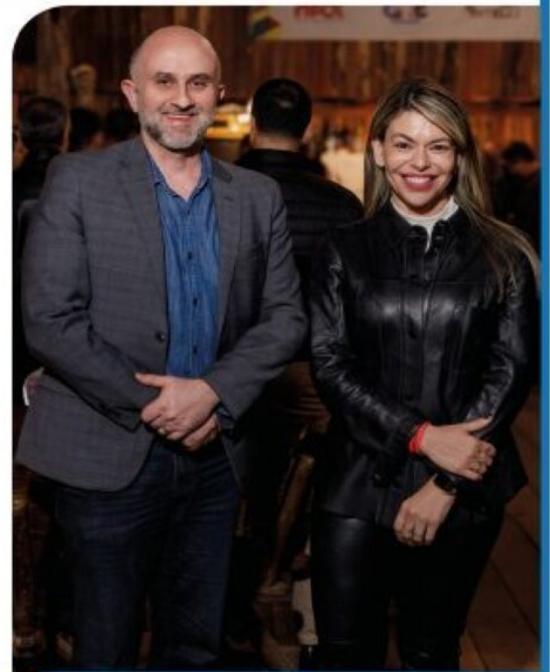
Rodrigo Carvalhaes e Marcelo Cabral



Carlos Wendt, Vanessa Pitrez e Rafael Sobreiro



Cleber Lima, Tatiana Bastos, Paulo César Jardim e Isabel Trevisan



João Paulo de Abreu e Patrícia Tolotti Rodrigues

O SUL PESSOAS

O JORNAL DA REDE PAMPA

ESPECIAL

PIQUETE DA CIGAME NO PARQUE HARMONIA

Fotos: Guilherme Flores



Liliane, Benjamin e Alexandre Kerkhoff



Graciano da Silva Melos, Guilherme de Azevedo Colombo, Victor Minotto e Fernando Marmentini



Raul Costa Júnior, Antônio Donadio, Beto Carvalho e André Gandolfi



Sandra Mayumi Shoji, Edson de Jesus Correa e Daniel Moura

O SUL PESSOAS

O JORNAL DA REDE PAMPA

ESPECIAL

PIQUETE DA CIGAME NO PARQUE HARMONIA

Fotos: Guilherme Flores



Caco Silveira, Beto Carvalho, Gerson Silva e Biagio Antonio Filomena



Monique Klafke, Felipe Teixeira, Lucas Schnurr, Ricardo Evangelista, Ingrid Bortolini e Guilherme Parodi



Marcos Zani, Gerson Silva, Luiz Antônio Lima e Silva, Vigo Gruner e Fabiano Veronezi



Alisson Nunes Soares, Geison Silva, Lucas Jobim, Igor Barão, Alvaír Almeida e Artur Goes

ANIVERSARIANTES DO DIA 12 DE SETEMBRO

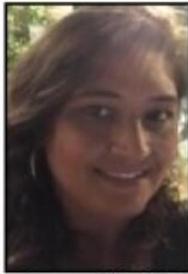
GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL **O SUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.



Maria Neli Moretto



Antônio Alexandre Schmaedecke



Renata Schenkel



Márcio Ramos



Iliana Georgiadis



Roger Santini



Ellen Regina Kuse



José Waldemar de Oliveira Pinto



Milena Bitencourt



Pastor Eurico



Andressa Riquelme



Luiz Fernando Faria



Mariana Schreiner



Flexa Ribeiro



Jaqueline SantAnna Pegoraro



Júlio Dimer



Juliana Bortoluzzi



Roberto Corrêa Gomes



Alessandra Visintainer



Adair Machado dos Santos



Ana Paula Feix



Arthur Lopes Villamil



Marininha Rocha



Paulo Edgar Trapp



Carina Borges



Jairo Antônio Karnas



Lidice Souza



Glauco Godoi



Carmen Sílvia Favero



Fabian Ponzi



Isabel Lino



Evanilson Aparecido Ferreira



Francine Medeiros



Rosa Marília Pacheco



Soledad Martinez

ANIVERSARIANTES DO DIA 12 DE SETEMBRO

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL **O SUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.



**Juiza Patricia
Dornelles Peressutti**



**Milton Lucidio Leão
Barcellos**



**Gizele Maximila
Rocha**



Miguel de Lucca



**Mariana Araújo
Santos**



Fernando Silveira



**Carmen Andrea
Escobar**



Rafael Lima



Irena Gut Dexheimer



Alex Vautravers



Cristina Barth



Mauro Passos



Paula Santos



Filipe Rocha



Valter Heinz



Jane Machado



Valci Guimarães



Nidia Calado



Leonel Mello



Rachel Ward



**Paula Luísa
Broenstrup Corrêa**



Bruna Taschetto



Eduardo Chaieb



Gabrielle Moresco



Rafael Hartz



Malu Mader



Ben McKenzie



**Caroline da
Conceição**



Clarice Niskier



Giselly Taiz de Souza



Mauro Arruda Lima



Cintia Rosângela



Daniela Cirne Lima



**Milton Gordura
Carvalho**



Leci Brandão

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C** COLUNISTAS

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA.



CLÁUDIO HUMBERTO

FUX CONDENOU VALDEMAR À PRISÃO NO MENSALÃO

A estranha declaração de Valdemar Costa Neto, presidente do PL de Bolsonaro, sobre a "candidatura" de Luiz Fux a senador, após se aposentar do STF, pareceu até de "queimação" do ministro elogiado pelo voto denso, de qualidade superior aos demais, pela absolvição do ex-presidente. Faz sentido: Fux condenou Valdemar a 7 anos e 10 meses de prisão no Mensalão, roubaheira do primeiro governo Lula. Prisão, mesmo em regime aberto e tornozeleira, ninguém esquece.

A condenação

Valdemar foi condenado no mensalão por Fux e ministros como Celso de Mello, já aposentado, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Guerra política

A declaração de Valdemar parecia "homenagem", mas petistas a usaram para tentar desqualificar o elogiado voto do ministro no STF.

Como se faz

Teria sido mais fácil se unir à "tchurma" até se aposentar em 2028, mas Fux optou por julgar segundo os autos, cotejar provas, aplicar a lei.

Justiça na cabeça

Foi curioso observar, durante sua aula magna, Fux ignorando indiretas, as olhadelas de relógio, e seguir reto em seu voto de mais de 12 horas.

Troca na cúpula no STF atrasa anistia na Câmara

Um dos motivos para o atraso da votação do projeto que anistia os presos pela quebra de sigilo de 8 de janeiro de 2023 é a saída do ministro Luís Roberto Barroso da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o que deve ocorrer no fim deste mês. Parlamentares envolvidos na articulação para votar o projeto relatam que, neste momento, o "passe" está muito caro, já que serviria de trunfo para Barroso até antecipar aposentadoria, o que ocorrerá compulsoriamente em 2033.

A seus pés

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Rep-PB), somente irá pautar o projeto de anistia após receber "ok" do STF. Morre de medo.

Vamos conversar

Os governistas dizem que Barroso pode antecipar a aposentadoria. Aham que ele adoraria uma embaixada no circuito Helena Rubinstein.

Quem interessa

Deputados mapeiam decisões de Edson Fachin e buscam se aproximar do ministro, que assume a presidência do STF no próximo dia 29.

Lula ostentação

Chamado de "falso humilde" pelo governador de Minas Gerais, Romeu Zema, Lula sustentou outro sapado de luxo Zena na Universidade Federal do Amazonas. O modelo, agora cinza, custa R\$ 10,5 mil.

Não houve chances

No fim do julgamento, Alexandre de Moraes contou que houve nada menos que 709 recursos dos advogados de defesa, todos rejeitados. "Mantidas todas as decisões monocráticas deste relator", disse.

Arsenal misterioso

Ao responder ao voto demolidor de Luiz Fux, Moraes reiterou ontem que uma organização criminosa "fortemente armada" teria liderado a suposta tentativa de golpe. Armada de que mesmo?

Voto coração de mãe

O aparte de 20 minutos de Alexandre de Moraes durante o voto de Cármen Lúcia, no STF, contou com cinco minutos de vídeos com comentários do próprio relator e até do ministro Cristiano Zanin.

Bravata virou crime?

Bravata não é crime, como Luiz Fux ensinou na véspera, mas Moraes exibiu vídeo de 2021 em que Bolsonaro o xinga e exige que arquive o processo, e dias depois pediria desculpas. "Grave ameaça!", exclamou.

Pelegão na mira

Até agora poupado de depor na CPMI, Frei Chico, pelegão irmão do Lula, teve um revés. A entidade da qual é dirigente está entre as que vão ter o sigilo bancário e fiscal quebrados.

Ojeriza a amarelinha

Sem publicar foto com a camisa da seleção desde a posse, Lula fez questão de mostrar o desprezo pelo uniforme outra vez. Recebeu as meninas da seleção de terno e nem fez de conta que vestiria a camisa.

Lula só piora

Até o sempre amigável Datafolha entregou más notícias a Lula, nesta quinta (11). A reprovação ao petista subiu e bateu nos 48%, mesmo no bondoso levantamento. Em julho, data da última pesquisa, eram 46%.

Pensando bem...

...o julgamento de Bolsonaro & cia foi tão surpreendente quanto assistir a um vídeo de jogo cujo resultado você já sabe.

PODER SEM PUDOR

Barbeiro cruel

Seis meses após assumir o cargo de ministro do Planejamento do governo FHC, Antônio Kandir percebeu que ganhara muitos cabelos brancos. Impressionado, foi ao barbeiro. Imaginou que após o corte os fios brancos diminuiriam. Ledo engano. No dia seguinte, o amigo Martus Tavares, então secretário-executivo, foi logo perguntando, para seu desalento: "Como é que seu barbeiro faz para cortar só os fios pretos?"

* Com Rodrigo Vilela e Tiago Vasconcelos

* Instagram: @diariodopoder

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C** COLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.



LEANDRO MAZZINI

CÂNCER NA INFÂNCIA

Dados levantados pela Coluna junto ao Instituto Nacional de Câncer (INCA) estimam que 7.930 casos de câncer infantojuvenil sejam registrados no Brasil a cada ano do triênio de 2023 a 2025 – o órgão trabalha apenas com estimativas. A previsão é de 4.230 casos no sexo masculino e 3.700 no sexo feminino. A região Sul concentra o maior número de ocorrências entre meninos (153,29 por milhão) e meninas (151,19 por milhão). Os principais tipos de câncer que afetam esse público são leucemias, tumores do SNC e linfomas. Atualmente, 80% das crianças e dos adolescentes que são diagnosticados precocemente são curados da doença, informa o INCA. Estudos da Organização Mundial de Saúde apontam a doença como a principal causa de óbito entre crianças. No Brasil, foram registrados 2.289 mortes por causa do câncer infantojuvenil.

Tem permissão?

Empresários que buscam diálogo com a Embaixada dos EUA, em Brasília, estão pasmos. O encarregado de negócios, Gabriel Escobar, antes mesmo de ouvi-los, já pergunta se o deputado Eduardo Bolsonaro tem conhecimento da presença deles ali. O mesmo vale para parlamentares. Escobar faz questão de não contrariar o deputado, atualmente nos EUA.

Voo derrubado

A FAB derrubou nesta quinta-feira (11) uma aeronave King Air de origem venezuelana no espaço aéreo brasileiro, na Amazônia. A Polícia Federal apreendeu 380 kg de skunk (variedade de maconha) no avião. Depois que o modelo foi detectado pelos radares, caças A-29 Super Tu-

cano foram acionados para realizarem os procedimentos de segurança. O piloto do bimotor lançou a aeronave na represa de Balbina (AM).

“Barriga de aluguel”

A General Motors, dona da Chevrolet, está fazendo uma “barriga de aluguel” na China. O modelo Chevrolet Spark EUV vem parcialmente desmontado da China e recebe no Brasil a montagem final com a logo na fábrica da Troller, no Ceará. Com preços competitivos, o novo veículo pode impactar o mercado do Dolphin da BYD. O estardalhaço foi tanto que levaram 20 carros para as concessionárias em Brasília.

Prejuízo

A Associação Brasileira de Geração Distribuída alerta que cerca de 6,6 milhões de brasileiros podem ter prejuízos com propostas de mudanças na Lei 14.300/2022, que regula a geração de energia solar no País. Os consumidores investem R\$ 180 bilhões em sistemas no setor. Em discussão no Congresso, as alterações podem afetar até sistemas já instalados. Um corte de 10% pode causar um prejuízo mensal de R\$ 365 milhões.

Violência religiosa

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou nesta semana o PL que inclui a violência religiosa entre os tipos de violência psicológica contra a mulher contidos na Lei Maria da Penha (11.340/2006). Com relatoria da deputada federal Laura Carneiro (PSD-RJ), a proposta ainda precisa ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Casa.

* Instagram: @colunaesplanada

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C** COLUNISTAS

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA.

SENADOR HAMILTON MOURÃO: "A LUTA JUSTA SERÁ TRAVADA EM TORNO DA ANISTIA"



FLAVIO PEREIRA

O senador Hamilton Mourão (Republicanos) comentou o julgamento que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros acusados de uma suposta tentativa de golpe. Segundo o senador, em mensagem publicada nas suas redes sociais, "consumou-se a farsa. O STF na sua Primeira Turma obteve a tão sonhada maioria, obviamente por eles e pela esquerda para condenar por uma absurda tentativa de golpe de Estado e outros crimes conexos."

"Digo farsa, porque página de agenda virou prova, troca de mensagens de WhatsApp virou prova e o pior de tudo: por meio de uma genialização brilhante, pessoas que há mais de uma semana tinham saído de seus cargos, foram consideradas responsáveis pela baderna ocorrida no dia 8 de janeiro em Brasília, quando havia um governo instalado em Brasília que cruzou os braços e nada fez para impedir que o patrimônio público fosse depredado", afirmou Mourão.

O senador, que é general de Exército da reserva, projeta que "agora, o que nos resta: levantar a cabeça, porque a nossa luta é a luta justa. E a luta justa será travada em torno da anistia."

Mourão defende que "a anistia é fundamental" e comentou que "vejo ministros da Suprema Corte querendo interferir em assuntos políticos e comentando a respeito da anistia. Ora, senhores ministros, se querem ser políticos, dispam-se das suas togas para concorrer a um cargo eleitoral. Um deles até já foi político, mas preferiu vestir a toga e continuar a fazer política onde não é lugar de fazer política". O senador reafirmou que o próximo passo é a luta pela anistia:

"Portanto, conclamo a todos para que juntos trabalhem para que esta anistia frutifique dentro do Congresso Nacional e leve a justiça ao presidente Bolsonaro, ao general Heleno, ao general Braga Netto, ao general Paulo Sérgio, ao Anderson Torres, ao Ramagem, ao almirante Garnier, que são homens de coragem e determinação e que foram injustiçados", afirmou Hamilton Mourão.

Alexandre de Moraes "atropela" votos de Cármen Lúcia e Zanin

Após o longo e minucioso voto histórico do ministro Luiz Fux na quarta-feira (10), os ministros Cármen Lúcia e Cristiano Zanin tiveram a dura missão de manter a narrativa do golpe. Chegaram a ser aparteados e atropelados pelo relator, ministro Alexandre de Moraes, que entendeu necessário dar um reforço nos dois votos, passando a impressão de uma subordinação na turma.

Durante o voto da ministra Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes interviu, fez discurso inflamado e exibiu vídeos tentando provar o que dissera no seu relatório, fulminado na véspera pelo seu colega Luiz Fux. A certa altura, a própria ministra lembrou Alexandre de Moraes que era o seu momento de votar. Nem assim ele interrompeu a intervenção no tempo da ministra que a certa altura suplicou: "Eu quero falar".

Faltaram os vídeos do general Gonçalves Dias

Quem viu os vídeos mostrados ontem pelo ministro Alexandre de Moraes da baderna no interior do Palácio do Planalto, certamente ficou imaginando onde foram parar os vídeos nos quais o ex-ministro do GSI, Gabinete de Segurança Institucional, general Gonçalves Dias franqueou

as portas do Palácio do Planalto a um bando de desordeiros?

Prefeito Sebastião Melo leva à Câmara o projeto do Plano Diretor

Nesta sexta-feira, às 9 horas, o prefeito Sebastião Melo irá pessoalmente ao Legislativo para protocolar formalmente os projetos de atualização do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos). Sobre o Plano Diretor, o prefeito já definiu para o comunista como encara este debate: "Não há plano diretor ideal em nenhuma cidade, há conflitos. Sempre haverá conflitos, porque são visões diferentes, são pensamentos diferentes. E na democracia, só tem uma maneira: é ouvir, ter paciência, discutir. Mas quem resolve o plano diretor, não é o Judiciário, não é o Ministério Público: é o povo, que elegeu a Câmara de Vereadores", afirmou.

MPF arquiva investigação contra o vereador Coronel Ustra

O Ministério Público reconheceu que o discurso na tribuna não configurou crime, pois não houve incitação direta à violência, nem risco concreto à violência. Com isso, o Ministério Público Federal (MPF) decidiu arquivar o inquérito que investigava os vereadores Coronel Marcelo Ustra (PL) e Mariana Lescano (PP) por suposta "incitação, apologia e crimes contra o Estado Democrático de Direito, enaltecimento do golpe militar de 1964 e do regime ditatorial, defesa da anistia dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 e convocação de manifestação popular".

A investigação havia sido aberta a partir de denúncia apresentada por 12 vereadores da bancada de esquerda de Porto Alegre, que alegaram que o discurso dos parlamentares teria exaltado o regime militar e defendido atos considerados antidemocráticos. No pronunciamento feito na tribuna da Câmara Municipal no dia 31 de março de 2025, Ustra e Lescano defenderam a "verdade histórica" sobre o movimento de 1964 e criticaram os abusos cometidos contra os presos pelos atos do 8 de Janeiro.

O vereador Coronel Ustra considerou a decisão uma vitória para a liberdade de expressão:

"A esquerda tentou transformar o meu posicionamento político em crime, mas a própria Justiça mostrou que opinar, criticar e apresentar fatos históricos não é, nem pode ser considerado ameaça ao Estado de Direito. Essa decisão é uma vitória para todos que acreditam na importância do debate democrático", afirmou Ustra.

Sem comentários

- Pena aplicada pela Primeira Turma do STF ao ex-presidente Jair Bolsonaro pela curiosa "trama golpista": 27 anos e 3 meses de prisão.
- Baderna do 8 de Janeiro, Débora Rodrigues dos Santos que escreveu "Perdeu, mané" com batom em monumento no STF: 14 anos de prisão e multa de R\$ 50 mil.
- Pena aplicada aos réus da Boate Kiss, em Santa Maria, 242 pessoas mortas: 11 a 12 anos.
- Pena inicial aplicada a Lula, condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, incluindo o recebimento de propina da OAS: 9 anos e seis meses de prisão.

* Instagram: @flaviorpereira

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA.

OPOSIÇÃO BUSCA APOIO DO CENTRÃO PARA ANISTIA QUE CONTEMPLE BOLSONARO; LULA PROMETE “TRABALHAR CONTRA”



BRUNO LAUX

Buscando alternativas

Diante da decisão do STF sobre a condenação de Jair Bolsonaro e do núcleo 1 da trama golpista, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), reuniu-se na noite desta quinta-feira com os presidentes do PP, senador Ciro Nogueira, e do União, Antônio Rueda, para tratar do projeto da Anistia. O encontro ocorre na esteira dos planos da ala bolsonarista em convencer o Centrão a apoiar um texto que conceda “anistia ampla e irrestrita”, beneficiando o ex-presidente.

Contrariedade confirmada

O presidente Lula reconheceu nesta quinta-feira o direito do Congresso de discutir o PL da Anistia, mas garantiu que o governo vai “trabalhar contra” a medida. Em entrevista à Band - gravada antes da decisão do STF sobre Jair Bolsonaro - o chefe do Executivo voltou a afirmar que causa estranheza que bolsonaristas tenham iniciado precocemente uma mobilização pela anistia, em vez de defender a inocência do ex-presidente.

Sessão descontraída

Com direito a brincadeiras entre ministros, a sessão desta quinta-feira do julgamento do núcleo 1 da trama golpista no STF foi marcada por um clima descontraído durante a apresentação do voto da ministra Cármen Lúcia. A magistrada, que optou por ler um “resumo” do documento de 396 páginas, se mostrou disposta a conceder a palavra aos colegas em diferentes situações, além de integrar momentos de descontração e até mesmo ler parte de um poema em sua declaração.

Candidatura mantida

Mesmo com a condenação de Jair Bolsonaro pelo STF, o filho 01 do ex-presidente, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), reiterou nesta quinta-feira que o pai seguirá com os planos de candidatura à presidência em 2026. O senador fluminense afirmou que “o jogo só está começando” e que acredita que a população “se sensibiliza com quem é perseguido injustamente”.

Recado do exterior

Horas após a formação de maioria pela condenação de Jair Bolsonaro no STF, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou no X que o país norte-americano responderá “à altura” do que chama de “caça às bruxas” no Brasil. Descrevendo a prisão como injusta, o chefe estadunidense das Relações Exteriores destacou na publicação que “continuam as perseguições políticas pelo abusador de direitos humanos sancionado Alexandre de Moraes”.

Instrumento de vingança

Em reação ao resultado do julgamento de Bolsonaro, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) afirmou nas redes sociais que o episódio confirma que “uma parcela da justiça brasileira se tornou instrumento e arma da vingança política”. Defendendo a anistia como caminho para a pacificação, o militar destacou que a decisão da Corte condena “milhões de brasileiros que acreditam na direita e no conservadorismo” e que assistiram a um “processo viciado”.

Passando a limpo

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), a partir da decisão do STF sobre Bolsonaro e outros sete réus o Brasil está “passando a limpo a sua história”. Em publicação no X, o petista destacou que o país segue “exorcizando os fantasmas do autoritarismo, em defesa do Estado Democrático de Direito, da soberania, da independência dos Três Poderes e da Constituição”.

Resultado adiantado

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) declarou nas redes que Bolsonaro “estava condenado antes do julgamento começar”, frente à “escalada de um tribunal que não aceita divergências”. O parlamentar voltou a defender o avanço da anistia na Câmara e o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, pontuando que “o Senado também deve cumprir seu papel constitucional de contrapeso ao STF”.

Vigília pró-Bolsonaro

Apoiadores de Jair Bolsonaro permaneceram em vigília na noite desta quinta-feira em frente ao condomínio onde reside o ex-presidente, em Brasília. Munidos de bandeiras do Brasil e dos EUA, além de roupas verde e amarelo, os manifestantes entoavam hinos cristãos e realizavam orações e declarações em favor do ex-mandatário.

Ligação europeia

Por telefone, o presidente Lula dialogou nesta quinta-feira com o chanceler da Alemanha, Friedrich Merz, sobre o futuro do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Em sintonia com o chefe brasileiro, Merz manifestou apoio à ratificação da parceria, além de acenar para o aprofundamento das relações econômicas entre seu país e o Brasil.

Avaliação presidencial

Pesquisa Ipsos-Ipec, divulgada nesta quinta-feira, aponta que o governo do presidente Lula tem 30% de avaliação positiva, ficando cinco pontos acima do levantamento de junho. A avaliação negativa recuou para 38%, também com queda de cinco pontos, enquanto a percepção de desempenho regular subiu de 29% para 31%.

Pauta cheia

Os parlamentares da CPMI do INSS aprovaram, somente na reunião desta quinta-feira, 399 requerimentos protocolados no colegiado. Do total, 194 correspondem a quebras de sigilos de dirigentes das associações que fizeram os descontos indevidos em aposentadorias e pensões do INSS.

Análise adiada

Ficou para a próxima terça-feira o debate na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado sobre o projeto que exclui do arcabouço fiscal os gastos emergenciais para mitigar o tarifaço dos EUA. Apesar do pedido de urgência apresentado pelo relator, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PI), a discussão foi adiada a partir de solicitação do senador Jaime Bagattoli (PL-RO) para que o texto fosse analisado previamente em audiência pública.

Turismo sem exploração

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto que classifica como infração administrativa a intermediação, facilitação ou promoção da exploração sexual no âmbito da prestação de serviços turísticos. Enviada à CCJ, a proposta relatada por Keniston Braga (MDB-PA) prevê sanções como multa, interdição, cancelamento de alvará e exclusão do cadastro no Ministério do Turismo.

Alimentos mais baratos

Pelo segundo mês consecutivo, o Preço da Cesta de Alimentos teve recuo no RS, com registro de queda de 0,75% em agosto, quando comparado ao mês anterior. Calculado pelo governo estadual, o índice aponta que o custo da cesta, composta pelos 65 itens mais consumidos pelos gaúchos, caiu para R\$286,65, o menor valor desde novembro de 2024.

Instagram: @obrunolaux

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C** COLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.

COMISSÃO ESPECIAL DISCUTIRÁ SITUAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA GAÚCHA NA ASSEMBLEIA



BRUNO LAUX

Ferrovias gaúchas

A pedido do deputado Tiago Cadó (PDT), com apoio de outros 37 parlamentares, a Assembleia Legislativa deve instalar uma Comissão Especial para debater a situação da malha ferroviária gaúcha e propor uma nova concessão para o setor. Segundo Cadó, a atual concessionária, Rumo, abandonou trechos que somam mais de 1,5 mil quilômetros, gerando prejuízos logísticos e sociais para o Estado. O parlamentar defende que sejam reivindicadas à empresa as devidas indenizações pela falta de investimento, e propõe a estruturação de um novo modal ferroviário que seja eficaz ao desenvolvimento gaúcho. O requerimento do colegiado será deliberado pela Mesa Diretora da Casa na próxima semana.

Reconhecimento da Educação

A Casa Civil do governo Leite encaminhou nesta quinta-feira à Assembleia, em regime de urgência, o projeto que institui o Programa de Reconhecimento da Educação Gaúcha, voltado à valorização de professores, gestores e estudantes da rede estadual. A proposta, que mira o alcance de efeitos concretos de melhorias nos índices de educação, prevê bonificações vinculadas ao cumprimento de metas de desempenho e frequência escolar, com base em indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Índice de Desenvolvimento da Educação do RS e os resultados de avaliações externas. O conjunto de medidas prevê também a criação do Prêmio de Reconhecimento por Desempenho para Estudantes, destinado a incentivar a participação e a destacar estudantes que apresentarem bom desempenho nos exames de rendimento escolar. O texto começa a trancar a pauta de votações em 30 dias.

Território Guarani

Lideranças indígenas apresentaram uma série de críticas ao projeto em tramitação na Assembleia que autoriza a doação de 88 hectares da área da Fepagro à Prefeitura de Viamão, em reunião realizada nesta quinta-feira na Comissão de Segurança do Parlamento estadual. Enviada pelo Executivo em regime de urgência, a matéria pode resultar na remoção de 57 famílias Mbya Guarani que residem no local. A vice-presidente da comissão, deputada Stela Farias (PT), afirmou que o go-

verno não tem reintegração de posse da área e que o projeto ignora acordo firmado com o governo federal que garante a permanência da comunidade. Stela adiantou que a bancada do PT/PCdoB trabalhará para impedir o avanço do texto, que será objeto de audiência pública na Casa.

Garantia para terceirizados

Articulados pelo deputado estadual Neri, o Carteiro (PSDB), representantes de entidades sindicais e patronais reuniram-se nesta semana com o secretário da Casa Civil do Estado, Artur Lemos, para tratar da criação de uma conta vinculada que funcione como mecanismo de proteção para trabalhadores e empresas do setor de terceirizados. Funcionando como uma espécie de "caução", o mecanismo deve permitir o bloqueio prévio de valores destinados ao pagamento de salários e encargos trabalhistas, evitando inadimplência por parte de empresas contratadas pelo Estado. A proposta, que está em fase final de elaboração, conta com apoio do Banrisul, responsável pelo desenvolvimento de um produto financeiro específico para viabilizar o modelo. Para a categoria, a medida é vista como essencial para garantir segurança jurídica e estabilidade nas relações de trabalho. "Precisamos de instrumentos que assegurem os direitos dos trabalhadores e a sustentabilidade das empresas sérias que prestam serviços ao Estado", defendeu Neri.

Mínimo constitucional

A Comissão de Saúde da Assembleia gaúcha promoverá uma audiência pública para discutir o acordo realizado entre o governo do Estado e Ministério Público Estadual que permite que o Executivo continue sem cumprir o mínimo constitucional de 12% do Orçamento para a Saúde. Aprovado nesta semana, o encontro deve convidar para o debate prefeituras, o Conselho Estadual e os conselhos municipais de Saúde, além da secretária estadual da Saúde, Arita Bergmann, e o procurador-geral de Justiça Alexandre Saltz. Requerente da reunião, o líder da bancada PT/PCdoB, deputado Miguel Rossetto (PT), argumenta que, ao firmar o acordo, o governador Eduardo Leite reconhece que não cumpre a lei que é devedor, enquanto "as filas aumentam e a população fica sem atendimento".

* Instagram: @obrunolaux

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C** COLUNISTAS

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA.



HAMILTON MOURÃO

O PORQUÊ DA ANISTIA!

○ Brasil e os brasileiros estão fatigados da “eterna luta entre o lado A e o lado B”, familiares se afastaram, filhos brigaram com pais, irmãos deixaram de se falar – em verdade, a polarização insana em que imergiu nossa sociedade só serve para alimentar uma tempestade perfeita onde o resultado imprevisível pode ser desastroso para o País.

É nesse contexto da polarização extremada e da urgente necessidade de reconciliar nosso povo que hoje trato do assunto anistia, entendendo que o ato de perdoar é um ato de nobreza e altruísmo; digno somente daquelas pessoas que têm a Pátria como valor maior e a grandeza de espírito necessária para liderar uma nação.

Precisamos entender, enquanto sociedade, que um Brasil dividido nos torna mais fracos e que os atores políticos que se alimentam dessa polarização estão mais preocupados com curtidas em redes sociais e suas demandas eleitoreiras do que verdadeiramente com um sólido projeto de Nação.

Os infelizes atos do 8 de janeiro, claro fruto da frustração e da polarização exacerbada, lamentavelmente protagonizaram a depredação de imóveis e bens públicos em Brasília, mas lembro que não foram o primeiro episódio dessa natureza na Capital Federal e os eventos anteriores foram tratados de forma muito diferente. Agora, vê-se que a dosimetria das penas aplicadas aos manifestantes do 8 de janeiro, julgados na última instância e sem possibilidade de recurso algum, é absurda e mais absurda é a tentativa de ligá-los a um golpe impossível. Digo impossível pois estamos diante da criação descabida de uma narrativa de intento criminoso de golpe de estado e abolição violenta do Estado de Direito. Aqui repito mais uma vez, não se dá golpe de estado sem armas e sem a participação de instituições armadas – nada disso aconteceu no Brasil.

Não se trata de perdoar crimes contra a democracia, pois ela jamais esteve ameaçada. Não se trata de atender o desejo da oposição, pois o povo clama por paz. Trata-se, sim, de pacificar o País, trata-se de esquecer os erros do passado para que juntos possamos construir o futuro. A decisão está nas mãos

do Congresso Nacional, pela natureza legislativa do assunto e que nada tem a ver com o Judiciário, logo esperamos coragem e compromisso dos chefes das casas para pautar essa demanda que é do Brasil.

Anistiar não é novidade em nossa história, sempre “viremos a página” para seguir, foi assim na Guerra do Farrapos, quando Caxias ensinou que ser magnânimo fez com que pudéssemos lutar como irmãos face às ameaças externas que se sucederam.

Vale lembrar, que no final da década de 1970, ainda durante o Regime Militar, uma ampla e pacificadora anistia foi implementada, sendo anistiadas pessoas que cometeram atos de terrorismo, crimes de sangue, sequestros, atentados a bomba e tantas outras ações reprováveis; muito diferentemente da situação atual. Assim, dizer que o anistiado de ontem é o golpista de hoje e que o anistiado de hoje será o golpista de amanhã é clara falácia eleitoreira.

Aqui no Senado Federal, ainda em 2023 e vendo o rumo que as coisas estavam tomando, protocolei o primeiro projeto de anistia, infelizmente engavetado até hoje na Comissão de Defesa da Democracia. Mas o assunto não esfriou, pelo contrário tomou corpo e, em verdade, precisamos entender que o atual movimento cívico pela anistia é o maior das últimas décadas e que a anistia é um problema urgente para o País.

Fato é que só a anistia, legítimo anseio de nosso povo, irá apaziguar os ânimos, diminuir os ressentimentos criados em função das injustiças e arbitrariedades; criando as condições necessárias e suficientes para que o Brasil possa seguir unido e coeso na busca da ordem e do progresso que nosso povo tanto almeja.

Por derradeiro, evoco o espírito misericordioso de nossos governantes, magistrados e parlamentares; lembrando o antigo adágio jurídico “summum ius, summa inuria” que sabiamente nos ensina que a aplicação excessivamente rigorosa do direito pode resultar na máxima injustiça, e, portanto, em ocasiões especiais, precisamos recorrer às forças mais profundas do espírito, que condicionam inclusive e até mesmo a própria ordem da justiça. Perdoemos! * General Hamilton Mourão é senador

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C** COLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.

BRASIL APOSTA NA AMAZÔNIA PARA PROTAGONIZAR DEBATE CLIMÁTICO DA COP30



RENATO ZIMMERMANN

Faltando dois meses para a COP30, o maior encontro de líderes globais para discutir e negociar medidas de combate às mudanças climáticas, 71 delegações estrangeiras já confirmaram oficialmente o envio de seus representantes e corpo diplomático. O objetivo é reunir as 196 nações signatárias, mas desafios geopolíticos e limitações na infraestrutura da cidade-sede criam barreiras para atingir o quórum desejado. O Comitê Organizador tem empreendido esforços intensos para deixar tudo em ordem e assegurar que o evento ocorra sem manchar a imagem do Brasil, que se mostrou arrojado ao levar a convenção à região amazônica.

Em Belém, no Pará, as obras de infraestrutura avançam a todo vapor: foram iniciados 17 projetos, muitos ainda em andamento, com investimento total de R\$ 2,84 bilhões, dos quais a maior parte é financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Comitê garante que tudo estará pronto até a abertura, em 10 de novembro.

A maior delas é a macrodrenagem da bacia do Tucunduba, com aporte de R\$ 783 milhões para atender a 11 canais da segunda maior bacia da cidade — sete já foram concluídos e cinco seguem em execução, com entrega prevista até o fim de setembro.

Em seguida, a ampliação da rua da Marinha recebeu R\$ 243 milhões para pavimentação, prolongamento e duplicação de 3,5 km, interligando seis bairros. O Centro de Convenções Hangar, onde ocorrerão as reuniões principais da Convenção das Partes, teve R\$ 39 milhões investidos em novos sistemas de refrigeração, energia solar, tecnologia para transmissões ao vivo e passarelas

cobertas. A área internacional, restrita a delegações autorizadas, foi projetada com padrões de segurança da ONU.

O imenso Parque da Cidade foi dividido em duas zonas: a “Blue Zone”, com 240 mil m² destinados à área internacional, e a “Green Zone”, com 120 mil m² para exposições e eventos paralelos. Um corredor climatizado de 1,5 km permite atravessar o parque sem enfrentar o calor intenso da região, promovendo a circulação e a integração entre delegações internacionais e público brasileiro. O acesso à Blue Zone exige credenciais emitidas pela ONU, enquanto para a Green Zone basta credenciamento prévio junto à organização local. Todo esse investimento será legado permanente para os povos amazônicos, abrindo novas fronteiras turísticas centradas no ecoturismo e gerando fontes de renda sustentáveis em uma metrópole que precisa diversificar sua economia.

O tradicional Mercado Ver-o-Peso, cartão-postal de Belém, passou por revitalização geral: a feira principal, os mercados de peixe e carne e outras alas receberam nova cobertura, iluminação e 168 boxes. Foram investidos R\$ 66 milhões doados pela Itaipu Binacional, e a Caixa Econômica Federal financiou R\$ 11 milhões para a reforma do sistema de esgoto, preservando o calçamento histórico.

Apesar das críticas e da crise de hospedagem, os preparativos avançam rumo a este momento histórico. Resta torcer para que as nações assumam metas ambiciosas e que a COP30 sirva de marco no combate às mudanças climáticas. * Renato Zimmermann é Desenvolvedor de Negócios Sustentáveis e Ativista da Transição Energética

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.

FATOS HISTÓRICOS DO DIA 12 DE SETEMBRO

EFEMÉRIDES

Eventos

1720 - Criação da Capitania de Minas Gerais.
 1814 - Francis Scott Key compõe "The Star-Spangled Banner", o hino norte-americano.
 1847 - Fundação do Liceu Nilo Peçanha em Niterói (RJ).
 1878 - A Pensilvânia é o segundo Estado a ratificar a Constituição dos Estados Unidos.
 1936 - Inaugurada no Rio de Janeiro a Rádio Nacional.
 1939 - Estreia "O Mágico de Oz", de Victor Fleming, um dos primeiros filmes a cores da história do cinema.
 1943 - Segunda Guerra Mundial: o ditador italiano Benito Mussolini é resgatado em uma ousada operação dos paraquedistas alemães comandados pelo austríaco Otto Skorzeny, na chamada "Operação Carvalho".
 1962 - O presidente norte-americano John F. Kennedy profere, na Universidade de Rice, o discurso que "inaugura" a corrida rumo à Lua.
 1981 - Inaugurado o Memorial JK em Brasília.
 2007 - Um terremoto de magnitude 7,9 na escala Richter abala a Indonésia.
 2015 - Milhares de europeus manifestam apoio aos refugiados.
 2016 - Por 450 votos a dez, a Câmara dos Deputados cassa o mandato do deputado federal Eduardo Cunha (MDB) por quebra de decoro parlamentar.
 2019 - Astrônomos apontam indícios de água na atmosfera do exoplaneta K2-18b, primeira detecção do tipo em zona com condições de habitabilidade.
 2022 — Iniciam-se confrontos durante a crise fronteiriça entre Armênia e Azerbaijão, em que mais de 210 soldados de ambos os lados morrem em combates.
 2023 — O número de mortos nas inundações causadas pela tempestade Daniel no nordeste da Líbia aumenta para 5 200 pessoas, com milhares de desaparecidos.

Nascimentos

1839 - Ernesto Carneiro Ribeiro, médico, professor, linguista e educador brasileiro (m. 1920).
 1876 - Auta de Souza, poetisa brasileira (m. 1901).
 1880 - H. L. Mencken, jornalista e crítico social norte-americano (m. 1956).
 1888 - Maurice Chevalier, ator e cantor francês (m. 1972).
 1894 - Vicente Celestino, cantor brasileiro (m. 1968).

1896 - Octávio Brandão, fundador do Partido Comunista Brasileiro (m. 1980).
 1902 - Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil em 1956-1960 (m. 1976).
 1913 — Jesse Owens, atleta e líder civil estadunidense (m. 1980).
 1927 - Alceu Collares, prefeito de Porto Alegre em 1986-1988 e governador do Rio Grande do Sul em 1991-1994.
 1931 - Ian Holm, ator britânico.
 1935 - Geraldo Vandré, músico brasileiro.
 1942 - Nelson Rufino, músico brasileiro.
 1944 - Barry White, cantor norte-americano (m. 2003), e Leci Brandão, cantora e compositora brasileira.
 1947 - Sam Neill, ator e cineasta australiano.
 1948 - Caio Fernando Abreu, escritor gaúcho. (m. 1996).
 1953 - Tânia Alves, atriz e cantora brasileira.
 1956 - Roger Rocha Moreira, cantor, compositor e líder da banda brasileira de rock Ultraje a Rigor.
 1957 - Hans Zimmer, compositor alemão.
 1962 - Amy Yasbeck, atriz norte-americana.
 1966 - Malu Mader, atriz brasileira.
 1973 - Paul Walker, ator norte-americano (m. 2013).
 1978 - Benjamin McKenzie, ator norte-americano.
 1981 - Jennifer Hudson, atriz e cantora norte-americana.
 1986 - Emmy Rossum, atriz e cantora norte-americana.
 1994 — Kim Nam-joon, rapper, compositor e produtor musical sul-coreano.
 1996 — Colin Ford, ator e dublador norte-americano.
 2000 — Vladislav Mylnikov, esgrimista russo.

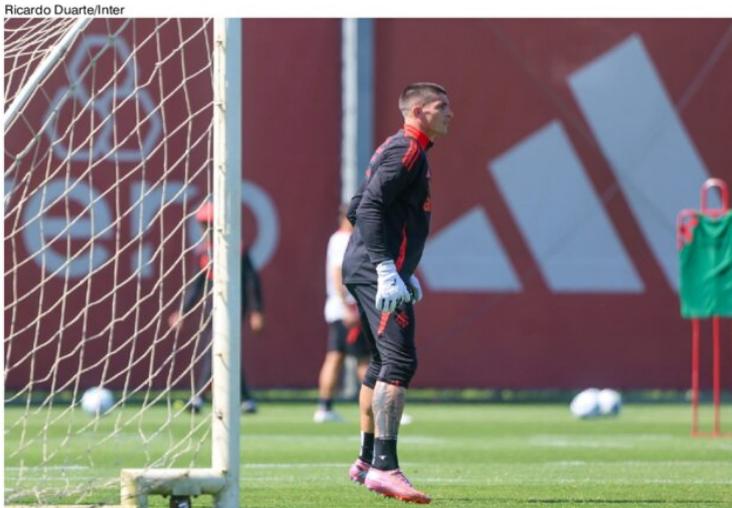
Falecimentos

1957 - José Lins do Rego, escritor brasileiro (n. 1901).
 1964 - Álvaro Moreyra, escritor e jornalista gaúcho (n. 1888).
 1977 — Steve Biko, ativista político sul-africano (n. 1946).
 1996 - Eleazar de Carvalho, maestro e compositor brasileiro (n. 1915); e Ernesto Geisel, ditador brasileiro de 1974 a 1979 (n. 1907).
 1997 - João Paulo, cantor brasileiro que fazia dupla com Daniel (n. 1960).
 2003 - Johnny Cash, cantor norte-americano (n. 1932).
 2010 - Claude Chabrol, cineasta francês (n. 1930); e Wesley Duke Lee, pintor brasileiro (n. 1931).

Inter tem quatro jogadores pendurados para encarar o Palmeiras.

O Inter enfrentará o Palmeiras neste sábado (13), pela 23ª rodada do Campeonato Brasileiro, com quatro atletas com dois cartões amarelos e, caso sejam punidos, desfalcarão a equipe no Grenal 447. Estão pendurados Aguirre, Juninho, Gustavo Prado e Clayton Sampaio. Os dois primeiros titulares de Roger Machado e que atuam no setor defensivo. Wesley integrava a lista, mas acabou vendido ao Al-Rayyan, do Catar.

Na busca pelos três pontos, a equipe treinada por Roger Machado pode ter o reforço de meia Bruno Tabata. Recuperado de uma lesão muscular na coxa direita, o atleta voltou



Rochet foi poupado do último jogo da seleção uruguaia por conta de dores no joelho.

aos treinos no CT Parque Gigante, em Porto Alegre, e está novamente à disposição do técnico Roger Machado. Victor Gabriel deve entrar na lateral esquerda

na vaga de Bernabei, suspenso pelo terceiro cartão amarelo.

O goleiro Sergio Rochet, peça fundamental da defesa colorada, voltou da

Seleção do Uruguai com dores no joelho e preocupava a equipe técnica. No entanto, de volta a Porto Alegre, Rochet treinou normalmente nessa quinta-feira. Contudo, o gramado sintético do Allianz Parque aumenta a preocupação, já que tende a agravar impactos em jogadores lesionados.

O técnico Roger Machado ainda tem o treino desta sexta-feira (12), antes da viagem a São Paulo para confirmar a escalação.

Palmeiras e Inter se enfrentam no próximo sábado (13), às 18h30 (de Brasília), no Allianz Parque, em São Paulo, pela 23ª rodada do Campeonato Brasileiro.

Willian deve estreiar com a camisa gremista no Grenal do dia 21.

O Grêmio oficializou a contratação do meia-atacante Willian, de 37 anos, que retorna ao futebol brasileiro após passagem pelo Fulham, da Inglaterra. Apresentado na última terça-feira (9), o jogador vestirá a camisa 88 em homenagem ao ano de seu nascimento.

A estreia está prevista para o clássico Grenal, marcado para o dia 21 de setembro, no Beira-Rio, pela 24ª rodada do Campeonato Brasileiro. A comissão técnica optou por não acelerar o processo de preparação física, já que Willian não atua oficialmente desde maio.

Em entrevista coletiva, o jogador afirmou estar

se sentindo bem fisicamente, mas destacou a importância de ganhar ritmo de jogo: “Me sinto bem. Agora é questão de treinar todos os dias para desenvolver meu futebol da melhor maneira possível”.

Willian vinha realizando trabalhos individuais com preparadores físicos na Inglaterra e durante as férias nos Estados Unidos. No entanto, reconheceu que treinar com o grupo é essencial para estar pronto para a estreia.

O técnico Mano Menezes, que já trabalhou com Willian na Seleção Brasileira, também adotou cautela, como fez com outros reforços recentes, como Balbuena e Carlos Vinícius.

Lucas Uebel/Grêmio FBPA



Willian escolheu a camisa número 88 no Grêmio por causa do ano de seu nascimento.

“Muito fácil você colocar o jogador em um jogo sem condição, e as coisas já começam tudo errado”, justificou Mano. O contrato de Willian com o Grê-

mio vai até dezembro de 2026. A expectativa é que sua experiência internacional contribua para elevar o nível técnico do elenco na reta final da temporada.

Em meio aos protestos no Nepal, jogadoras brasileiras de vôlei enfrentam momentos de terror.

As jogadoras brasileiras de vôlei Ana Flávia Galvão e Mayra Souza enfrentaram momentos de pânico no Nepal, onde disputam a Everest Women's Volleyball League pelo clube Karnali Yashvis. Hospedadas na cidade de Pokhara, as atletas tiveram o hotel invadido por manifestantes durante uma onda de protestos violentos que tomou conta do país asiático.

A crise política e social se intensificou após o governo bloquear redes sociais como Facebook e Instagram, provocando revolta popular. Manifestantes ocuparam o Parlamento, incendiaram prédios públicos e casas de ministros. O primeiro-ministro KP Sharma Oli renunciou ao cargo, e o exército assumiu o controle, decretando toque de recolher.

No dia 9 de setembro, Ana Flávia e Mayra estavam no hotel quando ouviram gritos, explosões e viram veículos sendo incendiados no estacionamento. As duas conseguiram fugir a pé por uma área verde próxima ao terraço, se abrindo em outro local mais seguro.

“Foi muito desesperador. Dava para ouvir barulhos de pessoas gritando, coisas quebrando e estrondos mesmo quando já estávamos escondidas na mata”, relatou Ana Flávia.

As jogadoras ainda retornaram ao hotel para recuperar documentos e pertences pessoais, escapando ilesas. Outros atletas hospedados em hotéis diferentes perderam

todos os seus bens em incêndios provocados pelos protestos.

Apesar de estarem em segurança, Ana Flávia e Mayra ainda não têm previsão de retorno ao Brasil. Os aeroportos permanecem fechados e o clima de tensão continua nas ruas.

“As orientações são para todos se manterem em toque de recolher. Ainda não sabemos quando vamos poder deixar o Nepal”, disse Ana Flávia.

Ambas vivem experiências internacionais no vôlei: Ana Flávia, de Uberlândia, já passou por clubes na Europa; Mayra, de Belo Horizonte, está em sua primeira temporada fora do Brasil.

Nepal

O descontentamento de parte da população vem de longa data por conta da lentidão de cumprimento de promessas de melhora na governança do país, que em poucas décadas saiu da era da monarquia para a da república, sem conseguir no entanto mudar muito a condição social das pessoas.

O Nepal enfrentou uma guerra civil entre 1996 a 2006, após o Partido Comunista do Nepal (de vertente maoísta) lançar uma rebelião armada contra a monarquia. A insurgência maoísta terminou com a assinatura de um acordo de paz abrangente em novembro de 2006, levando à abolição da monarquia e ao estabelecimento de uma república democrática federal no Nepal dois anos depois.

Mas o país já teve 14

Reprodução/Instagram



As atletas foram obrigadas a abandonar o hotel onde estavam hospedadas e buscar refúgio em uma área de mata próxima.

governos em vigor desde a transição para a democracia parlamentar. A coalizão que estava no poder, de centro-esquerda, tinha um acordo com partidos menores para alternar o governo até 2027. Mas avaliação de analistas era que essa união continuava ameaçada pelas rivalidades e ambições pessoais de seus líderes, determinados a preservar sua influência.

Mesmo com as mudanças políticas nas últimas décadas, a corrupção entre funcionários do governo — principalmente a concessão de licenças e aprovações e contratos públicos para bens e serviços — continua a ser um problema. Para quem não têm conexões em altos cargos, os subornos continuam sendo uma forma comum no país de se obter acesso a serviços públicos ou até mesmo realizar atividades comuns, como conseguir uma carteira de motorista ou uma certidão de nascimento.

O Nepal tem algumas

ineficiências e fraquezas, como o fato de ser um país sem litoral, portanto dependente dos portos indianos. Também tem escassez de infraestrutura, uma cesta de exportação pouco diversificada e com dependência forte da agricultura (21% do PIB, 35% das exportações e 61% do emprego). Além disso, tem uma elevada dívida pública, equivalente a 89% do PIB, e um caso extremo de evasão fiscal.

Ainda assim, o Banco Mundial tem elogiado o crescimento econômico do Nepal nos últimos anos. Essa aceleração ocorreu apesar dos desastres naturais e interrupções no turismo — inundações e deslizamentos de terra nos últimos anos causaram danos equivalentes a 0,8% do PIB, impactando severamente a infraestrutura, a agricultura e os serviços sociais. A inflação geral do país diminuiu para 5% no acumulado de 12 meses até junho de 2025, ante 6,5% no mesmo período de 2024, atingindo teto da meta.

Conheça 10 remédios naturais para aliviar dores e mal-estar.

Com o olhar voltado para alternativas pouco invasivas, é possível aliviar desconfortos cotidianos por meio do consumo de infusões, alimentos, plantas e outros recursos naturais. Dores de cabeça esporádicas, resfriados repentinos, contraturas musculares ou incômodos articulares se tornaram terreno fértil para uma diversidade de alternativas que têm um denominador comum: a natureza.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Medicina Tradicional e Complementar elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2019, vários sistemas de medicina tradicional usados no mundo incluem medicinas à base de ervas, homeopatia, medicina tradicional chinesa e medicina ayurvédica — caracterizadas pelo uso de substâncias naturais e uma concepção holística da saúde — para oferecer abordagens mais integrativas e eficazes aos seus pacientes.

Nacho Caldo, médico especialista em gastroenterologia e criador da Gastro-Conciencia, uma plataforma onde desenvolve uma medicina mais humana e integral, considera que a mudança se deve ao fato de que “a medicina convencional tem dificuldade em encontrar respostas para grande parte das enfermidades e influencia o preconceito sobre o que é natural, muitas vezes associado a algo que não é nocivo ou que não causa dano”, explica.

Com enfoque semelhante, María Alejandra Avcharian, terapeuta ayurveda formada na Índia e fundadora da Ayurveda Moderna, destaca a importância de entender a saúde como um equilíbrio integral entre

corpo-mente-espírito e não como a ausência de doenças.

Dor no joelho

Mercedes Iannino, médica especialista em ortopedia e traumatologia do Hospital Vélez Sarsfield e cofundadora da Traumatologia Natural, assegura que para combater o incômodo “existem muitos alimentos que funcionam como anti-inflamatórios naturais”. Ela esclarece que para serem eficazes devem ser consumidos em doses adequadas. A cúrcuma, cita, é uma das especiarias mais populares para tratar a dor.

Especialistas da Clínica Cleveland, nos Estados Unidos, informam que, embora os médicos costumem recomendar uma dose de 500 miligramas de cúrcuma duas vezes ao dia com alimentos, a dose adequada para cada pessoa pode variar conforme seu estado geral de saúde e indicação profissional.

Congestão

“As folhas de hortelã são ricas em antioxidantes e contêm pequenas quantidades de vitaminas A e C que, junto com o mentol, oferecem propriedades anti-inflamatórias e antimicrobianas”, afirma a nutricionista Valentina Martínez.

O portal especializado em saúde Medical News Today explica que o mentol presente na hortelã ajuda a dissolver a fleuma e a muco facilitando sua expulsão. Isso ocorre graças ao efeito refrescante que esfria e acalma a garganta, nariz e demais canais respiratórios.

Dor nas articulações

O óleo de peixe, substância obtida a partir dos tecidos de algumas espécies de

Reprodução



A cúrcuma é uma das especiarias mais populares para tratar a dor.

peixes, contém ácidos graxos essenciais como ômega-3, ácido docosahexaenoico e ácido eicosapentaenoico, que possuem efeitos anti-inflamatórios.

A Mayo Clinic, instituição médica americana prestigiosa, comunica que uma vasta quantidade de estudos sugere que o óleo de peixe pode ajudar a reduzir a dor, melhorar a rigidez matinal e aliviar a sensibilidade nas articulações.

Em linha com isso, a Fundação Internacional para a Artrite esclarece que — além do consumo em cápsulas — as melhores fontes de óleo de peixe são peixes gordurosos como salmão, atum, sardinha e cavala. Sobre seu consumo, a instituição incentiva ingerir porções de 85 a 170 gramas de duas a quatro vezes por semana.

Dor de garganta

É uma das queixas mais comuns e há múltiplas alternativas naturais para combatê-la. A planta sabugueiro, por exemplo, é uma delas.

“Ela tem muitas propriedades que podem ser aproveitadas tanto das flores quanto das bagas. Conta com funções anti-

inflamatórias, antissépticas e também fortalece o sistema imunológico”, explica Yael Hasbani, health coach especialista em nutrição holística.

Sobre as formas de consumo, Hasbani explica que tanto o xarope quanto o extrato são consumidos puros, em dose máxima de uma colher, enquanto o chá é preparado com infusão de pequena porção das flores secas em água quente.

Queimaduras e arranhões

Os egípcios a apelidavam de “a planta da imortalidade” por seus múltiplos poderes e, no Papiro de Ebers — um dos mais antigos tratados médicos e de farmacopeia conhecidos — menciona-se o efeito da planta aloe vera para tratar queimaduras, cicatrizar feridas e aliviar dores.

Clarisa Rodriguez, médica dermatologista, explica que atualmente o gel da planta é usado em cremes, bálsamos e loções para que seus compostos anti-inflamatórios e descongestionantes melhorem o estado da pele.

Ditadura do bem-estar: entenda como a vida e as redes transformaram a saúde em autoperformance constante.

Chegar aos 40 anos mexeu com as estruturas da publicitária carioca Raphaella Avena. Em busca de trocas com outras mulheres, criou o perfil no Instagram @quarentamos, para debater temas como nutrição, sexo, climatério e a importância de uma vida saudável. Foi quando, ironicamente, os exercícios físicos tornaram-se uma pedra no meio de sua esteira. “Malho certinho nas três semanas do mês, mas na última, quando estou de TPM, não piso na academia. E isso me traz uma culpa enorme”, explica Raphaella.

Mais do que prazer, exercitar-se virou uma rotina constante de ser sempre a sua melhor versão. À prova do público e da validação externa. “Hoje, aos 43, sinto que esperam muito de mim e tenho que performar cada vez mais e melhor não só na academia, mas em tudo”, desabafa ela. “Quando acordo, vejo que muita gente já malhou, está terminando o café, indo para o trabalho, e eu ainda não. É uma eterna dívida”.

Comer a quantidade certa de proteínas e carboidratos, dormir ao menos oito horas por dia, fazer ioga, pilates, musculação, aeróbico, auxiliados por suplementação, e, ainda estar muito bem disposta todos os dias. A rotina, no off, quase

nunca segue o roteiro perfeito do que é vendido on-line. Mas muita gente tem caído na armadilha antiga, e muito bem repaginada, da “ditadura do bem-estar”.

Para o escritor e consultor André Carvalhal, a necessidade humana de pertencimento, entrando em todas as “ondas”, foi elevada à múltipla potência no mundo digital. “Tudo o que começa com boa intenção pode virar algo ruim, e é o que sinto com o movimento wellness. Vivemos na exaustão, e ao buscar uma forma de recompensa, aparecem alimentos, produtos, experiências, tudo como um alívio, uma solução”, acredita. Inseridos numa sociedade que nos coloca em uma “vitrine” digital, esse comportamento incita a competição e a performance. “As pessoas sentem a necessidade de se mostrarem e se ‘venderem”.

Personal trainer, a paulista Fabiola Menezes diz que o comportamento de fotografar e filmar os próprios treinos, muitas vezes atrapalhando a rotina de outros alunos com ringlights pelo caminho, já é praxe nas academias. Além disso, o excesso de esforço, chamado de overtraining, pode causar lesões e fazer com que o praticante precise dar, contra a vontade, dois passos para trás. “Quem se cobra tanto sente

Reprodução



“Estamos inseridos em uma ‘vitrine’ digital, o que torna tudo uma grande competição”, diz escritor.

que, se diminuir o ritmo, também terá cobranças externas. Isso, na maior parte dos casos, é causada pela própria ansiedade de desempenho”, alerta Fabiola.

E essa ansiedade surge até mesmo em quem faz da superdisciplina um de seus maiores objetivos. O arquiteto Pedro Santos, de 29 anos, é praticante de crossfit e assíduo na academia, além de ter acompanhamento nutricional. Mas bastaram algumas semanas de férias para que sentisse que a mente – e o shape – já haviam saído dos trilhos. “O que era para ser um momento de lazer, virou motivo de estresse. Se fico longe dos treinos, vejo meu corpo mudar. Fico feliz com meus resultados, mas ao olhar para as redes, sei que estou longe do ideal”, explica.

Mais do que desafiar constantemente o corpo, a autoperfor-

mance atinge, segundo a psicóloga Daniela Fartes, os valores sociais mais proeminentes da atualidade. “Status, dinheiro, beleza, corpo... São construções sociais inalcançáveis, que nos provocam mal-estar”, garante ela. Para tratar o problema, o remédio, no entanto, não é tão amargo quanto parece. “É preciso entender a verdadeira razão por querer performar tanto. Porque isso é aplicável em algumas áreas da vida, por determinado tempo, e não em todas”. Em uma sociedade de aparências, continua Daniela, é impossível saber o que está por trás do que surge ao rolar o feed. “O autoconhecimento é a chave para criar um padrão de mentalidade saudável”. E respeitar os limites do corpo também. As informações são do jornal O Globo

Mesmo longe da hora de dormir, café pode alterar nosso sono (para pior), conclui ciência; entenda.

Tomar apenas duas xícaras do café depois do meio-dia já é o suficiente para alterar o sono noturno, aponta uma nova pesquisa. Segundo o estudo, a cafeína pode alterar a estrutura e a complexidade da atividade cerebral durante a noite.

Os pesquisadores da Universidade de Montreal analisaram o sono de 40 adultos saudáveis com consumo moderado de cafeína, com idades entre 20 e 58 anos.

Os voluntários passaram duas noites em uma clínica do sono. Um dos grupos ingeriu 200 mg de cafeína, equivalentes a cerca de duas xícaras de café, enquanto outro tomou um placebo. Nem os participantes, nem os cientistas sabiam o que cada dose continha.

Em seguida, a qualidade do sono dos participantes foi monitorada com um eletroencefalograma (EEG), que registra a atividade cere-

Reprodução



A cafeína não afeta somente a capacidade do indivíduo de pegar no sono.

bral captando sinais elétricos produzidos pelo cérebro.

Os resultados mostraram que a cafeína afetou a atividade cerebral durante o sono não REM, o estágio considerado mais restaurador do ciclo, responsável por reparar tecidos, músculos e favorecer a imunidade. Foi nessa fase que a cafeína teve mais influência, prejudicando o descanso e a reparação.

Os cientistas explicam que, ao contrário do que se pensa no senso comum, a cafeína não afeta somente a capacidade do indivíduo de pegar no sono. Mesmo para quem conse-

gue adormecer seus impactos podem ser significativos.

“A cafeína atrasa, mas não impede o sono. Então, mesmo que consigamos dormir sob seu efeito, o cérebro — e, conseqüentemente, o sono — é afetado pela substância,” explicou Thölke ao site PsyPost. “Ela leva a um sono mais superficial, com aumento do processamento de informações justamente nas fases em que o cérebro deveria entrar em descanso profundo e restaurador.”

A pesquisa também analisou a distribuição da atividade elétrica em diferentes frequências. Os ci-

entistas notaram que alguns sinais cerebrais ficaram mais “achatados”, ou seja, o processamento de informações fica mais próximo do “estado crítico”, quando o órgão está mais responsivo. Mesmo adormecido, o cérebro está parcialmente “acordado”.

Os pesquisadores também observaram que adultos mais jovens (de 20 a 27 anos) são os mais suscetíveis aos efeitos estimulantes da cafeína durante o sono REM, em comparação aos adultos de meia-idade.

(Com O Globo)

Descubra quanto vale hoje um Nokia 1100, o celular "mais popular e indestrutível" da história.

Reprodução/Redes Sociais



Aparelho foi lançado há 22 anos e é considerado uma relíquia por colecionadores.

Atualmente, os dispositivos móveis chamam atenção pelo design fino, telas que ocupam quase toda a parte frontal e pela ausência de botões físicos. A realidade, porém, era bem diferente há 15 ou 20 anos. Os celulares tinham recursos mais limitados, formatos variados e, muitas vezes, priorizavam a durabilidade em vez da sofisticação. Um exemplo clássico é o Nokia 1100, lançado em 2003 e ainda hoje lembrado com nostalgia por milhões de usuários.

De acordo com levantamento do site Visual Capitalist, com base em informações do Yahoo Finance e da consultoria Omdia, o Nokia 1100 se consolidou como o celular mais vendido da história, com cerca de 250 milhões de unidades comercializadas em apenas seis anos. O número o coloca à frente de modelos icônicos da Apple e da Samsung, que dominam o mercado atual.

O segredo do sucesso estava em um conjunto de fatores

simples, mas eficientes. O design compacto, a carcaça antiderrapante, o preço acessível e a famosa bateria BL-5C, capaz de durar dias sem precisar de recarga, transformaram o aparelho em um fenômeno global. Esses elementos garantiram ao 1100 uma base de usuários fiel, especialmente em países emergentes, onde a robustez e a longa vida útil eram diferenciais importantes.

Nos últimos anos, a principal crítica feita aos smartphones modernos tem sido justamente a baixa autonomia das baterias. Mesmo em aparelhos de ponta, o desgaste acelerado do componente compromete a experiência do usuário

e reduz a vida útil dos dispositivos. Nesse cenário, a lembrança do Nokia 1100 permanece como símbolo de confiabilidade.

Outro aspecto que ajuda a manter a memória do aparelho viva é a sua resistência. O celular suportava quedas, impactos e até condições adversas de uso, tornando-se um personagem frequente em memes e piadas nas redes sociais. Muitas vezes, é citado como um exemplo de "indestrutível", comparado a pessoas de "fibra" ou até mesmo a materiais super-resistentes.

Embora tenha sido descontinuado, o modelo ainda pode ser encontrado à venda em plataformas de co-

mércio eletrônico. No eBay, por exemplo, há unidades de segunda mão custando entre US\$ 22 e US\$ 30, algumas com garantia e variedade de cores. Na Amazon, o preço chega a US\$ 119, enquanto no Mercado Livre varia de R\$ 298 a R\$ 450. Já na Shopee, é possível encontrar exemplares a partir de R\$ 85.

Mais de duas décadas após seu lançamento, o Nokia 1100 segue ocupando um lugar especial na memória coletiva. Para muitos, ele representa não apenas um aparelho celular, mas uma era em que a tecnologia era marcada pela simplicidade, funcionalidade e, sobretudo, pela durabilidade.

Guerra de aplicativos: plataformas de delivery de comida travam disputa bilionária pelo cliente no Brasil.

Nunca a disputa pelo prato (ou pela quentinha) do brasileiro esteve tão acirrada. Embora o mercado de delivery seja dominado há anos pelo brasileiro iFood, o segmento entra em nova fase competitiva com a volta da 99Food, a chegada da Keeta e o avanço da Rappi.

A guerra não é só pelo cliente: restaurantes e entregadores estão no centro das batalhas – incluindo as judiciais – , que envolvem estratégias como taxa zero, cupons de desconto, novos modelos de pagamento e polêmicos contratos de exclusividade.

As empresas do ramo planejam investir R\$ 14 bilhões no país em cinco anos – sendo quase R\$ 10 bilhões até o fim do ano que vem – só em ações para fidelizar parceiros e chegar primeiro na casa do consumidor, que pode se beneficiar da concorrência acirrada: preços tendem a cair.

A briga se acirra no momento em que o delivery se consolida no cotidiano e pode responder por até 30% do faturamento de bares e restaurantes, diz a associação do setor, a Abrasel. Para as plataformas en-

trantes, vale a pena desafiar a hegemonia do iFood, atualmente controlado por um grupo holandês, por um lugar ao sol neste mercado, cujo volume de pedidos de comida deve dobrar em cinco anos.

Segundo especialistas, a maior concorrência é reflexo de uma decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão que regula a concorrência, que limitou, em 2023, os acordos de exclusividade com restaurantes estabelecidos pelo iFood, que o ajudaram a atingir cerca de 80% do mercado, segundo a Abrasel. Antes dessas regras, gigantes como Uber Eats, Glovo e o próprio 99 desistiram do país. Agora, até pequenas iniciativas regionais florescem.

“O acordo do Cade prevê que contratos de exclusividade do iFood não superem 25% de seu faturamento bruto nacional. Proíbe exclusividade com empresas (redes) com mais de 30 unidades. Nas cidades com mais de 500 mil habitantes, a quantidade de restaurantes exclusivos não pode exceder 8% do total de estabelecimentos ativos na plataforma. Esse acordo

Reprodução



A guerra não é só pelo cliente: restaurantes e entregadores estão no centro das batalhas.

vale até 2027. Com isso, o mercado voltou a crescer e a investir, com taxas menores para restaurantes, subsídios aos consumidores e ganhos para os entregadores. É um momento histórico para o setor”, diz Paulo Solmucci, presidente da Abrasel.

Mais disputa no Cade

Nas últimas semanas, a 99Food, que tem por trás a chinesa Didi Chuxing, e a Keeta, subsidiária da gigante de delivery Meituan, também da China, brigam na Justiça e no Cade em torno dos contratos de exclusividade. A Keeta acusa a rival de celebrar acordos proibindo estabelecimentos de contratá-la, gastando até R\$ 900 milhões com pagamentos a restaurantes e redes.

Há outras brigas. No início deste mês, o iFood foi ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) denunciar a campanha “Taxa zero por dois anos”, alegando que era enganosa. Nos bastidores, segundo fontes, o iFood diz que a 99Food e a Keeta vêm se “inspirando” no layout de seu app para confundir o consumidor.

As duas últimas também se estranharam, com a 99 dizendo que a Keeta chegou ao Brasil imitando seu logotipo. Há ainda uma disputa por talentos no setor, com empresas acusando outras de tentar cooptar seus profissionais em posições estratégicas.

(Com O Globo)

Mark Zuckerberg processa Facebook por prejuízo após ter conta bloqueada.

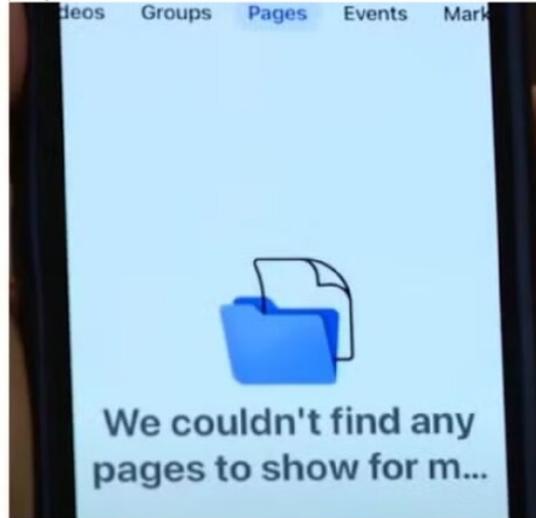
Há um homem em Indianápolis, nos Estados Unidos, chamado Mark Zuckerberg — mas, ao contrário do bilionário fundador da Meta, ele não pode ter uma conta no Facebook. Trata-se de um advogado que atua há 38 anos e que já teve seu perfil desativado cinco vezes pela rede social.

O motivo, segundo ele, é um erro persistente do sistema, que entende que o homônimo estaria se passando por outro Mark Zuckerberg, o criador da plataforma. Diante da situação, o advogado decidiu processar o executivo por negligência e quebra de contrato.

“Somos as únicas duas pessoas com esse nome que consigo encontrar”, afirmou o jurista em entrevista a uma emissora de televisão local no estado de Indiana. Ele diz que, apesar de ter seguido todos os procedimentos exigidos pela rede, sua conta é constantemente bloqueada.

O advogado destaca ainda que depende da plataforma para divulgar seu trabalho. “Todos os meus concorrentes anunciam no Facebook, então eu também tenho que fazer

Reprodução



Advogado tem mesmo nome do criador da rede social.

isso. Eu pago, eles recebem meu dinheiro, mas depois fecham minha conta”, reclamou.

Segundo ele, o prejuízo é considerável: foram gastos cerca de € 9.500 em anúncios, valor que, convertido, ultrapassa R\$ 60 mil. A campanha foi cancelada imediatamente após o pagamento.

Em comunicado à imprensa, o Facebook afirmou: “Agradecemos a paciência do Sr. Zuckerberg neste assunto e estamos trabalhando para evitar que isso aconteça novamente no futuro”.

A questão do nome

A confusão, de acordo com o advogado, está no uso do nome verdadeiro. Em e-mails enviados pela plataforma e compartilhados com a imprensa local, a empresa informou que ele esta-

ria violando as regras de identidade. Para comprovar o contrário, o jurista enviou documentos oficiais, cartões de crédito e fotografias. Ainda assim, as contas continuaram a ser suspensas.

A diferença está no segundo nome: o advogado se chama “Mark Steven Zuckerberg”, enquanto o fundador da Meta é “Mark Elliot Zuckerberg”. Apesar dessa distinção, os sistemas de verificação da plataforma não foram capazes de separar os perfis.

Identidade confundida

Para tentar esclarecer a situação, o advogado chegou a criar uma página dedicada a explicar os problemas enfrentados por carregar o mesmo nome do bilionário. Ali, narra epi-

sódios em que acabou sendo confundido com o criador do Facebook.

“Fui processado pelo estado de Washington por erro de identidade, porque pensaram que eu era o fundador do Facebook, acusado de colocar em risco um adulto que precisava de assistência”, contou.

Segundo ele, a confusão é frequente e causa transtornos além do ambiente digital. “Recebo mais de 100 solicitações de amizade por dia de pessoas que me confundem com o outro Mark Zuckerberg”, disse.

Agora, o advogado busca reparação judicial pelos prejuízos financeiros e pela dificuldade de manter uma presença profissional em uma das maiores plataformas de publicidade do mundo.

Seis filmes concorrem à vaga para representar o Brasil no Oscar.

A Academia Brasileira de Cinema e Artes Audiovisuais anunciou os seis longas-metragens que disputam a indicação oficial do Brasil ao Oscar 2026, na categoria de melhor filme internacional. O anúncio do título escolhido está marcado para o próximo dia 15 de setembro, em cerimônia que deve reunir diretores, produtores e representantes da indústria audiovisual nacional.

Os concorrentes são:

- Baby, de Marcelo Caetano – Kasa branca, de Luciano Vidigal – Manas, de Marianna Brennand – O agente secreto, de Kleber Mendonça Filho – O último azul, de Gabriel Mascaro – Oeste outra vez, de Erico Rassi

Entre os destaques da lista, O último azul, estrelado por Denise Weinberg e Rodrigo Santoro, ganhou projeção internacional após conquistar o Urso de Prata de Grande Prêmio do Júri no Festival de Berlim, um dos mais prestigiados do cinema europeu. O

Divulgação



a maior expectativa recai sobre O agente secreto, longa protagonizado por Wagner Moura.

filme de Gabriel Mascaro vem sendo apontado como uma das apostas mais consistentes da temporada, tanto pela recepção crítica quanto pelo potencial de alcançar público fora do Brasil.

Apesar disso, a maior expectativa recai sobre O agente secreto, novo trabalho de Kleber Mendonça Filho. O longa, protagonizado por Wagner Moura, saiu do Festival de Cannes com dois prêmios de peso: melhor direção para Mendonça e melhor ator para Moura. Além do reconhecimento artístico, o filme já tem distribuição confirmada nos Estados Unidos pela Neon, mesma empresa que lançou Anora, vencedor do Oscar de melhor filme

em 2024. Essa combinação de visibilidade e estratégia internacional faz com que o título seja apontado por críticos como favorito da comissão brasileira.

Os demais concorrentes também chegam com trajetórias relevantes. Baby, de Marcelo Caetano, aborda questões sociais em São Paulo e estreou com boa recepção no Festival de Roterdã. Kasa branca, de Luciano Vidigal, mergulha na realidade de comunidades cariocas, enquanto Manas, de Marianna Brennand, traz uma perspectiva intimista sobre relações familiares no Nordeste. Já Oeste outra vez, de Erico Rassi, propõe uma releitura contemporâ-

nea do faroeste ambientado no interior do Brasil.

O processo de escolha é acompanhado de perto pela indústria, já que a indicação ao Oscar pode ampliar a presença do cinema brasileiro no circuito internacional. O prazo final para inscrição dos filmes junto à Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood é 1º de outubro. Outras categorias da premiação, como documentário e curta-metragem, poderão receber inscrições até 13 de novembro.

A lista oficial de indicados será revelada em 22 de janeiro de 2026, e a 98ª cerimônia do Oscar acontece em 15 de março de 2026, em Los Angeles.

Irreverente e genial: autora de hits como "Amor, Meu Grande Amor", cantora e compositora carioca Angela Ro Ro estava internada desde julho.

Angela Ro Ro, cantora, compositora e pianista carioca, morreu aos 75 anos no dia 8 de setembro de 2025, após meses de internação em decorrência de complicações de saúde. Ícone irreverente da MPB, autora de sucessos como "Amor, Meu Grande Amor" e "Gota de Sangue", Ro Ro viveu seus últimos dias enfrentando uma infecção pulmonar grave, problemas renais e uma deterioração geral do seu estado físico.

Ela havia sido internada no Hospital Silvestre, no bairro do Cosme Velho, Zona Sul do Rio de Janeiro, desde meados de junho, quando deu entrada com infecção pulmonar. Nos registros médicos, ela foi submetida a traqueostomia no início de julho, além de hemodiálise, devido ao comprometimento dos rins. Em alguns momentos, enfrentou sedação prolongada, incapacidade de se comunicar verbalmente e grande fraqueza física.

Além das complicações decorrentes à saúde, Ro Ro experimentou avanço do estado clínico dentro do hospital: segundo seu advogado, ela contraiu uma bactéria na Unidade de Terapia Inten-

Reprodução



Seus últimos meses foram marcados não apenas por sofrimento físico, mas por dificuldades financeiras.

siva (UTI), proveniente da própria instituição onde estava internada, e não estava isolada dos demais pacientes. Também foi relatada uma parada cardíaca durante procedimento cirúrgico.

Seus últimos meses foram marcados não apenas por sofrimento físico, mas por dificuldades financeiras. Ro Ro dependia em parte de doações para manter as despesas, pois, como apontam as reportagens, vivia com rendimentos irrisórios de direitos autorais. Ainda em junho, ela desabafou sobre sua fragilidade: anemia, fraqueza, demora nos resultados de exames.

Angela Maria Diniz Gonsalves nasceu no Rio de Janeiro em 5 de dezembro de 1949, e ganhou o apelido "Ro Ro" ainda criança, por

causa da voz rouca. Sua carreira começou nos anos 1970, com forte mistura de MPB, blues, rock, jazz, destacando-se desde o primeiro álbum, de 1979, que trouxe canções autorais como "Amor, Meu Grande Amor", "Agito e Uso", "Gota de Sangue", que se tornaram clássicos. Ao longo das décadas, Angela cultivou uma imagem forte, marcada por irreverência — musical e pessoal —, por escolhas de carreira que desafiavam convenções, por temas de amor, desejo e identidade em seus discos, e por confrontos públicos com preconceitos.

Amiga de muitos artistas, digna de respeito por seu talento e temperamento, ela recebeu homenagens de colegas músicos, amigos e fãs.

Pessoas como Fafá de Belém ressaltaram sua força, sua genialidade "sangrada pelos poros", afirmando que Ro Ro nunca se poupou. Maria Bethânia, Ana Maria Braga e outros evocaram sua voz única, sua coragem, sua capacidade de emocionar.

A morte de Angela Ro Ro indica não só a perda de uma voz singular da MPB, mas também escancara carências do sistema de saúde, das redes de apoio aos artistas em situação precária, além dos desafios enfrentados por quem vive da arte em um país desigual. Sua obra, entretanto, permanece: suas músicas seguem vivas nos discos, regravações e na memória afetiva de quem acreditou que ser irreverente era também ser livre.

DETRAN-RS PREPARA MAIS UM LEILÃO DE VEÍCULOS E SUCATAS.

♦ O Departamento Estadual de Trânsito (Detran) realizará às 10h da próxima quarta-feira (17) um leilão com 374 veículos e sucatas recolhidos em Centros de Remoção e Depósito (CRD) de Caxias do Sul, Nova Petrópolis, Bento Gonçalves, Veranópolis, Farroupilha e Garibaldi, na Serra Gaúcha. O certame é organizado por empresa terceirizada (nogarileiloes.com.br).

COMISSÃO DA ASSEMBLEIA DISCUTE ABUSOS SEXUAIS EM ESCOLA.

♦ A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa gaúcha analisa denúncias de abuso sexual contra crianças em uma escola conveniada à prefeitura de Porto Alegre. Familiares de três vítimas foram recebidos pelos deputados estaduais do colegiado para falar do caso, supostamente cometido em 2023 por uma professora depois afastada do cargo.

PESQUISA APONTA ALTO GRAU DE SATISFAÇÃO COM O PROCON RS.

♦ Em pesquisa realizada no período de 2 a 9 de setembro, o atuação do Procon do Rio Grande do Sul foi considerada "excelente" por 61% dos participantes. Outros 27% atribuíram a classificação "boa", ao passo que 11% apontaram a opção "regular". O levantamento foi divulgado em meio às comemorações dos 35 anos do Código de Defesa do Consumidor, criado por lei federal de 11 de setembro de 1990.

MAIS DE 2.700 IMÓVEIS DA EXTINTA COHAB TÊM HIPOTECA EXTINTA.

♦ A Secretaria Estadual de Habitação e Regularização Fundiária obteve na Justiça o sinal-verde a seu pedido de extinção de pendências hipotecárias de mutuários da extinta Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul (Cohab-RS). Com a decisão, embasada em parecer favorável do Ministério Público gaúcho, mais de 2.700 imóveis estão aptos à regularização.

VACINAÇÃO CONTRA O SARAMPO É INTENSIFICADA NESTE MÊS.

♦ Porto Alegre e outros 34 municípios gaúchos intensificam a vacinação contra o sarampo até 23 de setembro. A estratégia consiste em aplicar a "dose zero" em bebês de 6 a 11 meses, ampliar a imunização entre o público que ainda não recebeu o fármaco, bem como atualizar a caderneta de quem trabalha em Saúde ou Educação. Confira em portoalegre.rs.gov.br.

GRAVATAÍ: COMEÇA A CONSTRUÇÃO DE BINÁRIO NA RODOVIA ERS-118.

♦ O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) iniciou nesta semana a construção de um binário na interseção da avenida Brasil com a rodovia ERS-118, em Gravataí. Com investimento total estimado em R\$ 24 milhões, a obra incluirá uma estrutura para a elevação da pista e passagem inferior com binário, além de espaço para pedestres.

HOMICÍDIO: HOMEM QUE CEDEU ARMA AO FILHO É CONDENADO.

♦ Um homem foi condenado a 15 anos de prisão por ceder sua arma ao filho em um caso de homicídio qualificado na cidade gaúcha de Camaquã, em maio de 2019. A vítima, pai de oito filhos, tentava defender funcionários da Corsan que eram ameaçados pela dupla. Acabou esfaqueada e baleada pelas costas. O autor dos disparos já foi condenado.

CONDENADO POR ABUSO SEXUAL É CAPTURADO EM UURUGUAIANA.

♦ A Polícia Federal prendeu em Uru-guaiana (fronteira com a Argentina) um gaúcho foragido desde agosto, após condenação a 27 anos de cadeia por estupro de vulnerável. No processo consta que ele abusava sexualmente de uma sobrinha de 12 anos, quando não havia outras pessoas na residência onde viviam. O homem foi encaminhado à Penitenciária Estadual da cidade.

ACAMPAMENTO FARROUPILHA PROSSEGUE ATÉ 21 DE SETEMBRO.

♦ Com expectativa de mais de 2 milhões de visitantes, o 43º Acampamento Farroupilha de Porto Alegre prossegue até 21 de setembro no Parque da Harmonia. São 236 piquetes instalados em uma área de 100 mil metros-quadrados, além de 120 atrações musicais (das 16h à meia-noite) e feiras de artesanato e agricultura familiar, dentre outros atrativos. A entrada é franca.

FEIRAS DE SÁBADO DA JOSÉ BONIFÁCIO: INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 19.

♦ Até o dia 19 de setembro, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Eventos de Porto Alegre recebe inscrições de interessados em expor peças nas feiras de sábado da avenida José Bonifácio – a mesma que recebe aos domingos o Brique da Redenção. São 62 vagas. O processo seletivo é detalhado pelo telefone (51) 3289-7327, ou em prefeitura.poa.br.

PRÊMIO AÇORIANOS DE MÚSICA: INSCRIÇÕES ABERTAS ATÉ O DIA 18.

♦ A Coordenação de Música da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre recebe até 18 de setembro as inscrições para a edição 2025 do Prêmio Açorianos de Música. Os candidatos devem preencher formulário específico, disponível junto com regulamento e outros detalhes na página prefeitura.poa.br/smc. Em caso de dúvida, o telefone é (51) 3280-8169. Os vencedores serão divulgados em 5 de novembro.

CARNAVALESÇOS PEDEM PATROCÍNIO À CÂMARA DE VEREADORES.

♦ Em reunião na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, representantes das Escolas de Samba da capital gaúcha pediram que o Parlamento municipal seja um dos patrocinadores dos desfiles oficiais de Carnaval. "Não é dinheiro para festa, e sim para um evento que movimenta a economia local", argumentou um dos solicitantes. A discussão do tema prossegue na Casa.

MEGA-SENA 2. 913: APOSTA ÚNICA LEVA PRÊMIO DE R\$ 53,9 MILHÕES.

♦ Uma aposta única de Teresópolis (RJ) acertou as seis dezenas do concurso 2. 913 da Mega-Sena e levou sozinha o prêmio de R\$ 53,9 milhões. Segundo a Caixa Econômica Federal, o sortido fez um jogo simples, de 6 números, em uma lotérica da cidade. Os números contemplados foram: 17 - 21 - 34 - 52 - 55 - 60. A quina teve 37 ganhadores, que vão levar R\$ 63,4 mil cada.

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ATINGIDOS POR TARIFAÇÃO CAI 22% EM AGOSTO.

♦ As exportações de produtos afetados pelo tarifaço americano caíram 22,4% em agosto na comparação com o mesmo mês de 2024. Já as vendas de itens que não sofreram taxas adicionais recuaram 7,1%. A constatação está no Monitor de Comércio Brasil-EUA, boletim elaborado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil).

BRASIL ATINGE NOVO RECORDE DE PRODUÇÃO DE GRÃOS.

♦ A produção de grãos no Brasil bateu, novamente, recorde, atingindo a marca de 350,2 milhões de toneladas na safra 2024-25. O resultado representa, em termos de volume, uma alta de 16,3% na comparação com a safra 2023/24, quando foram colhidas 324,36 milhões de toneladas.

VENDAS NO COMÉRCIO RECUAM 0,3% EM JULHO.

♦ As vendas no comércio varejista recuaram 0,3% na passagem de junho para julho. Este resultado representa o quarto mês seguido de queda. Neste conjunto de meses, o setor acumula perda de 1,1%. Na comparação com julho de 2024, as vendas cresceram 1%. No acumulado de 12 meses, o comércio varejista soma alta de 2,5%.

FAZENDA REDUZ PROJEÇÃO DA INFLAÇÃO DE 4,9% PARA 4,8%.

♦ A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda reduziu de 4,9% para 4,8% a projeção da inflação deste ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A previsão consta do Boletim Macroeconômico, divulgado nessa quinta-feira (11).

PETROBRAS CAPTA US\$ 2 BILHÕES COM VENDA DE TÍTULOS NO EXTERIOR.

♦ A Petrobras informou que captou US\$ 2 bilhões (cerca de R\$ 10,8 bilhões) com a venda de títulos no exterior. Essa operação financeira funciona como um reforço de caixa para a companhia. De acordo com um comunicado da empresa a investidores, a oferta de títulos no mercado de capitais internacional é dividida em duas operações de US\$ 1 bilhão.

CPMI DO INSS APROVA QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO DE INVESTIGADOS.

♦ A CPMI do INSS aprovou cerca de 400 pedidos de informações e de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de suspeitos de envolvimento na fraude bilionária. A comissão do Congresso apura a cobrança ilegal de mensalidades associativas descontadas dos benefícios previdenciários pagos pelo INSS a milhões de aposentados e pensionistas.

GOVERNO INSTITUI DIAS DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO E À AUTOMUTILAÇÃO.

♦ O presidente Lula sancionou lei que define a realização da campanha Setembro Amarelo, anualmente, no mês de setembro, para a promoção da saúde mental e da conscientização sobre a prevenção da automutilação e do suicídio. A mobilização nacional passa a ter o status de política pública nacional com a nova legislação.

DEZ ESTADOS REGISTRAM AUMENTO DE CASOS DE SRAG.

♦ Dez Estados tiveram alta de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), principalmente nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Segundo a Fiocruz, em muitos Estados, o rinovírus é o responsável por casos graves, que atingem sobretudo crianças e adolescentes. A única região em que nenhum Estado apresenta tendência de crescimento de SRAG é a Sul.

MORRE A ECONOMISTA ROSELI FARIA.

♦ Morreu nessa quinta-feira (11), em Brasília, aos 54 anos de idade, a economista, servidora pública e militante do PSOL Roseli Faria. Roseli foi uma referência na formulação de políticas públicas e orçamentárias e no combate ao racismo. Ela enfrentava um câncer colorretal.

JUSTIÇA DO RIO MANTÉM PRISÃO PREVENTIVA DE ORUAM.

♦ A Justiça do Rio negou o pedido de habeas corpus da defesa de Mauro Davi dos Santos Nepomuceno, o rapper Oruam. Com isso, ele irá permanecer preso. Na decisão, também foi negada a possibilidade de substituição da prisão preventiva por medidas cautelares. Ele é acusado de homicídio qualificado contra um delegado e um policial civil.

INCÊNDIO ATINGE GALPÃO NA CAPITAL PAULISTA.

♦ Um incêndio de grandes proporções atingiu, nessa quinta-feira (11), um galpão no bairro da Lapa, na zona oeste de São Paulo. No local funciona uma empresa de aviamentos, segundo informaram os bombeiros. com cerca de 17 mil metros quadrados. Dezesesseis viaturas e 45 agentes foram enviadas para o local.

EMBAIXADOR BRITÂNICO NOS EUA É DEMITIDO POR LIGAÇÃO COM EPSTEIN.

♦ O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, demitiu o embaixador britânico nos Estados Unidos, Peter Mandelson por associação com o financista condenado por crimes sexuais Jeffrey Epstein. Mandelson enviava e-mails a Epstein, nos quais afirmava que a condenação, por solicitar uma menor de 18 anos para prostituição era injusta e deveria ser contestada.

NETANYAHU PROMETE QUE “NUNCA HAVERÁ UM ESTADO PALESTINO”.

♦ O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, assinou o plano para a criação de novos assentamentos de Israel na Cisjordânia ocupada. Ao dar sinal verde para a medida, o premiê israelense ainda prometeu que “nunca haverá um Estado Palestino”. Netanyahu afirmou que “este lugar é nosso. Cuidaremos do nosso país, da nossa segurança e do nosso patrimônio.”

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU CONDENA ATAQUES NO CATAR.

♦ O Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou, nessa quinta-feira (11), os recentes ataques no Catar e pediu uma “desescalada”, embora tenha evitado mencionar Israel, de acordo com um comunicado. O Conselho expressou “sua condenação aos recentes ataques em Doha, território mediador-chave” e ofereceu seu “apoio à soberania e integridade territorial do Catar”.

MILEI VETA LEI DE FINANCIAMENTO A UNIVERSIDADES ARGENTINAS.

♦ O presidente da Argentina, Javier Milei, vetou integralmente a lei de financiamento universitário. O Congresso votou, em maioria de dois terços, pela aprovação do projeto em agosto. Professores, estudantes e sindicatos já cogitam convocar uma passeata federal, que pode ser massiva, informa o jornal La Nación.

NEPAL RECAPTURA MAIS DE 200 PRESOS FORAGIDOS.

♦ As autoridades do Nepal recapturaram mais de 200 dos 13.500 presos que se fugiram das cadeias nessa semana. Os detentos aproveitaram o caos provocado por protestos violentos que deixaram 19 mortos e resultaram na renúncia do primeiro-ministro. Patrulhas fronteiriças da Índia relataram ter detido dezenas de fugitivos que tentavam cruzar a fronteira, entregando-os às autoridades nepalesas.

POLÔNIA ENVIA 40 MIL SOLDADOS PARA A FRONTEIRA COM BELARUS.

♦ O governo da Polônia decidiu enviar 40 mil soldados para a fronteira com Belarus, em resposta ao exercício militar entre o país liderado por Aleksandr Lukashenko e a Rússia. A medida, anunciadas pelo vice-ministro da Defesa polonês, Cezary Tomczyk, ocorre surge dias após o incidente envolvendo a invasão do espaço aéreo da Polônia por drones russos.

EXPLOSÃO DE CAMINHÃO DE GÁS DEIXA 4 MORTES E 90 FERIDOS NO MÉXICO.

♦ Um caminhão que transportava milhares de litros de gás explodiu na Cidade do México, deixando ao menos quatro mortos e 90 feridos. O veículo explodiu após tombar nas proximidades de uma ponte, provocando queimaduras de segundo e terceiro grau. As vítimas têm entre 1 e 60 anos, segundo uma lista divulgada pelas autoridades.

FBI OFERECE US\$ 100 MIL POR ASSASSINO DE CHARLIE KIRK.

♦ O FBI anunciou uma recompensa de até US\$ 100 mil por informações que levem à identificação e a captura do suspeito de assassinar o ativista de direita Charlie Kirk, aliado de Donald Trump. Na rede social X, a conta oficial do FBI divulgou imagens do possível autor do crime e detalhou sobre a bonificação.

IMPACTO HUMANO NOS OCEANOS DUPLICARÁ ATÉ 2050.

♦ As pressões das atividades humanas em conjunto com as mudanças climáticas estão destruindo os oceanos. Um estudo publicado na revista Science mostrou que o uso de recursos oceânicos para alimentação, atividade pesqueira, bem-estar e turismo podem duplicar os impactos cumulativos no ecossistema marinho até 2050.

ROVER DA NASA REGISTRA ROCHA DE FORMATO INUSITADO.

♦ O rover Perseverance capturou uma foto intrigante no dia 31 de agosto durante a sua operação de reconhecimento na superfície de Marte: uma rocha que mais parece uma “tartaruga” colocando a cabeça para fora do seu casco. A estrutura é a mais recente de uma longa lista de rochas marcianas que se assemelham a seres vivos ou outros objetos terrestres.

LOJA DA LOUIS VUITTON É SAQUEADA EM CHICAGO.

♦ A polícia de Chicago, nos Estados Unidos, está investigando um acidente de carro fatal que ocorreu após um suposto assalto à loja principal da Louis Vuitton. Segundo a polícia, um caminhão bateu contra uma das vitrines da loja de luxo e dezenas de pessoas correram correndo para dentro do estabelecimento e fugindo com bolsas e malas abarrotadas.

LEÕES QUE MATARAM TRATADOR EM ZOO DA TAILÂNDIA SÃO ISOLADOS.

♦ Os leões que atacaram e mataram um funcionário do zoológico Safari World, em Bangkok, na Tailândia, na quarta-feira (10), foram isolados. Eles permanecerão em uma área restrita para “ajuste comportamental”, e não retornarão às áreas abertas ao público. Entre seis a sete leões atacaram Jian Rangkharasamee, de 58 anos.

PREFEITOS DE CIDADES GAÚCHAS:

PORTO ALEGRE



SEBASTIÃO MELO (MDB)
recebeu 49,72% dos votos no primeiro turno e 61,53% dos votos no segundo turno.

NOVO HAMBURGO



GUSTAVO FINCK (PP)
eleito com 53,32% dos votos

SÃO LEOPOLDO



DELEGADO HELIOMAR (PL)
eleito com 51,24% dos votos

GRAVATAÍ



LUIZ ZAFFALON (PSDB)
reeleito com 51,17% dos votos

VIAMÃO



RAFAEL BORTOLETTI (PSDB)
eleito com 48,49% dos votos

RIO GRANDE



DARLENE TORRADA (PT)
eleita com 49,13% dos votos

PASSO FUNDO



PEDRO ALMEIDA (PSD)
reeleito com 42,66% dos votos

ALVORADA



DOUGLAS MARTELLO (PL)
eleito com 32,83% dos votos

SAPUCAIA DO SUL



VOLMIR RODRIGUES GORDO (PP)
eleito com 68,09% dos votos

SANTA CRUZ DO SUL



SÉRGIO MORAES (PL)
eleito com 47,13% dos votos

CACHOEIRINHA



CRISTIAN WASEM (MDB)
eleito com 71,86% dos votos

BENTO GONÇALVES



DIOGO SIQUEIRA (PSDB)
eleito com 65,88% dos votos

BAGÉ



LUIZ FERNANDO MAINARDI (PT)
eleito com 51,71% dos votos

URUGUAIANA



CARLOS DELGADO (PP)
eleito com 51,71% dos votos

ERECHIM



PAULO PÓLIS (MDB)
reeleito com 50,74% dos votos

GUAÍBA



MARCELO MARANATA (PDT)
reeleito com 78,18% dos votos

ESTEIO



FELIPE COSTELLA (PL)
eleito com 48,23% dos votos

ELDORADO DO SUL



JULIANA CARVALHO (PSDB)
eleita com 50,91% dos votos

SANTA MARIA



RODRIGO DÉCIMO (PSDB)
recebeu 25,86% dos votos no primeiro turno e 54,50% dos votos no segundo turno.

CAXIAS DO SUL



ADILÓ DIDOMÊNICO (PSDB)
recebeu 27,5% dos votos no primeiro turno e 51,38% dos votos no segundo turno.

CANOAS



AIRTON SOUZA (PL)
recebeu 35,26% dos votos no primeiro turno e 52,12% dos votos no segundo turno.

PELOTAS



FERNANDO MARRONI (PT)
recebeu 39,60% dos votos no primeiro turno e 50,36% dos votos no segundo turno.

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL:



Eduardo Leite



Gabriel Souza

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL



Pepe Vargas

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL



Alberto Delgado Neto

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO SUL



Marco Peixoto

PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL



Alexandre Sikinowski Saltz

DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO RIO GRANDE DO SUL



Nilton Leonel Arnecke Maria

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL



Eduardo Cunha da Costa

PROCURADOR-CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL



Felipe da Silva Müller

OS 3 SENADORES DO RIO GRANDE DO SUL:



Hamilton Mourão



Luis Carlos Heinze



Paulo Paim

PREFEITO E VICE-PREFEITO DE PORTO ALEGRE:



Sebastião Melo



Betina Worm

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



Comandante Nádia

AUTORIDADES MÁXIMAS DAS FORÇAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL:

EXÉRCITO



General Luis Cláudio de Mattos Basto, Comandante Militar do Sul, em Porto Alegre.

MARINHA



Vice-Almirante Augusto José Achilles Abreu Jorge Teixeira, Comandante do V Distrito Naval, em Rio Grande.

AERONÁUTICA



Major Brigadeiro do AR Vincent Dang, Comandante do V Comando Aéreo Regional (V COMAR), em Canoas.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL:



Pepe Vargas
Presidente



Luiz Marenco
1º Vice-presidente



Vilmar Zanchin
2º Vice-presidente



Sergio Peres
1º Secretário



Issur Koch
2º Secretário



Dr. Thiago Duarte
3º Secretário



Delegada Nadine
4º Secretária

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL:



Alberto Delgado Neto
Presidente



Ícaro Carvalho de Bem Osório
1º Vice-presidente



Sérgio Miguel Achutti Blattes
2º Vice-presidente



Lusmary Fátima Turelly da Silva
3º Vice-presidente



Fabianne Breton Baisch
Corregedora-Geral da Justiça

LIDERANÇAS GAÚCHAS:

BANRISUL



Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente

BRDE



Ranolfo Vieira Junior
Presidente

BADESUL



Claudio Leite Gastal
Presidente

FARSUL



Gedeão Pereira
Presidente

FIERGS



Claudio Bier
Presidente

FECOMÉRCIO



Luiz Carlos Bohn
Presidente

FEDERASUL



Rodrigo Sousa Costa
Presidente

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL



Luciano Hoczman
Presidente

GRÊMIO



Alberto Guerra
Presidente

INTERNACIONAL



Alessandro Barcellos
Presidente

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

SECRETARIADO DE PORTO ALEGRE:

Secretário Municipal de Educação (Smed)



Leonardo Pascoal

Diretor-geral do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae)



Bruno Vanuzzi

Diretor-geral do Departamento Municipal de Habitação (Demhab)



André Machado

Secretário Municipal de Governança



Cássio Trogildo

Secretário-Geral de Governo



André Coronel

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus)



Germano Bremm

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDET)



Fernanda Barth

Secretário Municipal de Serviços Urbanos (SMSURB)



Vitorino Baseggio

Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (Smelj)



Julio César de Souza Gonçalves

Secretária da Causa Animal



Tatiana Amaral Guerra

Secretário Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos



Cezar Schirmer

Secretário de Comunicação Social



Luiz Otávio Prates

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



André Flores

Secretário Municipal de Parcerias



Giuseppe Riesgo

Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania



Matheus Xavier

Diretora Presidente da Procempa



Leticia Batistela

Secretária Municipal de Cultura



Liliana Cardoso

Secretário Municipal de Mobilidade Urbana



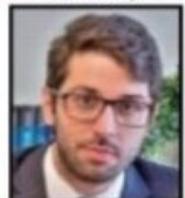
Adão de Castro Júnior

Secretário Municipal de Segurança



Alexandre Aragon

Procurador-Geral do Município



Jhonny Prado

Secretária Municipal de Transparência e Controladoria



Mônica Leal

Secretário Municipal de Administração e Patrimônio



Cassiá Carpes

Secretário Municipal de Saúde



Fernando Ritter

Secretária Municipal da Fazenda



Ana Pellini

Secretário de Inovação



Luiz Carlos Pinto da Silva Filho

Secretário de Inclusão e Desenvolvimento Humano



Juliano Passini

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 31 DEPUTADOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL:



Afonso Hamm
(PP)



Afonso Motta
(PDT)



Alceu Moreira
(MDB)



Alexandre Lindenmeyer
(Federação
PT/PCdoB/PV)



Any Ortiz
(Federação
PSDB-Cidadania)



Bibo Nunes
(PL)



Carlos Gomes
(Republicanos)



Covatti Filho
(PP)



Daniel da TV
(Federação
PSDB-Cidadania)



Daiana Santos
(PC do B)



Denise Pessoa
(Federação
PT/PCdoB/PV)



Dionilso Marcon
(Federação
PT/PCdoB/PV)



Elvino Bohn Gass
(Federação
PT/PCdoB/PV)



Fernanda Melchionna
(Federação PSOL-Rede)



Franciane Bayer
(Republicanos)



Giovanni Cherini
(PL)



Heitor Schuch
(PSB)



Lucas Redecker
(Federação
PSDB-Cidadania)



Luciano Azevedo
(PSD)



Luiz Carlos Busatto
(União Brasil)



Marcel Van Hattem
(Novo)



Marcelo Moraes
(PL)



Márcio Biolchi
(MDB)



Maria do Rosário
(Federação
PT/PCdoB/PV)



Mauricio Marcon
(Podemos)



Osmar Terra
(MDB)



Pedro Westphalen
(PP)



Pompeo de Mattos
(PDT)



Reginete Bispo
(PT)



Tenente-Coronel Zucco
(Republicanos)



Ubiratan Sanderson
(PL)

A mesa diretora da Câmara dos Deputados é responsável por trabalhos administrativos e é composta pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP - PL); o primeiro e o segundo vice-presidentes, Marcos Pereira (Republicanos - SP) e Sôstenes Cavalcante (PL - RJ); quatro secretários, Luciano Bivar (União Brasil - PE), Maria do Rosário (PT - RS), Júlio Cesar (PSD - PI) e Lucio Mosquini (MDB - RO); além dos suplentes, Gilberto Nascimento (PSC - SP), Pompeo de Mattos (PDT - RS), Beto Pereira (PSDB - MS) e André Ferreira (PL - PE).

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 55 DEPUTADOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL:



Adão Preto
(PT)



Adolfo Brito
(PP)



Adriana Lara
(PL)



Airton Artus
(PDT)



Airton Lima
(Podemos)



Beto Fantinel
(MDB)



Bruna Rodrigues
(PC do B)



Capitão Martin
(Republicanos)



Classmann
(União Brasil)



Carlos Bórgo
(MDB)



Claudio Tatsch
(PL)



Juvir Costella
(MDB)



Delegada Nadine
(PSDB)



Delegado Zucco
(Republicanos)



Dirceu Francison
(União Brasil)



Dr. Thiago
(União Brasil)



Edvison Brum
(MDB)



Eduardo Loureiro
(PDT)



Eliana Bayer
(Republicanos)



Elizandro Sabino
(PTB)



Eilton Weber
(PSB)



Ernani Polo
(PP)



Felipe Camozzato
(Novo)



Frederico Antunes
(PP)



Gaúcho da Geral
(PSD)



Gerson Burmann
(PDT)



Guilherme Pasin
(PP)



Gustavo Victorino
(Republicanos)



Issur Koch
(PP)



Jefferson Fernandes
(PT)



Joel de Igrejinha
(PP)



Kaká D'Ávila
(PSDB)



Kelly Moraes
(PL)



Laura Sifo
(PT)



Leonel Radde
(PT)



Luciana Genro
(PSOL)



Luciano Silveira
(MDB)



Luiz Marengo
(PDT)



Luiz Mainardi
(PT)



Marcus Vinicius
(PP)



Matheus Gomes
(PSOL)



Miguel Rossetto
(PT)



Neri O Carneiro
(PSDB)



Papparico Bacchi
(PL)



Patricia Alba
(MDB)



Pedro Pereira
(PSDB)



Pepe Vargas
(PT)



Professor Bonatto
(PSDB)



Professor Claudio
(Podemos)



Rafael Librelotto
(MDB)



Rodrigo Lorenzoni
(PL)



Ronaldo Santini
(Podemos)



Sergio Peres
(Republicanos)



Silvana Covatti
(PP)



Sofia Cavedon
(PT)



Sossella
(PDT)



Stela Farias
(PT)



Valdeci Oliveira
(PT)



Vilmar Zanchin
(MDB)



Zé Nunes
(PT)

Deputados Estaduais licenciados para exercício de outros cargos:

Beto Fantinel (MDB), Juvir Costella (MDB), Ernani Polo (PP), Ronaldo Santini (Podemos) e Sossella (PDT).

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL



Fernando Quadros da Silva
(Presidente do TRF)



João Batista Pinto Silveira
(Vice-presidente do TRF)



Vânia Hack de Almeida
(Corregedora da Justiça Federal)



Álvaro Eduardo Junqueira



Amaury Chaves de Athayde



Amír José Finocchiaro Sarti



Antônio Albino Ramos de Oliveira



Ari Pargendler



Cal Garcia



Cândido Alfredo Silva Leal Junior



Carlos Antonio Rodrigues Sobrinho



Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz



Celso Kipper



Dirceu de Almeida Soares



Edgard Antônio Lippmann Júnior



Elcio Pinheiro de Castro



Eli Goraieb



Ellen Gracie Northfleet



Fábio Bittencourt da Rosa



Fernando Quadros da Silva



Gilson Dipp



Hervandil Fagundes



João Surreaux Chagas



Joel Ilan Paciornik



Jorge Antonio Maurique



José Almada de Souza



José Fernando Jardim de Camargo



José Luiz Borges Germano da Silva



José Morschbacher



Luciane Amaral Corrêa Münch



Luis Alberto d'Azevedo Aurvalle

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL



Luiz Carlos de Castro Lugon



Luiz Dória Furquim



Luiz Fernando Wowk Penteadó



Luiza Dias Cassales



Manoel Eugenio Marques Munhoz



Manoel Lauro Volkmer de Castilho



Márcio Antônio Rocha



Marga Inge Barth Tessler



Maria de Fátima Freitas Labarrère



Maria Lúcia Luz Leiria



Néfi Cordeiro



Nylson Paim de Abreu



Osvaldo Moacir Alvarez



Otavio Roberto Pamploma



Paulo Afonso Brum Vaz



Pedro Máximo Paim Falcão



Ricardo Teixeira do Valle Pereira



Rogerio Favreto



Rômulo Pizzolatti



Ronaldo Luiz Ponzi



Sílvia Maria Gonçalves Goraieb



Silvio Dobrowolski



Tadaaqui Hirose



Tânia Terezinha Cardoso Escobar



Teori Albino Zavascki



Valdemar Capeletti



Victor Luiz dos Santos Laus



Vilson Darós



Virginia Amaral da Cunha Sheibe



Vladimir Passos de Freitas



Wellington Mendes de Almeida

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 48 DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO:



Alexandre Corrêa da Cruz



Ana Luíza Heineck Kruse



André Reverbel Fernandes



Angela Rosi Almeida Chapper



Beatriz Renck



Brígida Joaquina Charão Barcelos



Carlos Alberto May



Carmen Izabel Centena Gonzalez



Cláudio Antônio Cassou Barbosa



Cleusa Regina Halfen



Clóvis Fernando Schuch Santos



Denise Pacheco



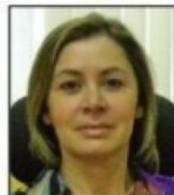
Emílio Papaléo Zin



Fabiano Holz Beserra



Fernando Luiz de Moura Cassal



Flávia Lorena Pacheco



Francisco Rossal de Araújo



George Achutti



Gilberto Souza dos Santos



Janney Camargo Bina



João Alfredo Borges Antunes de Miranda



João Batista de Matos Danda



João Paulo Lucena



João Pedro Silvestrin



Lais Helena Jaeger Nicotti



Lucia Ehrenbrink



Luciane Cardoso Barzotto



Luiz Alberto de Vargas



Manuel Cid Jardim



Marçal Henri dos Santos Figueiredo



Marcelo Gonçalves de Oliveira



Marcelo José Ferlin D'Ambroso



Marcos Fagundes Salomão



Maria da Graça Ribeiro Centeno



Maria Cristina Schaan Ferreira



Maria Madalena Telesca



Maria Silvana Rotta Tedesco



Raul Zoratto Sanvicente



Rajane Souza Pedra



Ricardo Carvalho Fraga



Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa



Roger Bailejo Villarinho



Rosilú de Freitas Azambuja



Rosane Serafini Casa Nova



Simone Maria Nunes



Tânia Regina Silva Reckziegel



Vania Maria Cunha Mattos



Wilson Carvalho Dias

VEREADORES DE PORTO ALEGRE EM 2025:

Presidente



Comandante Nádia (PL)
- 18.010 votos -
Reeleita



Jesse Sangalli (PL)
- 22.966 votos -
Reeleito



Karen Santos (PSOL)
- 20.207 votos -
Reeleita



Ramiro Rosário (Novo)
- 16.450 votos -
Reeleito



Grazi Oliveira (PSOL)
- 14.321 votos -
Eleita



Giovane Byl (Podemos)
- 12.115 votos -
Reeleito



Pedro Ruas (PSOL)
- 12.070 votos -
Reeleito



Roberto Robaina (PSOL)
- 10.033 votos -
Reeleito



Moises Barboza (PSDB)
- 8.603 votos -
Reeleito



Jonas Reis (PT)
- 8.235 votos -
Reeleito



Gilvani O Gringo (Republicanos)
- 7.891 votos -
Eleito



Marcelo Bernardi (PSDB)
- 7.759 votos -
Reeleito



Tiago Albrecht (Novo)
- 7.615 votos -
Reeleito



Alexandre Bublitz (PT)
- 7.144 votos -
Eleito



Gilson Padeiro (PSDB)
- 7.070 votos -
Reeleito



Fernanda Barth (PL)
- 7.063 votos -
Reeleita



José Freitas (Republicanos)
- 6.746 votos -
Reeleito



Marcos Felipi (Cidadania)
- 6.618 votos -
Eleito



Mariana Lescano (Progressistas)
- 6.389 votos -
Eleita



Claudia Araujo (PSD)
- 6.321 votos -
Reeleita



Marcio Bins Ely (PDT)
- 6.296 votos -
Reeleito



Tanise Sabino (MDB)
- 6.270 votos -
Reeleita



Juliana de Souza (PT)
- 6.261 votos -
Eleita



Rafael Fleck (MDB)
- 5.908 votos -
Eleito



Vera Armando (Progressistas)
- 5.693 votos -
Eleita



Mauro Pinheiro (Progressistas)
- 5.661 votos -
Reeleito



Erick Dênil (PCdoB)
- 5.376 votos -
Eleito



Professor Vitorino (MDB)
- 5.315 votos -
Eleito



Giovani Culau e Coletivo (PCdoB)
- 4.902 votos -
Reeleito



Aldacir Oliboni (PT)
- 4.869 votos -
Reeleito



Natasha (PT)
- 4.718 votos -
Eleita



Carlo Carotenuto (Republicanos)
- 4.644 votos -
Eleito



Atena (PSOL)
- 4.260 votos -
Eleita



Hamilton Sossmeier (Podemos)
- 4.053 votos -
Reeleito



Coronel Ustra (PL)
- 2.669 votos -
Eleito

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

NÚMERO DE DEPUTADOS FEDERAIS POR ESTADO:

ACRE	8	PARAÍBA	12
AMAZONAS	8	SANTA CATARINA	16
AMAPÁ	8	GOIÁS	17
DISTRITO FEDERAL	8	PARÁ	17
MATO GROSSO DO SUL	8	MARANHÃO	18
MATO GROSSO	8	CEARÁ	22
RIO GRANDE DO NORTE	8	PERNAMBUCO	25
RONDÔNIA	8	PARANÁ	30
RORAIMA	8	RIO GRANDE DO SUL	31
SERGIPE	8	BAHIA	39
TOCANTINS	8	RIO DE JANEIRO	46
ALAGOAS	9	MINAS GERAIS	53
ESPÍRITO SANTO	10	SÃO PAULO	70
PIAUI	10		

NÚMERO DE SENADORES POR PARTIDO:

PSD	14
PL	14
MDB	11
PT	9
UNIÃO BRASIL	7
PODEMOS	4
PP	7
PSB	4
REPUBLICANOS	4
PDT	3
NOVO	1
PSDB	13

TOTAL DE SENADORES: 81
(SÃO 3 SENADORES POR ESTADO)

NÚMERO DE DEPUTADOS FEDERAIS POR PARTIDO:

PL	95	PSOL	13
PT	68	PSDB	14
UNIÃO BRASIL	59	PCdoB	7
PP	50	AVANTE	7
REPUBLICANOS	42	CIDADANIA	4
MDB	44	PV	6
PSD	43	PRD	4
PDT	18	SOLIDARIEDADE	6
PODEMOS	15	NOVO	3
PSB	14	REDE	1

TOTAL DE DEPUTADOS FEDERAIS: 513

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

PRESIDENTES DE COMISSÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Comissão de Transportes



Mauricio Neves
(PP-SP)

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania



Paulo Azi
(União Brasil-BA)

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional



Filipe Barros
(PL-PR)

Comissão de Saúde



Zé Vitor
(PL-MG)

Comissão de Ciência e Tecnologia



Ricardo Barros
(PP-PR)

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle



Bacelar (PV-BA)

Comissão de Finanças e Tributação



Rogério Correia
(PT-MG)

Comissão de Minas e Energia



Diego Andrade
(PSD-MG)

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Elcione Barbalho
(MDB-PA)

Comissão de Desenvolvimento Econômico



Lafayette de Andrada
(Republicanos-MG)

Comissão de Educação



Mauricio Carvalho
(União-RO)

Comissão de Trabalho



Leo Prates
(PDT-BA)

Comissão de Defesa do Consumidor



Daniel Almeida
(PCdoB-BA)

Comissão de Integração e Desenvolvimento Regional



Yandra Moura
(União-SE)

Comissão de Indústria, Comércio e Serviços



Beto Richa (PSDB-PR)

Comissão de Esporte



Laura Carneiro
(PSD-RJ)

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher



Célia Xakriabá (PSOL-MG)

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoa Idosa



Zé Silva
(Solidariedade-MG)

Comissão de Cultura



Denise Pessoa
(PT-RS)

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural



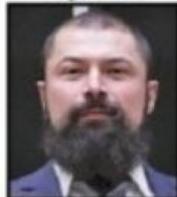
Rodolfo Nogueira
(PL-MS)

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial



Reimont
(PT-RJ)

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado



Paulo Bilynskij
(PL-SP)

Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência



Duarte Jr.
(PSB-MA)

Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais



Dandara
(PT-MG)

Comissão de Turismo



Marcelo Alvaro Antônio
(PL-MG)

Comissão de Comunicação



Julio Cesar Ribeiro
(Republicanos-DF)

Comissão de Legislação Participativa



Fred Costa
(PRD-MG)

Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família



Ruy Carneiro
(Pode-PB)

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MESA DIRETORA DO CONGRESSO NACIONAL:



Presidente
Davi Alcolumbre
(União Brasil)



1º Vice-Presidente
Altineu Cortês
(PL)



2º Vice-Presidente
Humberto Costa
(PT)



1º Secretário
Carlos Veras
(PT)



2º Secretário
Confúcio Moura
(MDB)



3º Secretária
Delegada Katarina
(PSD)



4º Secretário
Laércio Oliveira
(Progressistas)

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL:



Presidente
Davi Alcolumbre
(União Brasil)



1º Vice-Presidente
Eduardo Gomes
(PL)



2º Vice-Presidente
Humberto Costa
(PT)



1ª Secretária
Daniella Ribeiro
(PSD)



2º Secretário
Confúcio Moura
(MDB)



3ª Secretária
Ana Paula Lobato
(PDT)



4º Secretário
Laércio Oliveira
(Progressistas)



1º Suplente
Chico Rodrigues
(União Brasil)



2º Suplente
Mecias Jesus
(Republicanos)



3º Suplente
Styvenson Valentim
(PSDB)



4ª Suplente
Soraya Thronicke
(Podemos)

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:



Presidência
Hugo Motta
(Republicanos/PB)



1ª Vice-Presidência
Altineu Cortês
(PL/RJ)



2ª Vice-Presidência
Eimar Nascimento
(União/BA)



1ª Secretária
Carlos Veras
(PT/PE)



2ª Secretária
Lula da Fonte
(PP/PE)



3ª Secretária
Delegada Katarina
(PSD/SE)



4ª Secretária
Sergio Souza
(MDB/PR)

SUPLÊNCIA DA MESA DIRETORA:



1º Suplente
Antonio Carlos Rodrigues
(PL/SP)



2º Suplente
Paulo Folletto
(PSB/ES)



3º Suplente
Dr. Victor Linhais
(PODE/ES)



4º Suplente
Paulo Alexandre Barbosa
(PSDB/SP)

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

GOVERNADORES DOS ESTADOS BRASILEIROS

ACRE



Gladson Cameli
(PP - Reeleito)
Salário R\$ 39.717,69

ALAGOAS



Paulo Dantas
(MDB)
Salário R\$ 30.833,91

AMAPÁ



Clécio Luis
(SO)
Salário R\$ 30.000,00

AMAZONAS



Wilson Lima
(União - Reeleito)
Salário R\$ 34.070,00

BAHIA



Jerônimo Rodrigues
(PT)
Salário R\$ 36.894,89

CEARÁ



Elmano de Freitas
(PT)
Salário R\$ 21.788,97

DISTRITO FEDERAL



Ibaneis Rocha
(MDB - Reeleito)
Salário R\$ 29.951,54

ESPÍRITO SANTO



Renato Casagrande
(PSB - Reeleito)
Salário R\$ 33.006,39

GOIÁS



Ronaldo Caiado
(União - Reeleito)
Salário R\$ 30.585,01

MARANHÃO



Carlos Brandão
(PSB - Reeleito)
Salário R\$ 33.006,39

MATO GROSSO



Mauro Mendes
(União - Reeleito)
Salário R\$ 30.862,79

MATO GROSSO DO SUL



Eduardo Riedel
(PSDB)
Salário R\$ 35.462,27

MINAS GERAIS



Romeu Zema
(Novo - Reeleito)
Salário R\$ 39.717,69

PARÁ



Helder Barbalho
(MDB - Reeleito)
Salário R\$ 35.363,55

PARAÍBA



João Azevêdo
(PSB - Reeleito)
Salário R\$ 32.434,82

PARANÁ



Ratinho Júnior
(PSD - Reeleito)
Salário R\$ 33.763,00

PERNAMBUCO



Raquel Lyra
(PSDB)
Salário R\$ 42.145,88

PIAUI



Rafael Fonteles
(PT)
Salário R\$ 33.806,39

RIO DE JANEIRO



Cláudio Castro
(PL - Reeleito)
Salário R\$ 21.868,14

RIO GRANDE DO NORTE



Fátima Bezerra
(PT - Reeleita)
Salário R\$ 21.914,76

RIO GRANDE DO SUL



Eduardo Leite
(PSDB - Reeleito)
Salário R\$ 35.462,22

RONDÔNIA



Cel. Marcos Rocha
(União - Reeleito)
Salário R\$ 35.462,22

RORAIMA



Antonio Denarium
(PP - Reeleito)
Salário R\$ 34.299,00

SANTA CATARINA



Jorginho Mello
(PL)
Salário R\$ 25.322,25

SÃO PAULO



Tarcísio de Freitas
(Republicanos)
Salário R\$ 34.572,89

SERGIPE



Fábio Mitidieri
(PSD)
Salário R\$ 33.739,87

TOCANTINS



Wanderlei Barbosa
(Republicanos - Reeleito)
Salário R\$ 30.100,00

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MINISTROS DO GOVERNO FEDERAL:

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO



Jorge Rodrigo Araújo Messias

AGRICULTURA



Carlos Fávaro

CASA CIVIL



Rui Costa

CIDADES



Jader Filho

CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Luciana Santos

COMUNICAÇÕES



Frederico de Siqueira Filho

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



Vinicius Marques de Carvalho

CULTURA



Margareth Menezes

DEFESA



José Múcio

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



Paulo Teixeira

DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Wellington Dias

DIREITOS HUMANOS



Macaé Evaristo

EDUCAÇÃO



Camilo Santana

EMPREENDEDORISMO



Márcio França

ESPORTES



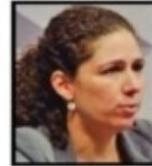
André Fufuca

FAZENDA



Fernando Haddad

GESTÃO



Esther Dweck

IGUALDADE RACIAL



Anielle Franco

INDÚSTRIA E COMÉRCIO



Geraldo Alckmin

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



Waldez Góes

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



Ricardo Lewandowski

MEIO AMBIENTE



Marina Silva

MINAS E ENERGIA



Alexandre Silveira

MULHERES



Márcia Lopes

PESCA



André de Paula

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



Simone Tebet

PORTOS E AEROPORTOS



Silvio Costa Filho

POVOS INDÍGENAS



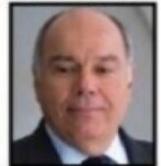
Sonia Guajajara

PREVIDÊNCIA



Wolney Queiroz

RELAÇÕES EXTERIORES



Mauro Vieira

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



Gleisi Hoffmann

SAÚDE



Alexandre Padilha

SECOM



Sidônio Palmeira

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Márcio Macêdo

TRABALHO



Luiz Marinho

TRANSPORTES



Renan Filho

TURISMO



Celso Sabino

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 11 MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

Presidente



Luís Roberto Barroso

Nomeação: Dilma Rousseff (PT)
Posse: Junho de 2013
Aposentadoria compulsória: Março de 2033

Vice-Presidente



Edson Fachin

Nomeação: Dilma Rousseff (PT)
Posse: Julho de 2015
Aposentadoria compulsória: Fevereiro de 2033



Alexandre de Moraes

Nomeação: Michel Temer (MDB)
Posse: Março de 2017
Aposentadoria compulsória: Dezembro de 2043



André Mendonça

Nomeação: Jair Bolsonaro (PL)
Posse: Dezembro de 2021
Aposentadoria compulsória: Dezembro de 2047



Cármen Lúcia

Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
Posse: Junho de 2008
Aposentadoria compulsória: Abril de 2029



Cristiano Zanin

Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
Posse: Outubro de 2023
Aposentadoria compulsória: Novembro de 2050



Dias Toffoli

Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
Posse: Novembro de 2009
Aposentadoria compulsória: Março de 2042



Flávio Dino

Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
Posse: Fevereiro de 2024
Aposentadoria compulsória: Abril de 2043



Gilmar Mendes

Nomeação: Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
Posse: Junho de 2002
Aposentadoria compulsória: Dezembro de 2030



Luiz Fux

Nomeação: Dilma Rousseff (PT)
Posse: Março de 2011
Aposentadoria compulsória: Abril de 2028



Nunes Marques

Nomeação: Jair Bolsonaro (sem partido à época)
Posse: Novembro de 2020
Aposentadoria compulsória: Fevereiro de 2047

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 32 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, STJ:



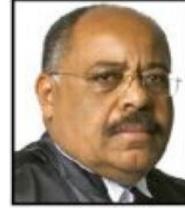
Antonio Carlos Ferreira



Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin



Antônio Saldanha Palheiro



Benedito Gonçalves



Carlos Augusto Pires Brandão



Daniela Teixeira



Fátima Nancy Andrighi



Francisco Cândido de Melo Falcão Neto



Geraldo OG Nicéas Marques Fernandes



Humberto Eustáquio Soares Martins



João Otávio de Noronha



Joel Ilan Paciornik



Luis Felipe Salomão



Luiz Alberto Gurgel de Faria



Marcelo Navarro Ribeiro Dantas



Marco Aurélio Bellizze de Oliveira



Marco Aurélio Gastaldi Buzzi



Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues



Maria Marluce Caldas Bezerra



Maria Thereza Rocha de Assis Moura



Mauro Luiz Campbell Marques



Messod Azulay Neto



Paulo Dias de Moura Ribeiro



Paulo Sérgio Domingues



Raul Araújo Filho



Regina Helena Costa



Reynaldo Soares da Fonseca



Ricardo Villas Bôas Cueva



Rogério Schietti Machado Cruz



Sebastião Alves dos Reis Júnior



Sérgio Luiz Kukina



Teodoro Silva Santos

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 26 MINISTROS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:

Presidente



Lelio Bentes Corrêa

Vice-Presidente



Aloysio Corrêa da Veiga



Alberto Bastos Balazeiro



Alexandre de Souza Agra Belmonte



Alexandre Luiz Ramos



Amaury Rodrigues Pinto Junior



Augusto César Leite de Carvalho



Breno Medeiros



Cláudio Mascarenhas Brandão



Delaide Alves Miranda Arantes



Dora Maria da Costa



Douglas Alencar Rodrigues



Evandro Pereira Valadão Lopes



Guilherme Augusto Caputo Bastos



Hugo Carlos Scheuermann



Ives Gandra da Silva Martins Filho



José Roberto Freire Pimenta



Kátia Magalhães Arruda



Liana Chaib



Luiz José Dezena da Silva



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Maria Helena Mallmann



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Mauricio Godinho Delgado



Morgana de Almeida Richa



Sergio Pinto Martins

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 15 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM):

Presidente



Ministra
Maria Elizabeth Guimarães
Teixeira Rocha

Vice-Presidente



Ministro
José Coêlho Ferreira



Ministro
Artur Vidigal de Oliveira

O STM integra a Justiça Militar, que, segundo a Constituição, julga crimes militares previstos no Código Penal Militar (CPM). O tribunal é composto por 15 ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. A divisão das vagas é feita da seguinte forma: 3 almirantes da Marinha, 4 generais do Exército, 3 brigadeiros da Aeronáutica e 5 civis.



Ministro
Carlos Augusto Amaral Oliveira



Ministro
Carlos Vuyk de Aquino



Ministro
Celso Luiz Nazareth



Ministro
Cláudio Portugal de Viveiros



Ministro
Francisco Joseli Parente Camelo



Ministro
José Barroso Filho



Ministro
Leonardo Punte



Ministro
Lourival Carvalho Silva



Ministro
Lúcio Mário de Barros Góes



Ministro
Marco Antônio de Farias



Ministro
Odilson Sampaio Benzi



Ministro
Péricles Aurélio Lima
de Queiroz